



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM LITERATURA E
INTERCULTURALIDADE**

JOHNIERE ALVES RIBEIRO

**NORDESTES PARA ALÉM DO NORDESTE: POR UMA NOVA NARRATIVA
LITERÁRIA**

**CAMPINA GRANDE
2020**

JOHNIERE ALVES RIBEIRO

**NORDESTES PARA ALÉM DO NORDESTE: POR UMA NOVA NARRATIVA
LITERÁRIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito à obtenção do título de doutor.

Área de concentração: Literatura Comparada e Intermidialidade

Orientador: Prof. Dr. LUCIANO JUSTINO.

**CAMPINA GRANDE
2020**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

R484n Ribeiro, Johniere Alves.

Nordestes para além do nordeste [manuscrito] : por uma nova narrativa literária / Johniere Alves Ribeiro. - 2020.

184 p.

Digitado.

Tese (Doutorado em Literatura e Interculturalidade) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2022.

"Orientação: Prof. Dr. Luciano Barbosa Justino, Departamento de Letras e Artes - CEDUC."

1. Nordeste brasileiro. 2. Literatura contemporânea. 3. Intermidialidade. 4. Escrita nordestina. I. Título

21. ed. CDD 801.95

JOHNIERE ALVES RIBEIRO

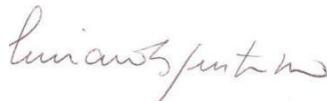
**NORDESTES PARA ALÉM DO NORDESTE: POR UMANOVA
NARRATIVA LITERÁRIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito à obtenção do título de doutor.

Área de concentração: Literatura Comparada e Intermedialidade

Aprovada em: 23/12/2020

BANCA EXAMINADORA



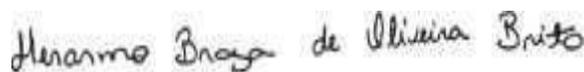
Prof. Dr. Luciano Barbosa Justino
Orientador (UEPB)



Profa. Dra. Geralda Medeiros Nóbrega
Examinadora Interna (UEPB)



Profa. Dra. Rosilda Alves Bezerra
Examinadora Interna (UEPB)



Prof. Dr. Herasmo Braga de Oliveira Brito - UEPI
Examinador Externo (UEPI)



Prof. Dr. Roniê Rodrigues da Silva
Examinador Externo (UFRN)

Esta tese dedico com todo afeto e amor ao meu filho John Arthur, por sua incondicional amorosidade, pelo o que ele é. E por ter resgatado – mesmo sem saber - minha existência.

AGRADECIMENTOS

O agradecimento, creio, é uma das partes do trabalho acadêmico mais esperada. É neste momento que o pesquisador para, olha para trás e observa o quanto foi dura, longa e, mesmo assim, satisfatória toda a caminhada. Também é o momento de compreender que uma tese não se faz só de leituras, das anotações sobre livros ou da metalinguagem/engrenagem de uma escrita como esta. Mas, o trabalho acadêmico se faz a partir de uma força imaterial que emerge de pessoas, que nos surgem ao caminharmos as trilhas que nos conduzem a esta estação. São com elas que estabelecemos contatos, laços, interações, dentre outros aspectos, que unidos fizeram constituíram essa tese.

Dito isto, quero agradecer a Deus, Criador de todas coisas existentes por aqui ou não. Sem Ele, nada do que fiz teria sido feito.

Ao Programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade, por ter disponibilizado ferramentas importantes para esta tese. Bem como aos coordenadores e professores com os quais estudei ao longo desses quatro anos.

À CAPES, pela concessão de bolsa, que em muito me ajudou facilitando a compra de livros para fomentar esta pesquisa, ofertando uma maior tranquilidade para compor a escrita que agora apresento.

Às nossas técnicas administrativas Aldaiza e Telma, sempre prontas a nos ajudar com todos os aparatos documentais e trâmites burocráticos necessários para chegarmos até aqui.

Às amigas Jackeline Aragão e Jael Rocha pela tradução, respectivamente, em inglês e espanhol. E ao amigo Antônio Brito pela revisão geral do texto. Muito obrigado.

À estimada professora Dra. Rosângela Queiroz, minha primeira orientadora, mas que por motivos pessoais não pôde continuar comigo nessa trajetória. Contudo, nos ajudou muito no desenvolvimento inicial do projeto que propus para a seleção.

Ao professor Dr. Luciano Barbosa Justino, que me recebeu como seu novo orientando. Sou grato por sua sensibilidade em entender minha situação diante de todas as adversidades, principalmente, com a mudança brusca do projeto inicial. De modo, que nesses dois anos e meio de parceria chegamos até aqui, ao fim dessa jornada, que se fecha agora. Agradeço, meu amigo, por nossas conversas, por me fazer ver o que ainda não tinha visto em torno do tema aqui em questão. Bem como

o seu apoio em um contexto particular de minha saúde, sabes bem qual foi. Por isso, mais uma vez, obrigado. Deixo aqui minha admiração.

À banca convidada, nas pessoas da Profa. Dra. Geralda Medeiros Nóbrega, da Profa. Dra. Rosilda Alves Bezerra – UEPB , do Prof. Dr. Herasmo Braga de Oliveira Brito, do Prof. Dr. Roniê Rodrigues da Silva, que prontamente aceitaram estar aqui, para contribuir com nossa tese.

Aos meus pais, Ana Alice e João Maciel, pela sua criação, pelos ensinamentos que me fizeram ser quem sou e que fortaleceram até aqui. A vocês, meus amados, todo meu amor.

À minha esposa, Ruth, pelo seu apoio, por sua companhia, pelas horas que lhe faltei ao estar desenvolvendo esta pesquisa. Por tudo que você é para mim, amorosamente te agradeço por todo tipo de incentivo.

Ao meu filho, John Arthur, a quem amo muito, a quem dedico minha vida e que ele compreenda os momentos que não pude jogar videogame ou lhe ofertar outras formas de atenção. Filho, saiba, você me resgatou de mim mesmo. Te amo.

Nordeste é uma ficção
Nordeste nunca houve

(BELCHIOR).

Contra as elites vegetais. Em comunicação com o solo.
(Oswald de Andrade).

[...] embora tendo como fundamental o toponímico o Nordeste brasileiro, contrói, a sua maneira, um espaço próprio em que ora alfora a ideia de morte, ora a esperança utópicas de um espaço imaginário e trans-histórico, no qual o espaço-tempo permite a assunção de outras temporalidades e novos modos de vidas possíveis, sem contudo desvincular-se do Nordeste como locus, imaginário histórico, a partir de onde, e só a partir de onde, a vida, poética ou não, é pensável para os escritores [...]

(Luciano Barbosa Justino)

RESUMO

O Nordeste sempre foi e é pautado a partir de uma ideia imagética de que é um lugar calcado na tradição, no passado, no saudosismo e na aridez. Tais aspectos, naturalmente, ofertam uma falsa noção de homogeneidade étnica-cultural para seus nove estados, coadunando uma visão míope e meramente essencialista para esse espaço fabricado, antes da metade do século XX, pelo poder estatal e pelas mais variadas forças discursivas, sejam elas advindas da sua elite econômica, dos seus intelectuais, como também daqueles que por meio da linguagem literária contribuíram para invenção desse “Nordeste” que nos foi posto. Diante disto, esta tese de doutoramento, tem como objetivo apresentar uma interpretação diferente para a figuração do Nordeste no campo da Literatura Brasileira Contemporânea. Para tal, na esteira de uma pesquisa qualitativa e bibliográfica, buscamos nesse estudo uma reflexão conceitual em torno do modo como algumas obras de ficção caracterizaram/caracterizam essa espacialidade. E como elas elaboraram historicamente, ou na contemporaneidade, (arte) fatos que desenharam, em muitos casos, concepções que fazem do Nordeste uma espécie de região *outsider*, mas quase nunca um local desterritorializado dentro do próprio Nordeste e do Brasil. Todavia, no contexto político-social do agora, se faz urgente, tal como um movimento de tática guerrilheira -, abafarmos exotismos, rompermos paradigmas preconceituosos no que tange ao tema aqui em questão para, assim, remapear os mais variados caminhos que possam nos levar aos Nordestes. E não ao Nordeste, que nos foi imposto, por uma elite, intelectual, econômica e cultural. Para tanto estaremos trazendo como aporte teórico autores como: PENNA (1992); JUSTINO (2014/2017/2019); DELEUZE GUATARRI (2017); SILVEIRA (1984); SOUZA (2017); ALBUQUERQUE JÚNIOR (2011/2013) dentre outros autores que nos ajudaram no construto de uma hermenêutica diferente para o Nordeste. A partir deles nossa tese pôde friccionar o Nordeste no “Nordeste”. Isto posto, conseguimos interpor uma leitura fora daquele olhar “nordestinóide” que sempre foi alçado sobre essa Região, como também ratificar a imperativa necessidade de quebrar com a visão de que a espacialidade nordestina é um peso para o Brasil e, por isso, o lugar da tradição e do atraso. Avesso a essa concepção, a escrita analítica, aqui proposta, percebe a literatura como uma máquina de expressão, uma engrenagem importante para rompermos com a estética da seca e da fome em torno do Nordeste. Demonstrando,

assim, que podemos “ler nordestinamente”, não com aquela concepção calcada no essencialismo identitário invencionado pela mídia, pela elite local ou pelos interculturais associados aos grupos dominantes. Ler nordestinamente, nesta tese, é concluir que há Nordeste para além do “Nordeste” confeccionado historicamente pelas mais variadas narrativas, dentre elas a da literatura.

Palavras-chave: Nordeste-Menor; Literatura Contemporânea; Intermidialidade; Escrita Nordestina; Devir-Nordeste; Rizoma.

ABSTRACT

The Northeast region of Brazil is and has always been based on an imaginary idea that it is a place rooted in tradition, in the past, in homesickness and in aridity. Such aspects certainly offer a false notion regarding to ethnical and cultural homogeneity for its nine states, once it keeps with a myopic and merely essentialist vision of a space, which was manufactured before the middle of the 20th century, by a state power and by the most varied discursive forces, coming either from their economic elite and intellectuals, or by means of literary language, contributing, this way, to the invention of this “Northeast” that was imposed on us. This doctoral thesis, in this perspective, aims at presenting a different interpretation for the northeastern figuration in the field of Contemporary Brazilian Literature. Therefore, aiming at a qualitative and bibliographic research, we sought, in this study, a conceptual view concerning the way some fictional works characterized / characterize such spatiality. Besides, we also focused on the way they elaborated, historically, or in contemporary times, (art) facts that drew, in many cases, conceptions that make the Northeast a kind of outsider region, but almost never a deterritorialized place both within the Northeast and within Brazil. In the present political-social context, however, it is urgent, like a *guerrilla* tactic movement - to suppress exoticisms, to break prejudiced paradigms concerning the subject in question, so as to remap the most varied paths that can take us to the Northeast. And it is important to point out, in this sense, not the Northeast, which was imposed on us, by an intellectual, economic and cultural elite. Therefore, we bring authors such as: PENNA (1992); JUSTINO (2014/2017/2019); DELUEZE GUATARRI (2017); SILVEIRA (1984); SOUSA (2017); ALBUQUERQUE JÚNIOR (2011/2013) among others who helped us build a different hermeneutic regarding the Northeast. Based on them, we could rub the Northeast into the “Northeast”. In this sense, we managed to interpose a reading outside that “northeastern” look that has always been raised on this region, as well as to ratify the imperative need for breaking with a view that the northeastern spatiality is a burden for Brazil and, therefore, the place of tradition and backwardness. Differently from this conception, the analytical writing, proposed here, sees literature as an expression machine, as an important gear for breaking with the aesthetics of drought and hunger around the Northeast. We can, therefore, realise that we can read

“northeasternly”, not with that conception based on the essentialism identity, invented by the media, by the local elite or by the intercultural groups associated with dominant groups. To read “northeasternly” is actually being aware that there are “Northeasterns” in addition to the “Northeast” which was historically made by the most varied narratives, among them, that of one of literature.

Keywords: Northeast-Smaller. Contemporary Literature. Intermediality. Northeastern writing. Becoming-Northeast; Rhizome.

RESUMEN

El Noreste de Brasil siempre ha sido, y aún lo es, guiado a partir de una idea tras imágenes de un sitio apoyado en la tradición, en el pasado, en el echar de menos y en la sequedad. Tales aspectos, naturalmente, ofrecen una falsa noción de homogeneidad étnica y cultural de sus nueve estados, coadunando una visión miope y simplemente esencialista de ese espacio fabricado, antes de la mitad del del siglo XX, por el poder y por las más variadas fuerzas discursivas, sean éstas advenidas de la élite económica y de los intelectuales, sean de aquéllos que, por medio del lenguaje literario, contribuyeron para la invención de ese “Noreste” que nos ha sido puesto. Ante esto, esta tesis de doctorado tiene como objetivo presentar una interpretación distinta de la figuración del Noreste brasileño en el campo de la Literatura Brasileña Contemporánea. Para esto, en la dirección de una pesquisa cualitativa y bibliográfica, buscamos, en este estudio, una reflexión conceptual respecto al modo por lo cual algunas obras de ficción caracterizaron y caracterizan esta espacialidad, además de cómo ellas han elaborado históricamente, o en la contemporaneidad, (arte)factos que diseñan, en muchos casos, concepciones que hacen el Noreste una especie de región a las afueras, pero casi nunca un sitio sin territorio dentro del propio Noreste como también de Brasil. Sin embargo, en el contexto político y social de hoy, se hace urgente, tal como un movimiento de táctica guerrillera, ahogar exotismos y romper paradigmas prejuiciosos relacionados al tema en cuestión, para, entonces, mapear otra vez los más variados caminos que nos puedan llevar a los Norestes y no al Noreste que nos ha sido impuesto por una élite intelectual, económica y social. Para tanto, hemos traído, como aporte teórico, autores como: PENNA (1992); JUSTINO (2014/2017/2019); DELUEZE GUATARRI (2017); SILVEIRA (1984); SOUZA (2017); ALBUQUERQUE JÚNIOR (2011/2013) entre otros autores que nos han ayudado en el constructo de una hermenéutica distinta para el Noreste. A partir de ellos, nuestra tesis pudo friccionar el Noreste en el “Noreste”. Esto dicho, logramos interponer una lectura fuera de aquella mirada “norestesca” que siempre ha sidoalzada sobre esa Región, así como ratificar la imperativa necesidad de romper con la visión de que la espacialidad del Noreste es un peso para Brasil y, por ello, el sitio de la tradición y del retraso. Al revés de esa concepción, la escritura analítica, aquí propuesta, percibe la literatura como una máquina de expresión, un engranaje importante para romper con la estética de la

sequía y del hambre en torno al Noreste; demostrando, así, que podemos leer a la manera del Noreste, no con aquella concepción guiada por el esencialismo identitario inventado por los medios de comunicación, por la élite local o por los intelectuales asociados a los grupos dominantes. Leer a la manera del Noreste, en esta tesis, significa concluir que hay Norestes para allá del “Noreste” confeccionado históricamente por las más variadas narrativas, entre ellas aquella de la literatura.

Palabras Clave: Noreste-Menos. Literatura contemporánea. “Intermedialidad”. Escritura del Noreste brasileño. Convirténdose-Noreste.Rizoma.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	O NORDESTE NÃO É UM AQUÁRIO.....	21
2.1	Nordeste: fábula espacial, lírica-passadista.....	21
2.2	<i>Retrato amarelado de um espaço que não há: o Nordeste e sua fabricação.....</i>	44
3	O NORDESTE, A CRÍTICA LITERÁRIA E O REGIONALISMO.....	55
3.1	<i>Falas erigidas ao alçapão.....</i>	55
3.2	<i>Por uma crítica nordestina para literatura nordestina.....</i>	59
3.3	<i>Literatura e a criação do Nordeste.....</i>	82
4	METAFÍSICAS DE UMA LITERATURA NORDESTINA: POR UMA INTERPRETAÇÃO QUE ROMPA COM A ESTÉTICA DA SECA.....	97
4.1	<i>Cartografia de uma nova escrita literária para o Nordeste: aproximações e distanciamentos do Regionalismo de 30.....</i>	97
4.2	Por um Nordeste Menor: uma leitura rizomática para o romance nordestino contemporâneo.....	124
5	IN/CONCLUSÕES.....	172
	REFERÊNCIAS	175

1 INTRODUÇÃO

Esta tese de doutoramento, tem como objetivo apresentar uma interpretação diferente para a figuração do Nordeste no campo da Literatura Brasileira Contemporânea. Para tal, buscamos nesse estudo uma reflexão conceitual em torno do modo como algumas obras de ficção caracterizaram/caracterizam essa espacialidade. E como elas elaboraram historicamente, ou na contemporaneidade, (arte)fatos que desenharam, em muitos casos, concepções que fazem do Nordeste uma espécie de região outsider, mas quase nunca um local desterritorializado dentro do próprio Nordeste e do Brasil.

Tematizar o Nordeste, na academia ou na prosa ficcional, não é algo novo. Há muitas referencialidades a essa Região, que se tornou fértil para vários agenciamentos na área da ciência, como também para fabricação de narrativas ficcionais. Todavia, no contexto político-social do agora, se faz urgente, tal como um movimento de tática guerrilheira -, abafarmos exotismos, rompermos paradigmas preconceituosos no que tange ao tema aqui em questão. Para, assim, remapear os mais variados caminhos que possam nos conduzir aos Nordestes. E não ao Nordeste que nos foi imposto por uma elite intelectual, econômica e cultural. Para assim, demonstrar um devir-Nordeste, que se constitua fora da estética da seca e da fome, estigmas alicerçados em uma narratologia literária e construídos historicamente.

Com tais intuitos para serem cumpridos, fizemos um levantamento no conjunto de alguns romances da Literatura Contemporânea, que nos ajudaram a compor, nessa tese, essa nova leitura para o Nordeste. Como uma forma de explorar as mais variadas ecologias discursivas e em uma atitude arqueológica visitar as marcas deixadas por esses falares, para que, assim, as superfícies semióticas do lugar um dia denominado Nordeste, sejam esticadas ao ponto de demonstrarem espacialidades, não só aquelas conectadas aos sistemas geográficos de uma topografia, mas também ligadas às imagens simbólicas que dessa espacialidade eclodem. Assim, o ponto de vista, presente nesse estudo, se encontra longe de um tribunal para se julgar romances, como quem separa o joio do trigo das

nordestinidades. Nem tão pouco elencar qual a mais nordestinesca de todas. Nos interessa, outrossim, compreender as montagens dos seus vínculos, verificar como suas engrenagens e fluídos discursivos agem como máquinas de expressão.

Nesse sentido, a ideia foi ler, anotar, comentar os meandros que cada obra apresentava sobre o tema aqui em questão. Para tanto, lemos em torno de vinte e cinco romances que tinham seus enredos contextualizados na ambiência nordestina. E assim, promovermos o recorte para essa nossa análise. Contudo, quase nenhum desses romances, como veremos nos capítulos adiantes, conseguem livrar-se totalmente da ideologia da seca, da fome e da miséria. Aspectos que sempre emblemaram a representação da Região Nordeste como uma espacialidade conectada ao atraso. Mas, que tais características nunca foi verdade, mas uma fabricação embalsamada em visões essencialistas.

Assim, estes emblemas se fortaleceram, se enraizaram tanto dentro da região, como fora dela. Cresceram, constituindo uma árvore frondosa, onde o preconceito amarra sua rede e balança à sua sombra de um discurso subdesenvolvimentista escolhido por uma elite regional. A Elite nela descansa, bebe e folga às custas da desgraça que ela mesma gerou para seu povo. Prova maior disto é a famosa e notória “indústria da seca”. E, dessa maneira, artistas plásticos, músicos, sociólogos, e, mais especificamente para nosso estudo aqui, os literatos formaram um padrão estético calcado apenas no sofrimento nordestino, intensificado em suas obras pela fabulação de que a natureza associada ao clima, à topografia, ao sol escaldante e até mesmo a vontade de Deus fizeram sucumbir todo o Nordeste, em seu quase passado, presente e futuro. Camuflando que na verdade as escolhas da elite locais, no tocante a economia, o cultivo da terra, suas ações políticas e ideológicas é que determinam todo o contexto social que envolve tal região.

Essa dizibilidade contingenciada à prosa ficcional, que, em muitos casos, não levava em consideração todos os aspectos socio/político/econômico que compunham tal espacialidade. O que ajudou a inventar uma narrativa totalizadora, homogeneizante, que, falsamente, indicava uma fala que não deixava brechas ou margens, assim como procede as semiologias dogmáticas de uma religião. Posto

dessa forma, o que temos é a legitimação daquela narrativa fabular, tão bem conhecida do Nordeste e do nordestino.

Nossa ânsia, esteve em autores que nos desvelassem os mais variados “Nordestes” que existiam/existem no Nordeste, mas que, principalmente, figurassem esse espaço - não como um objeto meramente geográfico – mas também como um lugar que acompanhou o processo de globalização pelo qual todas as outras regiões do Brasil passaram e que também sofrem das mazelas advindas da globalização no mundo atual. Porém, o que sabemos, até aqui, é que houve de fato uma construção simbólico-cultural para a ambientação nordestina. Ela também “fabricou com a tinta” da marginalização o folclore, a cultura popular como categorias que não podiam sofrer nenhum tipo de mudança para não perder sua “essência originária”.

Nesse sentido, queremos propor e fomentar uma concepção de Nordeste que não obedeça aos preceitos essencialistas, identitários ou telúricos, que sempre formataram a leitura “nordestinóide”, para suarmos aqui uma expressão de Justino (2017). E, sim, imprimir uma nova interpretação para aquele Nordeste canônico e maiorizado. Desenredá-lo é uma ação preponderante nesse estudo. Para isso, sugerimos um olhar rizomático e as ideias que envolvem o conceito de literatura menor, premissas apresentadas por Deleuze e Guattari em obras teóricas, tais como os volumes da série *Mil Platôs* e *Kafka: por uma literatura menor*. Dessa forma, sugerimos ler o Nordeste, na Literatura Contemporânea, a partir do entendimento de que um rizoma não traz consigo a fixação, mas a movença. Uma visão rizomática para o Nordeste estabelece múltiplas conexões semióticas, como também ecologias de poderes, visto que não podemos esquecer que um rizoma é um tubérculo, que atrai para si, que aglomera os mais variados tipos de atos, sejam eles linguísticos, gestuais, miméticos, dentre outros.

Diante desse contexto, estaremos problematizando os tais aspectos “nordestinóides” que, ao longo da história, vêm impondo uma maquinaria que compõe a “estética da fome” em torno do Nordeste. De modo, que tal estética, como tentáculos, se espalhou por vários cenários da sociedade brasileira, seja nas massificações jornalísticas, seja no âmbito artístico/literário que tem seu ápice com o Regionalismo de 30 (em pleno Modernismo). Contudo, essa trajetória na verdade serviu para construir uma “poética nordestinesca” fechada em si mesma, não

ampliando, dessa forma, a visão do Nordeste e todos os seus feitiços de multiculturalidades.

Desse modo, se faz urgente novas formas, novas estratégias e chaves interpretativas para o labirinto que é essa região. Região sempre colocada socialmente como homogênea, monolítica. Por isso, a ideia de “friccionar” todos esses discursos recheados com uma espécie de “racismo açucarado”, que parece “adoçar” a nordestinação desse espaço subcategorizado e, assim, promover ranhuras que visualizem as mais variadas camadas desse Nordeste acebolado pelas mais variadas intenções e discursividades propositadamente elaboradas para justificar todas as invencionices em torno dessa espacialidade demográfica brasileira e seu compulsório nordestinamento.

Queremos expor as fissuras presentes na transcursão de tais mensagens improdutivas no tocante aos tons de “nordestinóides” advindos da literatura. Para, dessa forma, identificarmos hodiernas maneiras de “entrar e sair de nós mesmos”, já que o vimos até aqui, sobre a condição do Nordeste brasileiro, é uma semiotização da realidade que lhe é forçadamente ofertada. Da mesma forma há no campo subjetivo uma semiotização da condição do pobre, da “multidão” que é “irrepresentável”, para usarmos conceitos defendidos por Justino (2015), essas concepções também podem ser adaptadas para pensarmos o tema aqui em questão.

Desta feita, o “entrar” e o “sair”, promovem a quebra de uma certa ambivalência que há nos analistas de plantão no tocante às formas de representação dessa região criada pelas insígnias dos discursos oficiais e não oficiais, que procuram fechar os Nordestes no Nordeste bipolarizado, pendularizado entre o litoral e o sertão. Dicotomia que precisa ter um terceiro ponto de partida. Para, só assim, “desnuiarmos” as passagens para visualização da linha de fuga.

Portanto, é inegável, que só assim conseguiremos aprofundar esse debate em torno do Nordeste e do nordestino, amenizando as discursividades maquinadas como formas de diminuir as potencialidades dessa região e seu povo. E, por iguais razões, retiraremos o passaporte político que buscou, a todo custo, o silenciamento dos bastidores que outrora compuseram a invenção dessa região. Daí a impotência

de promover uma nova leitura para o Nordeste contemporâneo que vá ao “limite da dispersão e da rasura do estigma” (JUSTINO, 2017, p.66).

No bojo dessa problematização, algumas indagações nos inquietaram: Será que na Literatura Contemporânea, sobretudo na prosa romanesca, ainda há insistência na representação do Nordeste como um espaço do atraso? Mesmo depois de tanto tempo da origem das construções de imagens discursivas negativas em torno do Nordeste, por que alguns autores ainda persistem na criação de tais imagens literárias em pleno século XXI? É possível encontrar obras que rompam com o Nordeste oficialmente inventado ou só temos aqueles que dão continuidade a esse Nordeste? E como se dão esses rompimentos e continuidades na busca de uma possível desconstrução do Nordeste, institucionalizado por uma estética da fome e da miséria?

É certo que a busca por respostas para tais questionamentos pode apresentar várias possibilidades, e, quem sabe, nos conduzir a uma infinidade de análises que transcendem o limite dessa tese de doutoramento, já que elas, dependendo do ponto de vista teórico, podem ofertar caminhos os mais variados possíveis.

Assim, tentamos fazer um recorte tomando por base apenas obras e autores que apresentam aspectos relacionados ao modo como as narrativas representam essa problemática, que ao longo do tempo tem erguido debates, tanto dentro do campo crítico-literário, assim como nas esferas da História e da Sociologia. E a partir dessas procuramos aqui contribuir para repensarmos o Nordeste na contemporaneidade fora daqueles chavões já conhecidos. E, dessa forma, trazer à tona “as nordestinidades” e suas várias formas de estar no mundo. Na intenção de compreender como a máquina discursiva, potencializada pela literatura, promove ou desconstrói essa identidade regional. Para tanto estaremos trazendo como aporte teórico autores como: Zaidan Filho (2003); Penna (1992); Justino (2014/2017/2019); Deleuze e Guatarri (2017); Silveira (1984); Souza (2017); Albuquerque Júnior (2011; 2013) dentre outros que possam nos ajudar a exhibir uma hermenêutica diferente para o Nordeste.

Sendo assim, nossa tese foi dividida em três capítulos. O primeiro é intitulado de “O Nordeste não é um aquário”. Nele discorremos sobre uma espécie de gênese de como surgiu o conceito de Nordeste e como ele foi fabulado espacialmente, por viés lírico-passadista, pelo grupo de intelectuais regionalistas do Recife, liderado por Gilberto Freyre, que como uma raiz centralizou a partir de seus pensamentos teóricos toda substância que alimentou muito daquilo que hoje entendemos por Nordeste. Calcando-o como o lugar do passado, da memória, fincando-o na Tradição. Tudo isso como uma forma de manter em evidência os anseios de uma elite local, que nas três primeiras décadas do século XX, já tinha perdido influência no âmbito da economia nacional. Por meio dele também entenderemos que o Nordeste nem sempre existiu.

No segundo capítulo, trataremos sobre o modo como a literatura e a crítica literária exploram a nomenclatura do regional e como seus dizeres formaram concursos discursivos que muito mais reforçaram as concepções de que o Nordeste é um espaço que está desconectado dos processos impostos pela globalização, principalmente no que diz respeito aos processos de modernização para tal lugar. O mesmo tem por título “O Nordeste, a crítica literária e o regionalismo: falas erigidas ao alçapão”, fala que fez da crítica e da ficção bravatas em torno das concepções daquilo que viria a ser o Nordeste e de como sua escrita ficcional se alocaria dentro de um discurso canônico da Literatura Contemporânea brasileira, mesmo sendo tachada de regionalista e estigmatizada pelos principais estudiosos como sendo uma literatura subdesenvolvida.

No último momento da tese, intitulado de “Metafísicas de uma literatura nordestina: por uma interpretação que rompa com a estética da seca”, focaremos no debate sobre a escrita ficcional nordestina contemporânea, suas aproximações e distanciamentos em relação aquela praticada pelo que se convencionou chamar de Regionalismo de 30. Desse modo, nessa busca analítica propomos a leitura rizomática, a partir da concepção de uma literatura menor e, dessa maneira, pensar o Nordeste com outras linhas de fugas. Assim, apresentaremos nesse tópico comentários em torno de obras que endossem nossos argumentos para a construção de uma nova visibilidade para a espacialidade nordestina, que a coloque

fora do âmbito tradicional, fora do estigma do atraso, portanto um Nordeste-Maior, por este ser aquele que é institucionalizado pelo poder político central e local.

Para tanto, nos deteremos, como base interpretativa, em obras centrais da escrita nordestina, a exemplo de *Capitães da Areia*, de Jorge Amado, de *Angústia e São Bernardo de Graciliano Ramos*. Além dessas obras, estaremos focando no romance contemporâneo *Galiléia* de Ronaldo Correia de Brito, autor cearense e considerado um importante escritor nordestino na atualidade.

2 O NORDESTE NÃO É UM AQUÁRIO

2.1 Nordeste: fábula espacial, lírica-passadista

Tradição. Lamento. Saudade. Raiz. Identidade regional. Esses são signos que cartografam os discursos daquilo que conhecemos hoje como Nordeste. E que, portanto, marcam as cartas desse território com o intuito de diferenciá-lo dos outros, mesmo que, para isso, haja um recuo ao momento do Brasil Colônia. Assim, a partir, desse movimento, erguer-se o Nordeste, que paradoxalmente, torna-se o lugar formatado para ser o modelo essencial dos elementos basilares de um país que tem por sina a busca pela uniformidade nacional, quando na verdade, guarda às cegas, diferenças históricas, econômicas e sociais entre seus estados federados. Questões que agem como insígnias e que revelam o modo como esse Nordeste foi fabricado por determinados grupos sociais ligados à elite local.

Desse modo, a figuração do que viria a ser o Nordeste não foi fruto de um acaso ou de um conjunto de fenômenos naturais específicos: clima, relevo, fauna e flora. Mas, produzida pelos discursos, fatos históricos e aspectos conectados à cultura. Deriva de todo esse contexto, as principais correntes de pensamento que engendram os mecanismos discursivos para originar a Região Nordeste. Tais correntes ganham forças nos idos dos anos de 1920 e 1930, logo após a criação da Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca (INFOCS) em 1919. As mesmas foram impulsionadas pelas pesquisas encabeçadas por Gilberto Freyre.

O conteúdo freyriano de região alterava, pois, a perspectiva político-administrativa então vigente ganhava substância sociológica: o *locus* de patriarcado agrário açucareiro, identificado com o projeto nacionalista, em uma generalização esvaziadora das relações contraditórias de classes [...] (SILVEIRA, 1984, p.23).

É nesse contexto que se reelabora o ímpeto “regionalista”, com um discurso muito mais complexo, engendrado e bem pensado, já que Freyre consegue agregar em torno de suas ideias vários intelectuais, artistas e, principalmente, políticos que

também estavam associados às classes mais favorecidas. Mas é bom lembrar que, segundo Albuquerque Júnior (2011, p.85), “intelectual regional”, é aquele que vai salvar o Nordeste e representá-lo, vai pouco a pouco sendo forjado no interior das grandes famílias da região.

Esse sentido, de defesa e representatividade dos “valores nordestinos” ganha força quando os herdeiros da casa-grande começam a migrar para o Recife, seja para estudar, seja para comercializar, pois a capital pernambucana era o lugar por onde se escoava quase todas as mercadorias produzidas no Nordeste. Além disso, tornara-se referência no campo da medicina, bem como da cultura.

Nesse sentido, esse prestígio que a cidade do Recife concentrou não era algo daqueles idos de início do século XX. Contudo, remonta aos anos de 1810, período no qual a cidade já apresentava um vasto complexo do que chamamos hoje serviços, o que atraía pessoas de toda região que ainda nem era denominada de Nordeste. No Recife deste século XIX, havia uma colônia inglesa importante com hospital, juízes e a presença marcante da imprensa. Também era fácil encontrar vendedores de tecidos finos, alguns tipos de importadores, tais como: os de chá, de cerveja, de presunto. Havia ainda engenheiros aparelhados para fazerem manutenção nos equipamentos responsáveis pela fabricação de açúcar, tais como os da empresa “Harrington e Starr” (FREYRE, 2004, p.53). Como se vê, a capital de Pernambuco já tinha ares metropolitanos, com uma marca considerável de urbanismo

Tanto que em 1924, o mestre de Apipucos, quando chega dos seus estudos no exterior, cria o “Centro Regionalista do Nordeste” na cidade do Recife. E será dessas “discussões” no interior desse Centro que se originará o famoso “1º Congresso Regionalista”, em 1926, que resultou no *Manifesto Regionalista*, produção que acabou atraindo vários “intelectuais regionais” para “guerrear pela causa nordestina”, demonstrando que era necessário um levantamento da natureza, e, a partir daí, garantir elementos para a elaboração “da identidade, da semelhança, homogeneidade do espaço e da fixação deste falar nordestino e sobre o Nordeste” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p.81). Também será nesse manifesto, de acordo com Rosa Maria Godoy Silveira (1984, p.27) que será arrolado pela primeira vez o conteúdo do “Nordeste das secas”. Tudo isso, somado aos posteriores livros O

Nordeste, do próprio Freyre; e *O outro Nordeste* de Djacir Menezes, ambos faziam parte da coleção “Documentos Brasileiros”, pertencente ao grupo editorial José Olympio, que mais tarde lançará boa parte dos autores da chamada *Geração de 30*, que tem seu romance de estreia *A bagaceira*, do paraibano José Américo de Almeida. Dessa forma, em *O outro Nordeste*, Djacir Menezes se preocupa em apresentar

a área de economia pecuária-algodoeira, enfrentando as secas e apelando também para a intervenção do Estado para contornar uma situação de ameaça à organização do seu espaço. A construção ideológica de cada um dos grupos ganharia novos componentes, ao longo do tempo, à medida que se desenrola o processo histórico e se alteram as relações sociais no território nordestino (SILVEIRA, 1984, p.27).

Desse modo, *Nordeste e Outro Nordeste* vão lançar e definir os principais conceitos em torno dessa região que era denominada de Norte do Brasil. Esses dois livros irão apresentar conceitos basilares que constituem a “gênese” do espaço nordestino como temos hoje: lugar da seca e da fome, uma terra recheada de coronéis, padres, cangaceiros que dominam a população carente, mas que oscilam no imaginário do povo entre heróis e vilões.

Assim, Gilberto Freyre e Djacir Menezes cooperam para fundamentar uma representação estereotipada para essa região, estabelecendo uma narrativa sociológica construída a partir do pitoresco para, dessa forma, delimitar uma espécie de “identidade” para a região Nordeste, tal qual fez a literatura de ficção, que antecedeu esses livros de Freyre e Menezes, já citados acima. Tocar na questão da identidade, nesse contexto de início do século XX, é de alguma forma tocar em outra

questão básica ‘o que faz ser nordestino’, partimos da premissa de que o Nordeste, hoje, ‘existe’. Existe enquanto referencial disponível que auxilia a dar sentido ao mundo e às experiências de vida, ao ânimo da sociedade brasileira. Este pressuposto é em si problemático, pois se tomarmos o Nordeste (ou qualquer outra região) como se configura no momento atual, juridicamente instituído, estarão relegados todos os processos histórico-sociais que tornaram ‘natural’ e ‘real’ para nós (PENNA, 1992, p.18).

Assim, nos é urgente, entender que pensarmos sobre tal “existência” do Nordeste, da qual nos apresenta Maura Penna, é também depreender toda complexidade do que envolve essa denominação, a partir do momento de sua institucionalização enquanto Região juridicamente estabelecida. Nesse sentido, é importante também desvelar caminhos traçados pelos vários movimentos da elite que se empenhou em fabricar essa espacialidade. Caminhos que forjaram toda a

constituição dessa nova região, que historicamente, sofreu com os vários tipos de ações do Estado, do poder econômico e intelectual que associados cafetinam para si o conceito de regionalismo como uma estrutura de manutenção de privilégios. Dessa forma, o que esse grupo faz, na verdade, é inviabilizar as dificuldades que “cercam não apenas a delimitação dos espaços ou territórios regionais, como a própria conceituação de região” (PENNA, 1992, p.180).

Por isso, as obras acima citadas tornaram-se, desde então, “porta-vozes” de um projeto conservador para o Nordeste, projeto que tinha como intenção se opor à estrutura industrial paulista, para tanto iria acabar com os flagelados e com as crises advindas da seca. Contudo, as ações desse plano não tinham por objetivo romper com as estruturas de poder estabelecidas no espaço regional, mas sim, deixá-las conectadas às monoculturas da cana-de-açúcar, na zona da mata; e do algodão, no agreste; ou ainda no ciclo do gado e do couro instalado no sertão. Em vista disso, podemos depreender que:

A ideologia regionalista, tal como surge, é, portanto, a representação da crise na organização do espaço do grupo que a elabora. Uma fração açucareira da classe dominante brasileira, em vias de subordinação a uma outra hegemônica (comercial-cafeeira), se percebe no seu *locus* de produção e no relacionamento deste *locus* com outros espaços de produção, de forma predominante aquele da fração hegemônica (SILVEIRA, 1984, p.17).

O que se observar a partir desses dois livros é a imposição de “um poder simbólico” de dominação de uma elite que lutava para não perder sua força/política/opressora. Para tanto, procura, a todo custo, manter toda uma região sob o jugo de uma estrutura agrária que, para aquele contexto do final do século XIX e de início do século XX, já se configurava como sendo algo atrasado e que, portanto, não acompanharia o processo de modernização pelo qual passava todo “Centro-Sul” do país, que atraía e concentrava dividendos consideráveis, equiparando as relações de trabalho exigidas pelo mercado daquela época. E dessa maneira, conseguindo alinhar toda uma cadeia produtiva.

Neste processo, novos espaços se configuram mais dinamicamente inseridos no sistema econômico mundial capitalista, como foi o caso da área cafeeira estabelecida territorialmente no então denominado Centro-Sul do país. Enquanto isso, outros espaços, sobretudo o chamado Norte, perderam o dinamismo, postas as contradições das forças produtivas e das relações sociais que os estruturavam, em decorrência da extinção do tráfico negroiro,

a que se somava o aviltamento de preços de seus produtos principais (açúcar e algodão) no mercado internacional (SILVEIRA, 1984, p.16).

Desse modo, compreendemos que as obras de Gilberto Freyre e de Djacir Menezes tuteladas pela elite agrária que perdia sua força política ante a República - e sua imposição no processo de estadualização no interior das regiões -, conservam “a matriz originária que explica a desigualdade pela oposição de uma região em crise a outra em progresso, denominadas de Nordeste e Sul” (PENNA, 1992, p.25). Isto posto, estamos diante de uma ideologia do espaço. Assim, o Nordeste, como muito teóricos apontam é uma construção ideológica, que se impôs por meio de um pensamento conservador, patriarcal, pois:

No pensamento de Gilberto Freyre e de Djacir Menezes matriz ideológica autoritária-conservadora é a mesma, a base_oligárquica. Suas variações quanto ao espaço em estudo não se contradizem; remetem, em última instância, às diferenças entre o espaço açucareiro/fração de classe que aí comandava o processo produtivo e o espaço pecuário-algodoeiro/a fração de classe neste comandava o processo produtivo (SILVEIRA, 1984, p.27).

Nessa perspectiva, nos fica notório o lugar do qual falam esses autores. O pensamento deles evoca uma espacialidade de Nordeste associada à casa-grande, ao autoritarismo movido nas engrenagens de melaço do engenho, da exploração naturalizada no doce da rapadura. E é de lá que Freyre e Menezes explanam suas semioses de “base oligárquica” para erguerem os ditames que forneceram lenha para o fogo atroz que amalgamou as características que fundiram o Nordeste enquanto territorialidade do atraso. Isso fez com que esse espaço mesmo conectado com outras regiões, por meio de um “pacto federativo”, acaba, de alguma maneira, se isolando dos demais. Tal movimento, fez com que, a região Nordeste tão multifacetada, tão híbrida se tornasse refém do “Nordeste” forjado a partir das descrições exóticas de tais autores que emblemaram no antigo Norte o estigma do passado. Como se o passado pudesse ser meramente cristalizado em uma localidade. E que somente a ideia passadista fosse capaz de aferir ao Nordeste um posicionamento fixo, sob a sombrinha da tradição.

Por isso, que o nosso debate aqui destaca o livro *Nordeste*, lançado em 1937, pois ele está para essa região brasileira assim como a *Carta do Achamento do Brasil (1500)* de Pero Vaz de Caminha está para o nascimento do Brasil. Essa obra de Freyre é, de alguma forma, a certidão de nascimento do Nordeste, já que, além de lançar as bases para o Nordeste, ainda se propõe a analisar a recém-criada região. De acordo com o autor pernambucano o livro seria um ensaio sobre o Nordeste,

“uma tentativa de estudo ecológico do Nordeste do Brasil” (FREYRE, 2004, p.37), todavia esse objetivo geral da obra, alcançou prestígio e sucesso – dentro e fora da região. Nele o discurso freyriano para o espaço nordestino é dualístico, transita sempre no campo do contraste entre o “açúcar”, da zona da mata; e a aridez do sertão.

Essa dualidade é tamanha ao longo da obra que o título do primeiro capítulo “A cana e a terra”, o que nos sugere a ideia de que a monocultura na cana-de-açúcar é muito mais uma demanda que advém da terra, do que uma escolha imposta e herdeira de um processo de colonização exploratória.

Isto porque,

a qualidade do solo, completada pela atmosfera, condicionou, como talvez nenhum outro elemento, essa especialização regional da colonização da América pelos portugueses que foi a colonização baseada na cana-de-açúcar; e dizendo-se esta frase banal, diz-se ao mesmo tempo uma verdade muitas vezes esquecida (FREYRE, 2004, p.48).

“A cana e a terra”, na ótica do sociólogo, parece ser um encontro inevitável, de maneira que foi a casualidade desse encontro que ofertou ao Nordeste “das árvores gordas, de sombras profundas e de boi pachorrentos” (FREYRE, 2004 p.45) a aspiração de ser a terra qual emana muito mais mel – do engenho - do que leite para aqueles que ali habitavam. Contudo, as doces delícias eram sempre restringidas a um pequeno grupo, que se apropriava não só da terra, mas também de tudo que havia por cima dela.

Com essa tentativa de um “estudo ecológico do Nordeste” o pensador de Apipucos insere essa região de vez em uma atmosfera totalmente rural, como se nela não houvesse áreas urbanas importantes nos idos de 1937- ano em que o livro *Nordeste* foi lançado -, como era o caso da cidade Recife, que como descrevemos anteriormente, que despontava como uma cidade importante para essa região. Cidade que tinha uma das mais importantes Universidades de Direito do Brasil. Mas por que Gilberto Freyre fez questão de ressaltar nesse seu livro o Nordeste como um espaço restritamente rural e dali evocar os “barões das terras do massapê”; como ele mesmo denomina? Mas, acreditamos que é por fazer parte do poder hegemônico, advindo da cana-de-açúcar que ele toma a decisão por narrar sua região tomando esse viés. Com o intuito de construir um *éthos*, um mito unificador,

pois o massapê tem outra resistência e outra nobreza. Tem profundidade. É terra doce sem deixar de ser firme: o bastante para que nela se construa com solidez engenho, casa e capela (FREYRE, 2004, p.47).

Elaborada, portanto, a trinca basilar para a formação do Nordeste freyriano: 1) o dinheiro, fruto de tudo aquilo que o engenho pudesse produzir; 2) o poder da casa-grande, centralizado nas ordens patriarcais e oligárquicas do senhor do engenho; 3) o manto e a benção da religião, configurado na fé do nordestino. Três elementos que fomentaram a estrutura de um discurso da seca, da fome, da miséria para toda uma região. Discurso, que infelizmente, ainda gera divisas exploratórias em diversos campos simbólicos – políticos, culturais, literários, dentre outros – que atravessaram e atravessam a fabricação histórica da espacialidade nordestina. Na verdade, o que há é uma retomada de uma fabricação do regionalismo.

A partir desse “estudo ecológico” o intelectual regionalista tinha como preocupação diferenciar um determinado espaço e torná-lo particular – em relação às outras regiões do Brasil - seria fundamental para exigir da nação um olhar mais detido para o passado desse local. Segundo ele, era o Nordeste – mesmo inventado há pouco – o símbolo ideal da raça e da cultura brasileira, visto que essa se pauta na junção dos aspectos indígenas, ibéricos e africanos.

Por esse ângulo, o autor de *Casa-Grande e Senzala* procurou ao desenvolver suas ideias, seja em livros ou nas reuniões feitas em congressos, fabricar uma “nação”, uma “pátria” regionalista o que seria algo paradoxal.

Esse

[...] percurso do regional ao nacional passa pela defesa do “popular”, incorporado enquanto autêntico e tradicional, de modo que o processo de homogeneização interna é reforçado, por sobre as diferenças de classe. Finalmente, tal como no discurso regionalista do século XIX, as categorias nação e região não se opõem, pois as práticas e os projetos políticos são nacionalistas, e não separatistas, já que se apela ao Estado para a solução da crise (PENNA, 1992, p.26).

Na verdade, o que vemos é que esse argumento nada mais é do que um dos muitos mitos compensatórios daquela elite que cada vez mais perde espaço social. E que de alguma forma se reverbera na literatura e em outros setores

artísticos de caráter nordestinescos. Compreendemos como nordestinescos todos os aspectos teóricos ou imagísticos que servem para rotular o Nordeste e o nordestino sob as égides: do extismo, do essencialismo, do passadismo, do saudosismo, da estética da fome e da miséria que juntos comungam para engrossar o preconceito contra essa Região. Tais como aqueles estruturados pelos folcloristas, pelos regionalistas e pelos tradicionalistas, por exemplo. Elementos que fazem com que tudo orbite na atmosfera do resgate, do salvamento dos costumes, das tradições, das memórias com o objetivo central de instituir, inventar o Nordeste – como uma construção não só espacial físico/geográfico, mas acima de tudo uma fabricação também discursiva, artística fomentando, desse modo, o acebolamento simbólico com o uso das engrenagens sociopatriarcais, bem como pelo o endossamento cultural propostos por uma elite local. Mas, também fazer com que esse Nordeste se “desvele” e se “descubra” enquanto um país dentro do Brasil. Esse discurso acaba se fortalecendo no seio de uma classe dominante fragilizada, fragilidade comum aos nove estados, ameaçados a todo momento por uma “mecânica destruidora” de um “rival forte” por isso é preciso

salvar “o espírito nordestino” da destruição lenta, mas inevitável, que ameaça o Rio de Janeiro e São Paulo. Era o meio de salvar o Nordeste da invasão estrangeira, do cosmopolitismo que destruía o “espírito” paulista e carioca, evitando a perda de suas características (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p.86).

Dessa forma, era necessário barrar todos os estrangeirismos, como se isso fosse possível. Daí a promoção do isolamento, da ilhificação regional, como falamos anteriormente. Contudo, na prática, o cosmopolitismo, a globalização, cedo ou tarde, tomaria a região, visto que a sua fluidez hidrauliza tudo.

É nessa esteira, do encarceramento do Nordeste em si mesmo, que Gilberto Freyre - adocicado nos verdores dos canaviais - abre o primeiro capítulo do livro *Nordeste* – comentado anteriormente. Nele há uma construção do que seria essa região que intitula a obra:

A palavra “nordeste” é hoje uma palavra desfigurada pela expressão “obras do Nordeste” quer dizer: “obras contra as secas”. E que não surge senão as secas. Os sertões de areia seca rangendo debaixo dos pés. Os sertões de paisagens duras doendo nos olhos. Os mandacarus. Os bois e os cavalos angulosos. As sombras leves como umas almas do outro mundo com medo do sol (FREYRE, 2004, p.45).

Há nesse fragmento acima um campo semântico negativo em torno da região, mesmo tendo a pretensão inicial de uma defesa do espaço, é um verdadeiro mergulho no engessamento da região em um sintagma que, ao que nos demonstra, advém muito mais de uma leitura detida d'Os *Sertões*, de Euclides da Cunha, do que realmente uma análise minuciosa da “ecologia do Nordeste” como propõe o autor no prefácio do livro. Pois, de alguma forma, o que Freyre nos apresenta é uma imposição de um olhar positivista, que também estava plantado no livro de Cunha. Tanto que as expressões “dura”, “seca”, “sertão” e “sombras leves como umas almas” aparecem como sendo fatores deterministas para a região, sem falar na negatividade simbólica do “sol” que, segundo o autor, aflige o nordestino.

Desse modo, os fenômenos naturais, bem gerenciados no discurso do sociólogo, são apresentados como elementos monstruosos e que, portanto, são os verdadeiros alçozes dos habitantes dessa região, que a todo custo precisam demonstrar-se destemidos a todas as intempéries, da força agreste, que paira por sob o Nordeste, como uma espécie de castigo da mãe natureza. Contudo, os aspectos políticos e construções culturais de uma sociedade alicerçada na cana-de-açúcar que já tinha perdido o poder econômico acaba por forçar uma estrutura promotora de um regionalismo, calcado em um falso moralismo embalado pela falácia de que este seria um caminho para uma estética de defesa local e da tradição do povo nordestino.

Esse movimento discursivo, aparenta ser irrefutável, visto que os fenômenos naturais são claramente visíveis e vivenciados pelo nordestino. Porém, ao tratar a caracterização espacial do Nordeste dessa maneira, o autor do livro *Nordeste* parece esconder que o que o mais aflige essa região é a desigualdade social, que também assola outros lugares pelo Brasil afora. Desigualdade promovida, em muitos casos, por disputas pelo poder político e econômico ocorridas no seio da elite que domina áreas produtivas dessa região.

Mais à frente Gilberto Freyre, nesse mesmo capítulo, como uma forma de fabricar essa região, apresenta que para “fugir” de todo esse assolamento “promovido” apenas pela mãe natureza há um lugar, uma faixa de água, uma trilha de verde que servirá para o refúgio: as terras úmidas do massapê, nelas estão a terra da gordura, erguida como sinônimo de fartura nordestina.

Dessa maneira, esse

Nordeste da terra gorda e de ar oleoso é o Nordeste da cana-de-açúcar. Das casas-grandes dos engenhos. Dos sobrados de azulejo. Dos mucambos de palha de coqueiro ou de descoberta de capim-açu. O Nordeste da primeira fábrica brasileira de açúcar - de que não se sabe o nome - e talvez da primeira casa de pedra-e-cal, da primeira igreja no Brasil, da primeira mulher portuguesa criando menino e fazendo doce em terra americana; do Palmares de Zumbi - uma república inteira de mucambos. O Nordeste que vai do Recôncavo ao Maranhão, tendo o seu centro em Pernambuco (FREYRE, 2004, p.46).

Se no fragmento citado anteriormente Freyre culpabiliza a natureza, afirmando que ela é “dura”, com seu sol punidor. Todavia, vê-se nesse fragmento que o autor apresenta a natureza como solução para o Nordeste, mas deixa claro que é apenas em um lugar que a solução se fixa: nas terras dos canaviais. Assim, sendo tudo aquilo que não se enquadra nesse perfil de “Nordeste gordo” torna-se, dessa maneira, “Nordeste magro”, o sertão, lugar distante e árido.

Dessa maneira, Gilberto Freyre fábrica uma narrativa de região consignada em dois polos, como que movido por uma força pendular, “ora como a apologia da casa-grande, ora como a denúncia da seca e da fome” (PIERUCCI; PRANDI, 1984, p.27). E, como uma mesma moeda, paga seu tributo a essas duas faces, como se não houvesse a possibilidade do desdobro de uma terceira face, mesmo que metafórica, para essa mesma moeda debitada. Como se esse Nordeste, fosse somente um hiato entre a zona dos canaviais e o sertão. O que fomenta uma dualidade meio que barroca para avaliar, descrever e engendrar o espaço nordestino de uma maneira binária. Do lado de lá, portanto, temos o sofrimento imposto pela natureza e do outro a mesma natureza oferta suas bênçãos. Que paradoxo. Essa visão nega os aspectos sociais, culturais e políticos que preciso estar no centro da discussão sobre Nordeste, de maneira que a discriminação em torno dessa espacialidade não se dá apenas por seus fatores climáticos ou topográficos, todavia é uma construção proposital e histórica.

Assim, “a terra gorda e de ar oleoso é o Nordeste da cana-de-açúcar”, conectada à estrutura latifundiária familiar. Estaria a solução para essa região na casa-grande? Para Freyre, sim. Visto que é da elite que partirá a ideia de resgate regional. E, partindo dessa concepção, a volta do protagonismo do Nordeste.

Contudo, esse pensamento é “enraizante”, verticalizar o espaço nordestino, unificando-o em uma plataforma moldada no influxo da tradição.

Tal concepção impede a possibilidade de compreendermos o Nordeste em uma percepção “rizomática”, para usarmos aqui a expressão de Deleuze e Guattari, preenchida por conexões por todos os lados, como símbolo de potencialidades e multiplicidades. Se opondo a essa ideia, o pensamento do sociólogo pernambucano fixa o Nordeste em uma insígnia calcada na unidade, tornando-o um espaço homogêneo. Nesse ser raiz, o que temos é uma captura do Nordeste e de suas singularidades configuracionais. Impede que esse espaço seja desenhado fora dos clichês que lhe impuseram historicamente, por intermédio de uma acepção regionalista.

No livro *Nordeste*, Gilberto Freyre, mesmo que de viés e à revelia do real objetivo que ele traçou para obra, nos faz intuir sobre a verdadeira fundamentação da organização espacial da Região recém-criada e seu particularismo no tocante ao modo como a família patriarcal se expande, se avoluma sem nenhum tipo de impedimento de mecanismos sociais, de regulamentação ou qualquer força de

resistências de materiais ou simbólicas. [...] A família patriarcal reunia em si toda a sociedade. Não só o elemento dominante, formado pelo senhor e sua família nuclear, mas também os elementos intermediários constituídos pelo enorme número de bastardos e dependentes, além da base de escravos domésticos e na última escala da hierarquia, os escravos da lavoura (SOUZA, 2017, p.47).

Um espaço elaborado a partir dessas marcas, acaba por instituir relações sociais nas quais o extremo abusoparece normal, de maneira que a “terra é doce sem deixar de ser firme” (FREYRE, 2004, p.47). A exploração da dor alheia, a opressão pauta as relações sociais nessa “formação” regional nordestina, que não permite nenhum tipo de instituição se coloque acima do senhor dessa família patriarcal e dono das terras, visto que

nessas manchas de terras pegagentas foi possível fundar-se civilização moderna mais cheia de qualidades, de permanências e ao mesmo tempo de particularidades que já se fundou nos trópicos. A riqueza do solo era profundo: as gerações de senhores de engenho podiam suceder-se no mesmo engenho; fortalecer-se; criar raízes em casas de pedra-e-cal; não era preciso o nomadismo agrário que se praticou noutras terras, onde o solo menos fértil, esgotado logo pela monocultura, fez do agricultor quase um cigano sempre à procura da terra virgem. Um verdadeiro dom-juan de terras (FREYRE, 2004, p.48).

O que torna esse lugar ainda mais agreste, deixando explícito que não são as forças da natureza, a principal causadora dos problemas da região Nordeste, mas, primordialmente, o modo como sua elite “gerencia” a espacialidade. As descrições, em tons de entusiasmo, nos ofertam um mapeamento das relações fundantes da região. Evidencia o *modus operandi* desse “processo civilizador”, como bem fala Norbert Elias, localizado nestas paragens. Sendo assim, estamos diante de um contexto no qual a classe dominante nega a existência de instituições que possam intermediar os processos de “convivência”, de maneira que não há, por exemplo, leis que possam conduzir situações de conflitos mais complexos. Isto porque, no interior dessa Região predomina “o elemento familístico” como principal vetor social. “Daí que o drama específico dessa forma societária possa ser descrito a partir de categorias sociopsicológicas cuja gênese aponta para as relações sociais ditas primárias (SOUZA, 2017, p.49).

Tendo em vista todos esses aspectos, entendemos que o Movimento Regionalista, estabelecido a partir de Gilberto Freyre, é, de alguma forma, a tentativa de manter esse *status quo* que aciona a semente da ideia do resgate, do salvamento da “Tradição” e do seu salvamento alicerçado em uma visão essencialista do Nordeste. E é todo esse contexto social que condiciona o que se chama de “tradição nordestina”, embasada em vários estereótipos, sejam eles elaborados de maneira externa, bem como aqueles fabricados internamente. A partir dela o jovem Freyre, recém chegado dos seus estudos no exterior, como em uma ação reivindicatória, procura outorgar ao Nordeste “as raízes do Brasil”, com objetivo de fomentar um forte debate para a construção de um caráter de nacionalidade – tão em alta naqueles meados dos séculos XIX e início do século XX -, tendo como base essa espacialidade, seus folgedos, sua culinária, sua cultura popular, bem como seus aspectos “provincianos”. Já que o sociólogo pregava que tais elementos eram fundamentais para fortalecer o discurso da ideologia regionalista, em ascensão para um Estado que se dizia “Novo”. Mas, na verdade o que

[...] aparece no discurso regionalista, explicita e/ou implicitamente é “nação”, a que a categoria “região” não se opõe, mas ao contrário, se compõe, como se pode verificar no apelo frequente da fração subordinada da classe dominante do Estado, como forma de garantir a unidade política. Não perde de vista, na análise, aquele conceito, significa explicar, entre outras questões, o fato de que a prática política correspondente ao discurso regionalista não foi, como se poderia esperar, de uma coerência lógica ao nível teórico [...] (SILVEIRA, 1984, p.43).

Essa fala ideológica/regionalista brotada, estampada em caracteres provincianos, embutiu no Nordeste a sombra opaca de uma homogeneidade que nunca houve nessa região. O que se tem, na verdade, é uma luta entre as elites dentro e fora dos seus estados, como uma maneira de atrair mais divisas para seus apadrinhados, conforme zonas de interesses. Elaborando fronteiras para além daquelas oficializadas pelo Estado. Pois é notório que

as fronteiras regionais (internas) são menos claras que as nacionais (externas) devido, também, à sua maior mobilidade histórica e à multiplicidade de limites possíveis conforme os interesses [...] Diversos são os órgãos de planejamento que criam suas próprias regionalizações: são distintas as demarcações do Nordeste [...], ou ainda o recorte das sub-regiões, de acordo com a ação do Estado via governos estaduais (PENNA, 1992, p.20).

O discurso de Freyre procurou harmonizar as truculências de uma sociedade erguida no patriarcalismo oligárquico, escravagista e açucarado na monocultura agrícola do verde canavial, embebida nas tradições de influências ibéricas, nestas estariam a essência estruturalizante do regionalismo.

É certo que as teorias de Gilberto Freyre não são um eco monofônico. Na verdade, essas ideias freyrianas são endossadas por outras vozes, visto que traz consigo o apoio da elite nordestina presente nos seus nove estados. Elite que percebe no pensamento regionalista daquele momento uma maneira de cobrar o seu reposicionamento - político, econômico e cultural - no contexto da sociedade brasileira, como uma forma de compensar o “esquecimento” da região naqueles primeiros decênios do século XX.

Nesses termos, vemos que a representação deste Nordeste que nos foi posto e imposto, engenhosamente estruturado por uma narrativa regionalista e identitária, fecha todos seus fluxos de potências. Essa narrativa engendra a região nas relações de poder associadas a uma classe específica, calcada no poder, na *maioridade* – para usarmos novamente Deleuze e Guattari -, norteadas por interesses que lhe são muito peculiares. O que temos, de concreto, é a gravação de uma imagem conservadora para essa região, que emoldura esse espaço regional como o lugar do atraso.

Diante dessa configuração o que ocorre é a tentativa de reposicionamento dessa antiga elite açucareira, que inventa o Nordeste a partir de um passado,

ofertando a ele uma ambientação da saudade e que está “presentificado” apenas na memória que é forçada pela necessidade de permanecer com o poder. Contudo, essa saudade e essa memória não cabiam mais no contexto de Modernização do Brasil, ali nos três primeiros decênios do século XX. Então, o que compreendemos é que essa representação tem várias camadas e elas somadas são responsáveis pelos elementos “nordestinóides” - como apregoa Justino (2017) - que geram todos os tipos de preconceitos em torno da Região Nordeste até os dias atuais. Todavia, entendemos que se faz necessário irmos para além do “limite da dispersão e da rasura do estigma” (JUSTINO, 2017, p.66) para, dessa maneira, saímos do fechamento que esses preconceitos encerram sobre os nordestinos e seu espaço.

Assim, fica-nos evidente a escolha da elite daquele momento. Ela escolheu o atraso, o retrocesso, já que era no passado do canavial que estava toda sua “pompa” e seu poder de barganha com o governo central do país.

Daí a importância de manter o Nordeste como “Nordeste”: um lugar licenciado no imaginário místico/religioso/messiânico – acostado na profecia de que o sertão iria virar mar, como forma de vingar o olhar sempre positivo e salvador para o litoral; no pulso do coronel e de seus juizes que endossam legalmente as decisões autoritárias daqueles. Cria-se uma estrutura social conectada na seca, que gerou, além de seus flagelados, as figuras dos vaqueiros fortes, destemidos e dos cangaceiros, que se misturavam à alcunha de vingadores do povo e, ao mesmo tempo, de vilões desses menos favorecidos.

Essas personagens viris são erguidas como uma forma de compensação, já que sem a economia a favor do patriarcalismo só restou à elite, e aos apologistas da ideologia regionalista as elaborar aos montes. E enaltecer, mais uma vez, a figura do “homem/macho”, que por meio da força bruta na “ponta da peixeira” ou no tiro da espingarda consegue resolver suas questões, sem antes tentar resolvê-las na forma da lei. Jogando todos os nordestinos no mesmo novelo estigmatizante do ser arcaico, incivilizado, antirrepublicano, tal como foi apresentado ao Brasil em uma das narrativas mais famosa sobre o Nordeste: *Os sertões*, que descreve uma parcela de nordestinos, aqueles que exclusivamente habitavam Canudos – em um contexto muito específico – como se esses fossem todos os outros nordestinos que viviam em outros locais desse espaço regional. Nesse sentido, a partir do centro da trama

euclidianda, eleva-se um perfil daqueles que habitam o Nordeste, espalha-se aos quatros cantos do Brasil que o nordestino é descrito como sendo um tipo fisicamente forte e tem

[...] aspecto dominador de um titã; verdadeiro pai-d'água; gritando muito descompassado como um capitão do navio; homem bravo, homem de gênio forte; cabras se fazendo em arma com facilidade; falando sempre em mulheres; [...] mãos que manejam o chicote, o reboque e a repetição, que manejam os facões, os machados e as foices, derrubando árvores e homens, jogando para longe matas, inimigos e assombrações; rostos picados de bexiga, fechados e soturnos, contraídos de raiva, que veem raios e ouvem trovões, escutam o miado das onças e o silvo das cobras; cabra macho, que luta como Lampião, que enfrenta um batalhão, que trabalha de sol, a sol, que de noite vai pro sermão, que reza para o Padre Ciço e fala com Frei Damião; homem que prefere morrer a ser desonrado [...] (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p.17-18).

Eis aí o mosaico que vai formatando todo nordestino, o enquadrando em uma moldura para ser exposto na sala de sua elite. Como uma espécie de troféu daquilo que ela mesma construiu com as “adocicadas tintas verdeais” do canavial, com o pincel solar do trabalho com o gado no sertão, sob a tela branca da cultura algodoeira.

Assim posto,

o nordestino é uma figura que vem sendo desenhada e redesenhada por uma vasta produção cultural, desde o começo do século. Figura em que cruzam uma identidade regional e uma identidade de gênero. O nordestino é macho. Não há lugar para qualquer atributo feminino. Nesta região até as mulheres são machos, sim senhor! Na historiografia e sociologia regional, na literatura popular e erudita, na música, no teatro, nas declarações públicas de suas autoridades, o nordestino é produzido como uma figura de atributos masculinos (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p.18).

Todas essas características arroladas até aqui simbolizam o atraso, negam a criação do Nordeste com o ímpeto de cidadania naqueles moldes impostos pelo contexto de início do século XX, que de alguma forma iniciava um perfil de novidade e de modernidade. Cidadania que teve no Brasil sua “*chave mor*” quase virada com a “libertação dos escravos”, que, mesmo de longe, parece-nos uma falácia, já que nesse Nordeste rememorado por sua elite que sempre sobreviveu de práticas análogas à escravidão. Já que, sem que se considere o “outro” como humano não se tem culpa ou remorso com o que é feito com esse “outro”, conseqüentemente posso explorá-lo, posso matá-lo sem que a culpa arrole o sono. Por isso, não podemos negar o quanto essa elite foi perversa ao condenar o Nordeste nesse

chavão exploratório, ainda conecta a essa espacialidade tatar da miséria, da fome, do lugar violento e do valente.

Essa elite ainda é cruel quando homogeneiza esse espaço. É cruel quando se coloca como igual a esse “outro”, quando exige direitos e melhorias, para essa situação regional, criada por ela mesma. Até porque as pessoas que constituem essa elite também são “nordestinas”. Contudo, quando elas exigem tais direitos, na verdade exigem com os gritos advindos do alto da casa-grande. E é de lá que procuram “salvar” o Nordeste, sua cultura, “resgatar a raiz” de uma identidade nacional, “proteger” o seu folclore, os seus festejos populares. Colocando tudo isso no bolso das “tradições nordestinas”, por isso intocáveis.

Todavia, esse discurso é mais uma das formas de “unificar” todos que compõem a classe dominante sob um mesmo escudo: defensores da “áurea presente nas tradições regionais nordestinas”, já que foi essa elite capaz de entender a essência da “alma da terra”, descobrir uma “psicologia regional”, compreender “a espiritualidade” da terra (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p.96) como se apenas iniciados, iluminados, pudessem alcançar tais elementos, conduzindo todos os nordestinos aos píncaros identitários. E, partindo deles, elaborariam o mais puro âmago de uma verdadeira consciência nacional. É com a fé nessa consciência, que a elite “veste” todo Nordeste com as mesmas roupas, promovendo uma padronização sociocultural, imprimindo nessa região uma certa cor local, que se expressa discursivamente em uma forte monocromia. Nesse movimento, a elite esvazia “pretensos elementos” que demonstrariam a região recém-criada como algo “potente” – para usarmos uma expressão de Antonio Negri (2008).

O Nordeste não pode ser condicionado com essa figuração monocromática, padronizada. O Nordeste é uma “manta multicolor” (BOURDIEU, 2000, p.11) e não um espaço regional enquadrado no acinzentado do discurso: 1) da seca; 2) fome; 3) miséria. Essa manta, que por muito tempo só se via por lentes monofocais que reprimiam a percepção de suas variadas cores. Para tanto, faz-se necessária uma maneira diferente de ler essa região, partindo da elaboração de uma epistemologia que se estabeleça para além desse Nordeste que nos foi posto/imposto e

continuamente reposto no decorrer da história, o espaço discursivamente inventado como um lugar das negatividades.

Contudo, parece-nos que são muitas as alas da sociedade que fazem questão de manter conceitos degradantes à Região Nordeste. Conceitos esses que estão atrelados, quase exclusivamente, aos seus aspectos geográficos: lugar de pouca chuva, terra onde o sol escalda e queima tudo, das ossadas de boi ao longo das estradas, das plantações acinzentadas, etc. Todavia, esses aspectos ressaltados como maneiras discursivas de driblar outras questões relevantes que também afetavam e afetam o Nordeste, tais como: aqueles de natureza sociais, questões associadas à forma de falar, o que gerou o pré-conceito linguístico. Tudo isso, como decorrência do enquadramento de toda uma Região na composição dos signos que relacionaram tal lugar a um passado da tradição e, portanto, associado ao atraso.

De acordo com Bourdieu (2000) essa atitude, na verdade, não passa de um jogo, que pelo poder impõe uma visão de mundo que se pauta, constantemente, na “di-visão” do espaço, para, dessa maneira, estabelecer um certo “consenso de unidade”. O que compreendemos é que: “Dá-se igualmente demasiada importância aos fenômenos físicos, como se o Estado não intervisse, como se os movimentos de capitais ou as decisões de grupos não produzissem efeitos” (BOURDIEU, 2000, p.108). Muitos desses efeitos foram quarados na carne crua dessa região, pois:

A expressão *Região Nordeste*, ou, simplesmente *Nordeste*, possui atualmente, significados já muito cristalizados que evocam uma série de imagens, tanto das suas características geográficas, quanto culturais, sociais e econômicas. Entre as primeiras, podemos criar elementos da paisagem que incluem desde o recorte litorâneo com suas praias e seus remanescentes coqueirais, até a paisagem mais seca do agreste e, sobretudo, a do sertão, com sua vegetação símbolo, formada pelas cactáceas e seus tipos humanos, entre os quais sobressai o vaqueiro com sua vestimenta de couro e pele curtida ao sol (BERNARDES, 2007, p.41).

Seguindo na linha da “di-visão”, fica-nos evidente que a elite nordestina, usou do “açúcar”, mas com pouco “afeto”, já que optou firmar-se naquela “estética da fome”, da miséria como uma forma de sustentar as temidas mudanças que não demorariam a chegar no Nordeste. Essa elite fez questão de se prender à tradição, como se tudo que está debaixo do sol não fosse passível de mudanças. O processo de industrialização, por exemplo, foi retardado na região, mas ele é inexorável, que

nos diga José Lins do Rego e seu *Fogo Morto* que demonstrou o rolo compressor da usina se sobrepondo ao engenho, que já tinha aposentado o banguê.

Os vários hectares da cana-de-açúcar, ali apresentados, esverdearam as terras nordestinas, mas não só os nossos solos, “esverdearam a modernização” do Nordeste, não permitindo um amadurecimento de uma consciência regional ao “novo” que já batia às portas das nossas cidades e, dessa maneira, conectar o nosso povo ao processo econômico daquele momento: o processo de industrialização do espaço rural, por exemplo.

E quando, esse “novo” tenta chegar à elite canavieira acaba adaptando-o, mais uma vez, ao tradicionalismo e, de maneira paradoxal, pois procura encontrar em “respostas tradicionais” soluções para “problemáticas” modernas. O que atua nessas ações o passadismo, visto que esse Nordeste inventado, foi construído na esteira da memória e da saudade. A região, desse modo, passa a olhar apenas para dentro, esquecendo que naquele momento era a hora de rever conceitos e olhar para “fora” e entender que era necessário aceitar a modernização do processo produtivo, como uma forma de reparar posicionamentos tomados anteriormente.

Um exemplo disso está presente em *Fogo Morto*, considerada a obra prima de José Lins do Rego, nos apresenta uma narrativa do lamento. Uma verdadeira apologia ao passado áureo dos canaviais, já que o narrador, em vários momentos do romance, deixa evidente que sua opinião ante a modernização é descrita como algo negativo. Pois ela, segundo o narrador, conduziu o engenho Santa Fé à decadência. A decadência desse engenho se torna a metáfora do desmoronamento do império semifeudal imposto ao Nordeste pela cultura do açúcar.

Fogo Morto, assumidamente, é um romance pautado na memória. Uma obra que procura descrever, a partir daquilo que vai sendo lembrado, a estrutura de uma sociedade erigida sob o patriarcalismo e seus desmandos. José Lins nos conduz, aos moldes da ideologia regionalista, à naturalização de um Nordeste composto a partir da batuta dos senhores de engenhos.

Dessa maneira,

Note-se que a memória será o filtro que selecionará o que será lembrado, ou seja, por meio do artifício da memória serão unificados todos os dramas

da decadência nordestina, dramas que são apresentados como vividos de modo semelhante por senhores, trabalhadores de eito, ex-escravos, sertanejos e cangaceiros, promovendo tal aproximação e equalizando os conflitos, abre-se caminho para recuperação do passado patriarcal como a autêntica tradição nacional (CHAGURI, 2009, p.58).

O que compreendemos, na verdade, é que

[...] a história aparece como a principal questão a ser enfrentada pelos regionalistas e será a base que sustentará as suas sugestões estéticas e estilísticas particularmente no que se refere à prosa de ficção. Assim a história da região será rememorada e contada a partir da recuperação do passado patriarcal realizado, por sua vez, a partir dos impasses colocados pelo presente [...] (CHAGURI, 2009, p.54-5).

Além de todos esses aspectos mencionados acima, os regionalistas e sua ideologia associam boa parte da cultura produzida no Nordeste ao folclore e à tradição, elementos que projetam uma semiose conectada a um meio que, em sua origem, nos é apresentado na configuração do atraso e que, desde então, não conseguiu acompanhar os avanços culturais que o Brasil produziu e vem produzindo.

Dessa forma, os temas, os signos, aquilo que erguido como tema de uma Região são colocados em destaque como uma maneira prática de fabricação imagética. São intersemiotizados, repetidos para envolvê-los em uma discursividade que remetem certos ecos com traços de verdade. Essas repetições, por sua vez, causam uma “consciência interna e faz com que tal arquivo de imagens e textos possam ser agenciados” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p.62). Compondo, assim, determinados “paradigmas teóricos” promotores de convencimento de que os estereótipos em torno do nordestino, o apego ao saudosismo, à estética da fome e à tradição se tornem um valor hegemônico, tanto para aqueles que estão inseridos no Nordeste como para aqueles que estão fora. É dessa composição que se alimenta o estandarte meramente regionalista, codificando no estigma topológico do espaço puramente físico.

Por isso, fazem questão de enclausurar a cultura nordestina no que se convencionou denominar de “cultura tradicional”, termo que em muitos momentos se ergue com um tom preconceituoso. Termo, que na verdade, funcionou por muito tempo como um guarda-chuva de homogeneidades para o folheto de feira, reisado, maracatu, boi-bumbá, vaquejada, frevo, xaxado, xilogravura, embolada, o forró e quaisquer outros aspectos que pudessem sombrear-se nessa nomenclatura de

“cultura tradicional” ecoada aos quatro cantos do Brasil pelos meios de comunicação e por muitos pesquisadores como o objetivo central de manter a “cultura a ser preservada”. Como se todas essas representações artísticas fossem uma grande massa unificada, recepcionada e praticada da mesma forma por todo o Nordeste. O que nunca foi verdade. Além disso, carimbaram a cultura do Nordeste como sendo “cultura pura”, daí não poder ser modificada, já que ela é a essência “primeira” da cultura nacional. Contradizendo, desse modo, o que Eagleton (2005) diz sobre cultura:

A cultura não é unicamente aquilo que vivemos. Ela também é, em grande medida, aquilo para que vivemos. Afeto, relacionamento, memória, parentesco, lugar, comunidade, satisfação social, prazer intelectual, um sentido de significado último: tudo isso está mais próximo, para a maioria de nós do que as cartas de direitos humanos ou tratados do comércio (EAGLETON, 2005, p.184).

O termo cultura é algo que está em constante movimento, não é monolítico como sempre se quis estabelecer para o Nordeste e seu povo. O termo cultura deve ser compreendido, acima de tudo, como um conceito poroso, no qual há brechas – visíveis ou não – que estabelecem contatos, pontos de relações e mutações; assim como pontos de fugas. A cultura deve ser compreendida a partir de um devir.

A cultura, portanto, é uma grande metáfora da intervenção humana no espaço, não só geográfico, mas – acima de tudo – no campo simbólico do poder, do qual falou Bourdieu. Daí, não podermos apenas fazer com que esse conceito de cultura volte ao seu ovo, já que o léxico “cultura” vem do latim: “o ato de cultivar o solo”, visto que há tempos esse termo eclode dissonâncias, eclode distorções e já está para lá dos sentidos conotativos.

Mas há, e sempre houve, uma insistência em homogeneizar o Nordeste. Tanto que, em muitos momentos, esse Nordeste era “Sertão”, carimbo que impregnava a essa região a conotação de um lugar distante e ermo, com uma conotação de um espaço “agreste” no sentido de agressivo. Esse vocábulo, “sertão” advém de expressão antiga dos nossos colonizadores: “desertão”, que significava grande deserto, coração das terras. Nos termos de hoje, um espaço “periférico”. E, mesmo com o passar dos séculos, há aqueles que ainda querem impor ao Nordeste apenas essa alcunha, como uma forma de rogar ao local a homogeneização, como um grito incontrolável de conter, de congelar o Nordeste nos ponteiros de um tempo

que não há, colocando-o na boca de *Krónos*, como uma forma de proteger essa região do processo inexorável da globalização. O sinônimo de sertão ao Nordeste não cabe mais. É arcaico. Contudo, ainda é muito secular tal associação, seja na mídia de um modo geral seja na literatura, tratando toda espacialidade nordestina como se fosse tudo igual, uma grande massa de terra repleta apenas de sertanidades.

Lembrar Stuart Hall (2015) aqui é fundamental:

[...] ao lado da tendência em direção à homogeneização global, há também uma fascinação com a diferença e com a mercantilização da etnia e da “alteridade”. Há, justamente com o impacto do “global”, um novo interesse pelo “local”. A globalização (na forma da especialização flexível e da estratégia de criação de “nichos” mercado), na verdade, explora a diferenciação local. Assim, ao invés de pensar no global substituindo o local seria mais acurado pensar numa nova articulação entre o “global” e o “local”. Este “local” não deve, naturalmente, ser confundido com velhas identidades, firmemente enraizadas em localidades bem delimitadas. Em vez disso, ele atua no interior da lógica da globalização vá simplesmente destruir as identidades nacionais. É uma provável que ele vá produzir, simultaneamente, novas identificações “globais” e novas identificações “locais” (HALL, 2015, p.45).

Nesse sentido, é nítida a “geometria do poder” da globalização¹. Já que as relações entre “global” e o “local” – na esfera das escalas espaciais do território constituído pela nomenclatura de Nordeste – são assimétricas. O que estabelece uma multiplicidade de desigualdades não só entre os estados, entre as classes sociais, mas, primordialmente, entre os sujeitos que compõem os agenciamentos hostilizantes, que de alguma maneira, se intercambiam no fluxo complexo dessa “geometria de poder”, impregnada nas relações múltiplas no interior dessa região. Diante dessa percepção, não podemos encerrar o conceito de Nordeste na chave reducionista da homogeneização ou, simplesmente, a partir dela, elaborar uma possível construção meramente identitária.

Por isso, afirmo: o Nordeste não é um aquário. O Nordeste é um oceano. O Nordeste precisa ser lido como um rizoma. Sem apego às raízes e sua verticalização. Mas, associá-lo às conexões múltiplas que os seus bulbos agenciadores podem ofertar. Dessa forma, o Nordeste precisa ser lido para além do Nordeste.

¹ Doreen Massey in HALL (2015, p.45).

Sendo assim, cremos que todas essas pré/conceitos em torno do que é o Nordeste, não passam de um complexo jogo de cartas – para usarmos uma analogia de Norbert Elias (1993) quando se propôs a analisar o processo figuracional entre seres humanos - montado a partir de um discurso tanto externo quando interno a essa região. E em “cada lance” das jogadas discursivas o ser nordestino vai sendo cauterizado, em muitos casos, ao bel prazer das questões político-econômicas das elites locais ou não, pautadas em um trinômio: Estado, espaço e o capital. Desse modo:

Em primeiro lugar, cumpre reconhecer que a existência das “regiões” se deve às imensas disparidades econômica-sociais de um determinado espaço geográfico, submetido à dinâmica da acumulação de capitalista. A problemática “regional” é, assim, o resultado de formas diferenciadas de inserção das diversas partes desse espaço no mercado capitalista (ZAIDAN FILHO, 2003, p.43).

Diante de tudo isso, é importante lembrarmos que o Nordeste nem sempre foi Nordeste. O Nordeste nem sempre existiu. Nordeste é uma invenção. Uma construção político-histórico-social. Sendo assim, vale lembrar Bernardes, (2007, p.43), quando nos diz que a ideia de região pode ser compreendida como uma “expressão direta de uma realidade geográfica”, mesmo que esta seja um ponto relevante a se considerar para a existência de uma espacialidade. Dito de outra forma, mesmo como essa base geográfica, associada ao relevo, à topografia, a uma fauna e flora; que surge aos nossos olhos como quase que invariável – ao menos no que tange à passagem lenta do tempo – “não houve nenhuma percepção da existência de uma territorialidade denominada Região Nordeste”. Reiteramos: o Nordeste é uma ficção. Um produto inventado. A concepção de Região Nordeste é uma industrialização conectada às engrenagens da História, da Literatura, das Artes, da Sociologias, dos Intelectuais, da Música que juntos formam uma grande máquina poderosa de expressão.

Essa percepção de “existência tardia” é prova de que as regionalizações não passam de fabricação. É certo que não queremos negar as características locais, sua topografia, a fauna e flora de uma determinada espacialidade. São, de alguma maneira, referencialidades configuracionais. Mas, não é tudo. Aqui é bom lembrar Roland Barthes (1990) que ao comentar sobre a ideia de espaço nos adverte que o mesmo é marcado por odores, por sons, elementos, muitas vezes, subestimados quando buscamos interpretar determinados territórios.

Desse modo, não podemos descartar de forma alguma que “[...] a apropriação do espaço é igualmente sonora” (BARTHES, 1990, p.2018). Assim, de acordo com Barthes, a avaliação, o estudo de um espaço estará para além da mera geografia. Já que pelo o que se ouve constrói-se concepções em torno do espaço, inventa-se extensões territoriais que podem muito bem destituir mapeamentos cartográficos. Além disso, a sonoridade é também uma forma de narrar.

Acostando-nos a Barthes, então, entendemos que a região Nordeste também foi elaborada por intermédios de seus sons, que, muitas vezes, são evocados nos ritmos musicais como o baião e o forró, por exemplo. Quando não são os ritmos, vemos que as referências, também aos sons produzidos por alguns animais - seja na música ou até mesmo na literatura - tais como o canto de algumas aves, o relinchar do jumento; bem como ao modo de descrever possíveis ações e significados que no senso comum elas têm. Como é o caso do “gemido” da ema no tronco do juremá trazer azar ou agouro. Ou ainda: o voo da asa branca remontar à seca; o carcará ser sinônimo de valentia; o “diz-que-diz-que” dos ventos nos coqueirais representar o som que vem do litoral ou de quem quer descansar; dentre outros sons que são demarcados como sendo elementos nordestinescos que vão contribuindo para a construção de uma semiologia de sonoridades. E por meios delas, imagens para o Nordeste. Imagens que ganham conotação, em muitos casos, de tradição, já quem os indicam como sendo regional, sinalizam que tais sonoridade advém de um tempo longínquo.

Essa tradição sonora/imagística alimenta histórias, memórias que, ofertam uma sobrevivência, ou melhor dizendo, uma “supervivência” de iconologias de ausências, tatuadas a essa região também através de tais sons. E, que, assim, territorializa toda espacialidade nordestina no Nordeste da invenção. Portanto, precisamos reaprender a ouvir esse Nordeste que pulsa multiplicidades, para praticar uma exegese não só do visual, do cartográfico, mas também do sonoro, já que o rizoma de sons, neste jogo de entrelaçamento do tempo/espaço/discurso pode nos revelar uma nova interpretação que não se encerra nos sentidos meramente geográficos, mas procura “abrir” o Nordeste para outras possibilidades de leituras. Nesse sentido, a percepção sonora pode ser mais uma dessas formas de compreender e criar um espaço regional. Além disto, os outros sons tais como:

das motos, dos carros, do rádio, das TV's, do motor da usina, dos smartphones – soem juntos em agenciamentos e em hibridizações – reinventando agora o Nordeste.

Mas, mesmo estando atento às sonoridades, precisamos compreender que elas podem nos lançar nas teias dos estigmas e dos estereótipos que tais sons podem nos conduzir. Dessa maneira, faz-se necessário treinar a audição/interpretativa, alfabetizá-la para além dessas sonoridades. Para além desse Nordeste que também nos foi imposto por intermédio dos sons. Sons que nos obrigaram a ouvir e deles extrairmos “nordestinidade”. Nesse sentido, é impositivo observarmos os fluxos existentes nas multiplicidades sonoras que também permeiam a Região Nordeste. Assim, o ouvido torna-se uma máquina interpretativa potencializada de expressão.

2.2 Retrato amarelado de um espaço que não há: o Nordeste e sua fabricação

O Nordeste não existia. O Nordeste nunca houve. Era apenas uma área entre o Norte e o Leste. Isso até o fim do Império e as duas primeiras décadas do século XX. Antes disso, o que tínhamos era apenas a divisão Norte e Sul. Sendo assim:

O conceito de Nordeste, a aceitação de que existe uma região nordestina, é relativamente novo no Brasil. Durante o Império e a Primeira República, os Estados hoje nordestinos eram chamados de “o Norte”, admitindo-se que o país poderia ser dividido em duas porções: o Norte e o Sul, a primeira se contrapondo à segunda (ANDRADE, 1988, p.5).

Como se pode depreender a partir da citação de Manuel Correia de Andrade, uma região é criada a partir de rivalidades, de contraposições internas de um país. Na verdade, se tem uma divisão para fins administrativos, ao menos é isso que diz a

teoria da elaboração regional. Quando não se faz com esse objetivo, temos a separação por questões culturais. Desse modo, historicamente,

as regiões podem ser pensadas como a emergência de diferenças internas à nação, no tocante ao exercício do poder, como recortes espaciais que surgem dos enfrentamentos que se dão entre os diferentes grupos sociais, no interior da nação. A regionalização das relações de poder pode vir acompanhada de outros processos de regionalização, como o de produção, os das relações de trabalho e das práticas culturais, mas estas não determinam sua emergência (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p.16).

Posto isto, entendemos que, de maneira geral, o senso comum implica ao conceito de região como sendo uma simples parte integrante de uma unidade maior. Contudo, como vemos, logo no início deste tópico, a divisão de um espaço em zonas regionalizadas é, acima tudo, também uma questão política. Este aspecto político deve ser interposto ao conceito de regionalização, visto que no bojo da máquina moderna do poder governamental, no que diz respeito às questões que envolvem espacialidades, é sua prerrogativa lançar as bases das relações entre espaço-Estado-capital. Desse modo, fica notório que uma região não se dá apenas por questões naturais do ambiente. Mas, também, é importante frisar que

o conceito de região, mais do que a simples aglutinação de estruturas produtivas, históricas ou culturais semelhantes sob um mesmo espaço, perpassa relações de poder e de criação de significados. Uma fronteira não só estabelece uma divisão de território, mas também cria as bases para um processo de exclusão mútua entre interior e exterior (SILVA, 2010, p.2).

E para a criação de tais significados sempre - a estrutura desse poder simbólico -, recorre à ciência e ao seu discurso, como uma maneira de legitimação das fronteiras. Por isso, tais demarcações geopolíticas apresentam uma concepção de subalternidade ao espaço e ao social, de maneira que o conceito de região é sem dúvida calcado a ideologia simbolizante do regionalismo. E, assim, não há como se desenvolver fora de acepção localista, localismo que faz questão de apagar marcas de que tudo isto é construído em um processo socio/político/histórico.

E no Brasil, desde antes da entrada do século XX, sentiu-se a necessidade de construir essas regiões – impostas pelos discursos de modernização da nação, discurso incipiente dos futuros processos da globalização. Tanto que foi no período de Getúlio no governo, logo após a criação do IBGE, que surge a Região Nordeste. Desse modo, fica-nos claro que “o Nordeste é uma produção imagético-discursiva formada a partir de uma sensibilidade cada vez mais específica, gestada

historicamente, em relação a uma dada área do país” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p.62).

Como se vê a representação do que hoje entendemos como *Região Nordeste* é algo muito recente e foi se constituindo muito mais por questões econômicas e, acima de tudo, políticas. Contudo, não podemos negar que o mesmo vem se desenhando desde o período colonial e mais tarde com sua açucarocracia, erguida por grupos sociais que lhe impuseram uma definição fechada em si mesmos. Açucarocracia que vai ofertando mais plenamente a visão desse Nordeste que a mídia de massa e as elites locais tanto insistem em difundir: latifundiário, plantado a partir da casa-grande, arraigado à escravidão, à capela, um lugar símbolo da tradição e do passado, como já apresentado anteriormente. Esses grupos, portanto,

são os que, por meio do seu poder, por meio de suas intenções - vão pintando, vão delimitando, estabelecendo uma pictografia simbólica do espaço, espaço que vai sendo, portanto, modelado a partir da certeza, intencionalmente, estrábica, numa tropia que faz questão de dualizar o Nordeste entre a seca e o molhado, entre o sertão e o litoral, já que polarizar sempre é fundamental para o retroalimento do poder local, ocasionando uma verdadeira “compressão espaço-tempo” (HALL, 2015, p.46).

Diante disso é bom ressaltar que:

Uma região não é uma delimitação natural, baseada em critérios objetivos, fornecidos pela geografia física, nem por uma essência cultural definida pela geografia humana. Uma região é antes, uma construção resultado de interesses – alguns convergentes outros divergentes – e agentes diversos (sociólogos, geógrafos, etnólogos, economistas, políticos, artistas) que disputam e/ou tecem alianças entre si para conquistar o poder de divisão de um espaço atribuindo-lhe identidade(s) (BARBALHO, 2008, p.75).

Assim, esse contexto sócio/ideológico é que vai montando peça a peça o Nordeste, podemos retomar aqui uma das ideias difundidas por Chartier de que: “As representações sociais não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros [...]” (CHARTIER, 2002, p.17).

Já que:

De certa forma, ao final desse espectro, estão aqueles que estão fazendo ambas, a movimentação e a comunicação, e os que estão, de alguma forma, em uma posição de controle em relação a ele – os *jest-setters*, os

que enviam e recebem faxes e emails, fazem conferências internacionais por telefone, distribuem os filmes, controlam as notícias, organizam os investimentos e as operações em moedas internacionais. Estes são os grupos que estão realmente, de certo modo, responsáveis pela compressão do espaço-tempo, que podem realmente usá-las e tirar proveito dela, e cujo poder e influência muito definitivamente aumenta. Em suas margens mais prosaicas, esse grupo provavelmente inclui um bom número de acadêmicos e jornalistas... aqueles, em outras palavras, que escrevem mais sobre isso (HALL, 2015, p.46).

No fabrico de tais representações, nos é certo que todos esses fenômenos políticos, sociais e históricos, até aqui explanados, são fundamentais para introduzirmos um pensamento no tocante aos “Nordestes” que constituem o Brasil. Tanto que essa é uma das regiões mais estudadas em nosso país. O Nordeste é o espaço com o maior número de livros de História, de Sociologia, de Literatura, artigos acadêmicos, dentre outras coisas.

Contudo, ainda se sabe muito pouco sobre esse lugar entre o Norte e o Leste do Brasil, pois o que ainda se propaga sobre essa região são informações associadas muito mais ao seu passado do que ao seu presente. Desse modo, a quantidade dos escritos que se referem ao Nordeste acaba dizendo mais do mesmo. Na verdade, em muitos deles, o Nordeste não passa de um objeto colocado em uma sala repleta de espelhos e que apenas reproduzem conceitos replicados sobre as mesmas imagens projetadas.

Assim, as informações desses vários estudos foram constituindo um carrilhão de obras artísticas – na música, nas artes visuais, na literatura (primordialmente) – que se inspiraram nesse passado nordestino que reforça estereótipos, clichês que cristalizam o Nordeste, que o expõe como uma fotografia amarelada dependurada em uma parede qualquer de uma memória coletiva e do senso comum, trazendo à

lembrança, a imagem de uma região de extrema miséria, sujeita a secas periódicas que dizimam os rebanhos e frustram as lavouras, provocando o êxodo e a morte por fome e sede. Ou então a truculência dos coronéis proprietários de terras, mandando matar ou surrar os trabalhadores e tentando impedir que eles se organizem em ligas camponesas ou sindicatos. O Nordeste é ainda associado ao cangaço, forma de banditismo rural que algumas pessoas têm tentado transformar em movimento romântico de homens injustiçados que lutavam contra os desmandos dos latifundiários em defesa dos pobres (GARCIA, 1984, p.7).

Transforma-se, a partir desses aspectos, a Região Nordeste em um grande outdoor de preconceitos, por meio de uma identidade imposta, construída com as

marcas de uma elite saudosista. Mas devemos lembrar de Bourdieu (2000) ao comentar sobre “identidade” e “representação” deixando-nos claro que

(...) a procura dos critérios “objetivos” de identidade “regional” ou “étnica” não deve fazer esquecer que, na prática social, estes critérios [por exemplo, a língua, o dialeto ou o sotaque] são objetos de *representações mentais*, quer dizer, de atos de percepção e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento em que os agentes investem os seus interesses e os seus pressupostos, e de *representações objetais*, em coisas [emblema, bandeiras, insígnias, etc.] ou em atos, estratégias interessadas de manipulação simbólica que têm em vista determinar a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e dos seus portadores (BOURDIEU, 2000, p.112).

Essas manipulações simbólicas tornam-se recorrentes nessa região. E são mexidas e remexidas como uma maneira de estruturar as “representações mentais”, elaborando crenças de que o passado e a tradição representem a espacialidade nordestina. Todas essas questões, portanto, tornam imperativos ecos, desacertos e lapsos que ainda não equacionam o Nordeste, que, de certo, esse lugar nunca existiu, mas que no hoje é forçado a ser, a partir de uma invenção. Mas, também insistimos: tal atitude não passa de estratégias de manipulação simbólica. E tal qual um pêndulo, vão e voltam a serem veiculados pelos meios de comunicação de massa, - assim como pelos analistas artísticos de plantão - que mostram sempre: a miséria, a fome, a pobreza, como uma forma de esconder o que há de potência no Nordeste, buscando, de forma ardilosa, aniquilar zonas de escape e fechar os poros existentes nessa camisa de força discursiva e tautológica rotuladora, como uma forma expressa de “capturar” o Nordeste da *Região Nordeste*, pois a

noção de região, antes de remeter à geografia, remete a uma noção fiscal, administrativa, militar (vem de *regere*, comandar). Longe de nos aproximar de uma divisão natural do espaço ou mesmo de um recorte do espaço econômico de produção, a região se liga diretamente às relações de poder e sua espacialização; [...] Ela é uma noção que nos envia a um espaço de domínio (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p.36).

Esse estigma acaba sendo imposto a essa região, devido à elite local ter se tornado, propositalmente, subserviente ao Sudeste industrializado, o que não parece ser uma novidade. Essa classe, sempre fez questão de reforçar o discurso de que

o Nordeste é uma região de povoamento antigo, de estruturas consolidadas, com uma economia em processo de estagnação e foi transformada, desde o século XVIII, em fornecedora de mão-de-obra ao sudeste. Ultimamente a sua economia vem sendo modernizada em função mais do fortalecimento dos grupos econômicos locais, do Sudeste e internacionais, do que dos

interesses da população regional (ANDRADE, 1988, p.10).

E a “eficácia do discurso performativo que pretende fazer sobrevir o que ele enuncia no próprio ato de o enunciar é proporcional à autoridade daquele que o enuncia” (BOURDIEU, 2000, p.116). Sendo assim,

A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades que reorganizam seu significado [...] (CASTELLS, 2001, p.23).

Nesse sentido, o Nordeste enquanto significante tem sido historicamente binarizado: o litoral versus sertão. De maneira que uma identidade só existe na oposição à outra. Assim, o litoral seria o “outro” frente ao sertão, o contrário também é verdadeiro. Como se essa binaridade pudesse ofertar todos os sentidos possíveis para essa região, o que nunca foi verdade. Já que para decifrar as potências da máquina Nordeste requer movimentos hermenêuticos em rede, não uniformizados e que, portanto, neguem rótulos para esse espaço.

Para repensarmos essa região, podemos cogitar a possibilidade de um “devir-Nordeste” e de, conseqüentemente, um “devir-nordestino” - Deleuze e Guattari. Pensar esses “devires” como uma forma de processar “zonas de fugas” daquelas imagens unificadoras e estereotipadas, maneiras de fugir do binômio litoral/sertão. Um devir que promova desdobramentos das diferenças que se presentificam no âmbito dessa região. Devido à emergência de compreender as suas multiplicidades e daí problematizar a leitura e a construção de um Nordeste por uma ótica rizomática. É necessário pensar diferente, modificar a atitude de teorizar o Nordeste. De maneira que uma nova epistemologia para o Nordeste seja erigida. E isto é urgente.

Dessa forma, essa epistemologia não pode partir de uma concepção tradicional, pois acreditamos que “o pensamento não é arborescente e o cérebro não é uma matéria enraizada nem ramificada” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p.34). Isto porque, pensar essa região dentro da concepção tradicional, como sempre foi feito, é tornar o Nordeste uma árvore de “raiz pivoltante”, com uma origem e um fim.

Conceituar o Nordeste, na perspectiva clássica e retrógrada: a) da fome, b) da miséria, c) da seca, d) da carcaça de animais mortos, e) dos coronéis, f) do messianismo, etc, é voltarmos para a ideia de uma região binária, pois para existir precisa sempre de um “outro”. E esse “outro” é o Sudeste/São Paulo, apresentado discursivamente como o espaço do moderno, da indústria; enquanto os nove estados da região nordestina são moldados, propositalmente, a partir de um lugar de fala estruturado no atraso, na tradição, no folclore.

Esse conceito de rizoma os filósofos bebem na botânica. E a partir dele buscam aplicá-lo para pensar uma nova possibilidade de reconfigurar o Nordeste. Sendo assim, construir o pensamento a partir da ideia de rizoma é entender que esse conceito é uma espécie de “caule subterrâneo” com várias conexões, que crescem de maneira horizontal e não só na verticalidade tal qual faz a raiz de uma árvore. Isso posto, pode-se dizer que “não existem pontos ou posições num rizoma como se encontra numa estrutura... Existem linhas” (DELEUZE; GUATTARI, p.24).

Partindo desse pressuposto da ideia de rizoma, é importante deixar claro que

diferentemente das árvores ou de suas raízes, o rizoma conecta um ponto qualquer com outro ponto qualquer e cada um de seus traços não remete necessariamente a traços de mesma natureza; ele põe em jogo regimes de signos muito diferentes, inclusive estados de não signos. O rizoma não se deixa reconduzir nem ao Uno nem ao múltiplo. [...] Ele nem tem começo nem fim, mas sempre um meio pelo qual ele cresce e transborda (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p.43).

Ainda acostado a essa perspectiva, podemos dizer que

o rizoma é uma antigenealogia. É uma memória curta ou antimemória. O rizoma procede por variação, expansão, conquista, captura, picada. Oposto a grafismo, ao desenho ou fotografia, oposto a decalques, o rizoma se refere a um mapa que deve ser produzido, construído, sempre desmontável, conectável, reversível, modificável, com múltiplas entradas e saídas, com suas linhas de fugas (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p.43).

Nesse sentido, partimos da concepção de rizoma como uma forma de promover uma nova possibilidade hermenêutica para o Nordeste e com ela estaremos removendo os decalques, os estigmas que foram impostos no momento que o signo “Nordeste” vem à tona no final do período Imperial para início da República no Brasil. Assim como um rizoma, o Nordeste não é algo exato. Mas como propõem Deleuze e Guattari para o rizoma, podemos dizer que essa região é

a “afirmação de uma heterogênese” que rivaliza com a “ordem filiativa do modelo de árvore e raiz” tal como teorizavam Gilberto Freyre e Djaci Menezes, nos livros *Nordeste* e *Outro Nordeste*, respectivamente, que representavam esse espaço regional com uma de unidade.

Por isso, urge compreender o rizoma/Nordeste, no campo da literatura, com uma outra abordagem, diferente daquelas que já apresentadas em outros momentos. Já que há várias entradas, várias linhas com “trajetos de diversas semióticas” para abrasar, friccionar até o limite máximo os signos que serviram para a invenção da discursividade em torno da nordestinidade e do Nordeste que ainda ecoa como uma subcategoria dentro do contexto de alguns setores brasileiros.

Dessa maneira, o que temos posto sobre a questão espacial dessa região - para usarmos aqui uma linguagem literaresca/psicanalítica -, é uma espécie de **complexo duplo de macabéa**, aquela nordestina presente em *A hora da estrela* de Clarice Lispector: 1) que precisa de alguém que lhe cuide e adote, pois é ingênua, alienada, não tece nenhum tipo de ação contra qualquer agrura da vida (abordagem de regional/folclorista fixada na tradição passadista); 2) do outro lado a teimosia, aquela aceita as imposições do destino, uma forte alusão aos macabeus bíblicos (abordagem de que o Nordeste é algo natural). E de alguma forma, a ficção regionalista também exerceu esses aspectos macabeianos, jogando nos ventiladores da indústria editorial em expansão no período de 1930, um Nordeste como o lugar onde os fortes nascem. Alguns, por meio do essencialismo, acabaram reforçando o olhar articulado a “homogeneização cultural” daquilo que é “local”, como se por meio da globalização, tão avizinhada, fizessem com que as

[...] tradições diversas do mundo seriam recalçadas ou suprimidas sob a hegemonia, nos espaços de difusão midiática, das culturas europeias e americanas. Esse receio de “McDonaldização” do mundo não considera, contudo, a complexidade dos mecanismos de reação e adaptação das culturas não-hegemônicas ao impulso de anulação das diferenças que a globalização engendra, promovendo formas novas e específicas de pertencimento ao *local* e criando, simultaneamente, articulações inéditas com o fluxo *global* de informações. Tampouco vislumbra como a reprodução/recriação de diferenças pode ser funcional à ampliação/diversificação constantes de mercados de bens simbólicos que a globalização demanda (ANJOS, 2005, p.11).

Na verdade, precisamos quebrar com esse movimento pendular e que oscila apenas em dois movimentos nas extremidades das narrativas em torno do Nordeste,

que em muitos momentos reforça velhos estereótipos. “[...] A imagem da região precisa, portanto, ser reelaborada seguindo estratégias variadas, sendo, portanto, móvel” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p.62). Queremos, na verdade, demonstrar movimentos híbridos, cheios de nuances de brechas, que estabelecem possibilidades de fuga ao exotismo ou reificações de lugares comuns impostos ao Nordeste enquanto região. E que essa sofre “um processo de permanente desterritorialização e estranhamento, de desmanche da geografia e da distinção temporal específicas em que se fundam e se afirmam sistemas de representação” (ANJOS, 2005, p.14). Para que, dessa maneira, apareça em nossa leitura os Nordeste – assim mesmo, no plural - e com todas suas multiplicidades de culturas que se integram à nossa nação, sem a fabular e essencialista crítica pautada no trinômio das raças, para fins da elaboração de uma unicidade regional.

A noção de unidade aparece unicamente quando se produz numa multiplicidade uma tomada de poder pelo significante ou um processo correspondente de subjetivação: é o caso da unidade pivô que funda um conjunto de correlações biunívocas entre elementos ou pontos objetivos, ou do Uno que se divide segundo a lógica da lei binária da diferenciação do sujeito (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p.24).

É relevante, por isso, romper com os binarismos advindos de certas análises da ficção contemporânea que têm como tema central o Nordeste. Já que uma análise crítica de tais enredos pautados na mera polarização (local/global; rural/urbano) nos conduz a passos superficiais no campo interpretativo das complexidades existentes no interior dessa região. Em vista disto, esse debate precisa ser cada vez mais amplo, de modo que não podemos negar que há uma variada “rede comunicativa destinada à negociação da diversidade” (ANJOS, 2005) que precisa ser compreendida ao se estudar o espaço nordestino.

Diante de tudo isso, não queremos aqui nesse trabalho “salvar o Nordeste”, “lutar contra os preconceitos em torno das significações impostas aos nordestinos”, nem tão pouco apenas “apresentar novas histórias sobre o Nordeste”. Contudo, temos o intuito de pensar, a partir da Literatura Contemporânea – produzida no Nordeste ou por nordestinos – possibilidades de outros Nordeste, que podem nascer não apenas como um espaço elaborado pelos aspectos geográficos, políticos, culturais e econômicos enviesados por um olhar elitizado; mas que, acima de tudo, pode ser ressignificado pela mesma linguagem que inventou esse “Nordeste” que está aí posto. Ressignificação que promova a equiparação do

Nordeste que contém suas porosidades e seus problemas sociais como qualquer outra região do Brasil na qual não haja investimentos e que tenha profundas marcas de desigualdades, sejam elas de que tipo for.

Não queremos negar todo o passado do Nordeste, nem esquecer os ciclos que os fatores climáticos dispõem para esse espaço. Contudo, na contemporaneidade é preciso entender que todos os clichês construídos em torno dessas questões não correspondiam e nem correspondem mais ao Nordeste. Não correspondiam, pois essa região nunca teve um tipo de solo único, uma cultura agrícola única. Nunca tivemos uma fauna e flora únicas.

Nosso modo de falar, de nomear comidas, de promover a arte e as festas populares sempre foram diversificadas, sempre apresentaram conexões a partir das multiplicidades e não da homogeneização. Um espaço unificado sempre foi uma utopia forjada no seio de determinadas classes sociais, que se viam, assim como de suas terras, donas, guardiãs da “essência nordestina”. E que sempre fez questão de deslocar essa região do resto do país, como uma forma de manter seu poder hegemônico. O que não corresponde com a realidade, porque o Nordeste não está isolado do mundo. Não está empalhado em museu. Ao contrário. O Nordeste é uma espécie de *link* nas redes da globalização. Apresentando, dessa forma, os principais problemas e vantagens sociais de qualquer lugar do planeta. É, sem dúvida, um espaço muito bem inserido na complexidade dos agenciamentos necessários à sua contemporaneidade.

Contudo, mesmo diante de todas essas conexões com o presente da modernidade, ainda conserva em seu estoque social questões crônicas que são resquícios do seu passado, que ofertam desafios importantes a serem superados por todos aqueles que compõem essa região. E uma das maneiras para começar a superar tais obstáculos, é romper com todo aquele imaginário que foi inventado para o Nordeste e seu povo. Para que assim se elabore uma visibilidade no tocante as potencialidades desse espaço do presente, presentificação que sempre lhe foi negada.

O Nordeste não é um objeto que se perdeu em um longínquo pretérito e que precisa a todo custo ser encontrado. Ele está no aqui e agora. E tem um futuro, que

pode muito bem ser estabelecido a partir do usufruto e as conexões da tecnologia, pois o Nordeste tem ilhas tecnológicas e *startups* importantes em alguns dos seus estados. E enquanto o problema mundial é buscar por fontes de energia limpa, por exemplo, o Nordeste tem, em pleno funcionamento, parques importantes de energia eólica e solar.

Assim, entendemos que o Nordeste – como sempre nos foi apresentado - não foi um espaço ofertado pela natureza. O Nordeste é um fato Histórico, demarcado e datado. Um lugar da invenção. Fundado a partir da escolha de uma elite, a partir de uma determinada tradição fabricada, pautada no áspero, no estereótipo do atraso, na memória como o lugar da saudade. Dessa forma, é importante ter em mente que: “Se a vida é amiga da arte, é possível com arte inventarmos outros Nordeste, que signifiquem a supressão das clausuras desta grande prisão que são as fronteiras” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p.354

3 O NORDESTE, A CRÍTICA LITERÁRIA E O REGIONALISMO

3.1 Falas erigidas ao alçapão

No capítulo 1 vimos que o Nordeste nem sempre existiu. É uma espacialidade recente e invencionada no contexto social/histórico/político do Brasil, e, também, para sua literatura. O Nordeste, como imposto, é um conceito e foi inventado a partir de um lugar discursivo pertencente a uma elite que, por está perdendo poder em um contexto socioeconômico mais amplo do país, vê na divisão regional uma oportunidade – mesmo que remota – de ainda expor suspiros de sobrevivência. Acuada, diante de toda essa situação, essa mesma elite decide movimentar-se e, literalmente, busca elaborar um inventário para essa região recém-criada. Inventário, que na concepção dessa classe, lhe ratificaria o direito de “donatários” não só de uma territorialidade nordestina, mas também por conservar as “tradições” do Nordeste e, desse modo, manter tudo como sempre foi.

Mesmo diante desse inventariado composto por uma determinada classe para elaborar um Nordeste que já nasce caduco, queremos salientar que essa Região não é só discursiva, é também materialidade histórica, geográfica e literária. Dito isto, não há como negar sua materialidade, seu geografismo, sua topografia, seu clima, sua fauna, sua flora e sua representação simbólica, essa guiada pelas artes e letras produzidas nessa ambientação. Não há como negar que essa territorialidade é uma fração inserida em conjunto espacial maior, denominado de Brasil. E que, para tanto, temos elementos econômicos e políticos que também imprimem marcas indelévels no que diz respeito à sua fixação concreta em uma existência contínua de exploração e de preconceito, sejam eles externos a região sejam eles dentro da composição dos seus nove estados federativos.

Diante de todas essas condições o que temos um mapeamento que endereça o Nordeste da seguinte forma: A) é uma Região composta de 9 estados; B) com extensão territorial de 1.554.257 quilômetros quadrados, o que corresponde 18% do território brasileiro; C) tem, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), cerca de 28% da população do país; e que D) apresenta quatro sub-regiões: Meio-Norte, Zona da Mata, Agreste e Sertão, além de outras divisões em microrregiões das mais variadas possíveis que compõem esse pedaço do Brasil. Além desses dados, que sinalizam o tamanho da Região, deve-se considerar que no tocante aos aspectos humanos temos uma pluralidade cultural muito evidente, basta andar pelos estado para comprovar esse aspecto. Diante disso, não há como depreender o Nordeste com um lugar homogêneo ou desconectado de todos os processos históricos e da globalização que também interfeririam/interferem nessa espacialidade. Portanto, unificar o que se passou a chamar de Nordeste em um mesmo brasão, além de impossível, é um ataque a diversidade.

Assim, o que reforçamos, desde o primeiro momento deste estudo analítico, é que tais condições, por si só, podem até demarcar elementos para o estabelecimento de uma “figuração identitária”. Todavia, ainda dizem pouco sobre o modo como se fabricou toda uma ideologia de regionalidade, bem como ocorreu e ocorre o seu *modus operandi* de institucionalização dos conceitos e dos pré/conceitos no tocante ao Nordeste.

Nesse sentido, os “herdeiros dos canaviais” evocam uma vaidade já quase falecida, e, por intermédio dela constroem um “novo” com um DNA de caduquice, que na verdade não deixa de ser um paradoxo, visto que a plataforma desse novo é um espectro conectado ao passado e à memória. Fabrica-se para o Nordeste uma espacialidade de um saudosismo, de um essencialismo que não favorece uma visibilidade potenciadora para a região.

Assim, gritam para as outras regiões do país que o Nordeste é o lugar onde está a verdadeira raiz do Brasil, já que eles, advindos da casa-grande, conseguiram guardar as tradições originárias da confluência das três raças formadoras do povo brasileiro: o nativo, o africano e o branco. O que evidencia, ainda mais, o quanto a concepção de uma cultura puramente nordestina também é uma invenção. E,

propositalmente, esquecem que esse processo de ocupação territorial nunca foi algo harmônico entre as três raças. As elites locais sempre fizeram questão de promover um apagamento dos atos de violência para constituir o mito de origem deste Nordeste que eles defendem e, desse modo, invencionaram uma narrativa romantizada dessa miscigenação.

Dessa maneira, tal percepção enclausura o Nordeste em uma teia discursiva de que há uma “cultura raiz”, “originária”. Uma cultura que emana de um regionalismo nordestino e que seria, assim, a fonte geradora da cultura nacional. Destarte, a cultura nordestina para manter-se pura, intocada, livre do cosmopolitismo e das interferências de estrangeirismos; foi maquinalmente elaborada para ser uma cultura ruralista. Operacionalizada, portanto, a partir do folclore e das manifestações culturais ditas populares.

Nosso estudo considera tais elementos como sendo partes constituintes do Nordeste. Não estamos negando isto aqui. Porém, não as tomamos como uma concreitude encerradas em si mesmas e prontas para serem veneradas ou protegidas. Ou seja, entendemos o folclore e as manifestações ditas populares pelo que elas são: 1) conceitos, 2) categorias, 3) matérias de expressão, 4) classificação, etc. Se não pensarmos nelas desta forma, estaremos praticando aquilo que estudos anteriores fizeram com tais elementos, retiraram deles seus contextos sociais de produção, historicidade, promovendo, em muitos casos, o esvaziamento de suas discursividades políticas, capturando delas suas potencialidades e os seu mais diversos lugares de fala.

Na verdade, o que esses estudos faziam com o que chamavam de cultura nordestina de raiz, era um processo de deslocamento dos contextos para que essa cultura fosse acionada em uma outra “nova realidade”, aquela que eles constituíram junto às elites locais. Daí a ideia paradoxal da qual falamos anteriormente, a fabricação do “falso novo”. Dessa maneira, a fixação do Nordeste no campo do passado, da memória e da tradição surge em torno de um movimento para conservação, não deixa de ser uma espécie de empalhamento da cultura nordestina. E transforma essa cultura

em símbolo de uma identidade regional, em ícones, em manifestações típicas de uma regionalidade que se propõe como sendo a verdade e a essência destas manifestações culturais (ALBURQUERQUE JÚNIOR, 2013, p.23).

Também foi demonstrado que esse discurso foi endossado por atores intelectuais, culturais e políticos que, a todo custo, elaboraram compêndios teóricos fundamentadores do que ficou conhecido como “ideologia regional”. Tal traço nada mais é do que uma reserva do que sobrou para essa elite: reivindicar a concepção da riqueza cultural “formadora da identidade brasileira”.

Contudo, o resultado dessa postura, proposital, de construir um espaço nesses moldes foi lançar o Nordeste e o nordestino em um mar de estereótipos que lhes são adesivados e elevam também os preconceitos em torno da região. E, dessa maneira, escolhendo o passado e a Tradição como as características centrais para esse espaço, essa elite nega ao Nordeste o cosmopolitismo, o lugar da modernidade, o ambiente da fartura e da oportunidade.

Essa postura ergue as marcas do preconceito por origem geográfica e, também, a do preconceito linguístico. Marcas que, no Brasil, atravessam em especial a corporeidade nordestina, sempre vista como menor, subalterna e periférica. Tais ficam mais claramente em expressões como: “o baiano” ou “o paraíba” para se referir a todos que habitam a Região Nordeste, tais palavras são homogeneizantes. Ou ainda em vocábulos como: “o flagelado”, “o retirante”, “o pau-de-arara”, dentre outros, que urgem socialmente como o tom de desprezo, de comiseração.

Desse modo,

a criação da ideia de Nordeste e, conseqüentemente, da ideia de ser nordestino, surgiram nesta própria área, foram produzidos pelas elites políticas e pelos letrados deste próprio espaço, não foi uma criação feita de fora, por membros das elites de outras regiões (ALBURQUERQUE JÚNIOR, 2012).

Essa discursividade sobre o Nordeste foi transplantada para o campo da literatura com veemência. Uma gama de escritores que se unem a partir dos eventos regionalistas do Recife e quem em 1930 inauguram a Segunda Geração Modernista ou o Regionalismo de 30, à revelia do Modernismo paulista de 1922, buscavam

produzir uma literatura nacionalista, mas partindo daquilo que denominavam de “ cor local”. Os escritores nordestino se voltam para desenvolver uma escrita regionalista, associada aos discursos que invencionam o Nordeste. E no interlúdio entre esses dois lados temos a crítica literária, em sua torre de marfim e de observação analisando, ponderando diante dessas duas formas de conceber a arte literária brasileira daquele momento.

É sobre esta discussão entre nacionalismo, regionalismo, literatura Nordestina e o campo da crítica literária que iremos abordar nesse capítulo.

3.2 Por uma crítica nordestina para Literatura do Nordeste

Ao menos desde final do século XIX e início da segunda década do século XX, foram muitas as pesquisas elaboradas, em vários campos disciplinares, na tentativa de demarcar a natureza do que se convencionou chamar de Nordeste, e, de maneira paralela, tentar apreender os impactos políticos, culturais, econômicos e sociais para o espaço nordestino depois de sua formação. É certo que demarcar a natureza do espaço nordestino nunca foi um trabalho fácil. Pois, como foi apresentado aqui nesse estudo, o Nordeste é um lugar múltiplo e diverso, permeado de linhas de segmentaridades, “territorializado, organizado, significado, atribuído, etc; mas compreende também linhas de desterritorialização pelas quais ele foge sem parar” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p.25) e por compreendermos essa espacialidade como um lugar rizomático, o entendemos como tendo potencialidades a cada explosão de novas linhas de fuga. Por isso, a necessidade de apresentarmos um Nordeste diferente daquele que sempre nos foi imposto. Um Nordeste fresado sob a ótica empobrecedora de um poder que oprimia e que enquadrava toda uma Região sob o fardo da estética da miséria, da fome e da aridez. Essa compreensão inventou uma estética agreste para tal espacialidade.

Assim, o Nordeste apresenta particularidades, de modo que, quanto mais nos aproximamos dele, na tentativa de compreendê-lo, mais ainda ele se distancia. E não conseguimos decifrá-lo em sua amplitude. Capturamos apenas suas fragmentalidades, pois a homogeneidade não guarda sinônimo algum com esse espaço.

Posto dessa forma, observamos que, nas últimas décadas, esses debates em torno do Nordeste, têm sido retomados pelo campo da ficção literária e vêm ganhando uma ambiência considerável na academia, principalmente com o avanço das perspectivas teórico-metodológicas dos Estudos Culturais, que fazem com que a chamada "cultura comum ou ordinária" e a história "dos de baixo" assumam o protagonismo nas pesquisas relacionadas ao contexto da História, da Sociologia, das Artes, da Literatura, da Música, dentre outras.

Assim, uma leitura dessa região sob a visão dos Estudos Culturais, é, de certa forma, propor uma interpretação que descolonize o Nordeste e o nordestino deste Nordeste que nos foi invencionado. Todavia, não foi isso que se deu com a produção da escrita literária desse espaço regional. Pois, o que se viu foi uma escrita ficcional nordestina que endossou, em muitas obras, aquilo que foi imposto para a construção da ambiência nordestina, sob as insígnias apregoadas pelos grupos dominantes dessa Região.

E a partir desse olhar temos uma narrativa para o Nordeste esquentada, requentada a partir dos polêmicos manifestos erguidos em defesa desta espacialidade mais a leste do Brasil. Com isto, a ideologia regionalista re-volta as águas da literatura produzida nas terras dos antigos canaviais, nas terras do gado e do algodão, corroborando com a produção de ecologias, cartografias que vão desenhando, turvamente, um ambiente empalhado em um passado saudosista. Desenho que determinado por aquele pensamento elitista que conectou o Nordeste a um tatame de subalternidade.

O regionalismo, enquanto movimento estético, elaborou romances que podem ter estreitado a visão, a mentalidade que poderia ser estabelecida para além dos objetivos da unidade de políticas em prol da nacionalização baseada no oxímoro da região. Pronto. Erguida a "Literatura Regional do Nordeste". Surge, portanto, uma

demanda editorial “fora do centro”, contudo ao mesmo tempo pretende fixar um “novo centro”. E, nessa ânsia, a esteriotipação, a homogeneização vão cobrindo, envolvendo o Nordeste em um copioso lençol, inviabilizando suas multiplicidades, apagando as potencialidades dos nordestinos e no interior de suas espacialidades bem como fora delas.

Tocar nessa questão, de alguma maneira, é abordar temas que sempre foram íngremes para o campo literário brasileiro e alguns daqueles que sobrevivem da análise crítica dela, visto que traz à tona discussões sobre: o nacional/regional, urbano/rural, nacional/universal dentre outros aspectos, mas que sempre fechou o debate no âmbito nesse dualismo. É certo que há livros ficcionais que, ao longo da literatura brasileira, nos apresentaram lugares como o Cerrado, os Pampas, por exemplo, tal como o Sertão/Nordeste sob uma ótica reducionista e estereotipada. Esses enredos tematizam tais lugares de maneira oblíqua e se forçam serem lidas, serem pensadas a partir da falta ou do excesso de uma topografia espacial, como se apenas ela pudesse definir uma região. E alguns críticos da nossa literatura brasileira acabam enxergando as espacialidades descritas sem desconfiança. Esse é o efeito concreto, decisivo da ideologia regionalista atuando sobre essa modalidade de romance. Deste modo, há o imbricamento entre aquilo que é ideológico e o que é estético.

Isso aconteceu, e ainda acontece, porque enquanto o debate do Nordeste sempre foi amplificado em áreas como a História e Sociologia, por exemplo – como deixamos claro no capítulo anterior. Esse debate, sobre uma nova perspectiva para o Nordeste e descrevê-lo fora da semiotização elaborada no eixo da fome e da seca -; deixa a desejar no seio da crítica literária em nosso país, que, na maioria das vezes, segue o fluxo, dos aspectos econômicos da sociedade.

Assim, como o fluxo das ideias homogeneizadoras sobre essa região desenvolvidas por Gilberto Freyre e Djalma Menezes, que untam a bacia ideológica do regionalismo para o campo da narrativa literária. E, dessa forma, mesmo que de maneira indireta, esse Nordeste padronizado é centralizado em algumas interpretações dessa crítica, que também decidem e constroem enredos, espaços, ideologias, etc.

Neste interim, é bom salientar que tal perspectiva, historicamente, apresenta em seu bojo uma luta com as ideias de: 1) modernização, 2) urbanização, 3) industrialização, 4) globalização, 5) dentre outros aspectos que possam se associar à Região nordestina à contemporaneidade. Porém, o movimento regionalista, tal como surge no Brasil, é tudo aquilo que ele procura negar. À vista disso, lembremos que ele é um fenômeno da modernidade e da urbanidade, que se estabelece devido a todo um processo de industrialização. Mais um paradoxo, promovido pelo amálgama da ideologia associada à estética.

A tarefa de analisar uma obra literária não é fácil. Por isso, que observamos que parte da crítica literária, em relação às obras produzidas no Nordeste, tece seus comentários como uma espécie de pêndulo; ora tece elogios, demonstrando potencialidades; ora apresenta

[...] a trajetória do Regionalismo literário, que passou a ser estereotipado como prosa literária de pouco valor estético, como conteúdo reducionista e de feito meramente local. Estes estigmas se mantiveram até hoje e, naturalmente, provocam nos autores da atualidade certo descontentamento quando referidos como prosadores regionalistas (BRITO, 2017, p.20).

Nesse sentido, a atitude de um crítico em literatura é elaborar um juízo de valor em torno de uma obra de ficção. Esse exercício nunca foi uma tarefa fácil, pois a escrita tanto da obra como a do crítico é intercambiada pelas mais variadas visões, inclusive aquelas que partem de suas subjetividades e das influências leitoras desse exegeta da literatura. O que constitui uma manta discursiva nada neutra em torno de uma determinada obra. Dessa maneira, o crítico em sua análise em literatura busca dissecar as mais variadas possibilidades semióticas impregnadas no texto base de sua leitura.

É certo que o crítico literário frente a uma obra de ficção se encontra em uma grande rede de conexões, de palavras a serem ditas sobre aquilo e ao escolhê-las, ao escrevê-las cada uma acaba lançando centelhas a cada vocabulário por ele usado. E nessa teia metalinguística a escrita do *crítico*, frente à concretude de seu objeto de análise, é uma espécie de martelo na bigorna, que talha, e, ao bater grava as imagens daquilo que ele procura ver. E firma, dessa maneira, uma cadeia discursiva capaz de impregnar emblemas, reforçando certos imaginários. Isso é o

que acontece com a leitura que alguns críticos fazem de obras chamadas de regionalistas.

Assim, a opinião do crítico, por intermédio de suas significações, pode lançar luz sobre uma determinada obra, mesmo quando ele destaca os problemas que a obra de ficção apresenta. O contrário também é verdadeiro. Ele pode lançar sombras densas em torno de uma obra. Com isso, o crítico pode ofuscar determinados estilos ou, simplesmente, gerar preconceitos em relação a uma obra, autor ou movimento artístico. Ou até mesmo no tocante a um espaço geográfico, como é caso de parte dos críticos ao analisar algumas obras que têm o Nordeste como ambientação. Isso porque, a atitude de análise crítica é um movimento que compõe a construção de imagens e de sentidos que partem de um lugar social que pode interferir na interpretação desse profissional da opinião literária.

Partimos, então, do pressuposto de que seja inegável que o discurso crítico constrói imagens, as quais não são necessariamente dispositivos visuais. Como é sabido, a representação de determinado contexto através da palavra, seja em prosa bem como em poesia, conduz o leitor por uma miríade de paisagens que podem facilmente se desenhar em sua mente com a força da realidade. Mas não só a literatura é hábil nessa tarefa, como também o são os estudos que se fazem sobre ela, apesar de ser pouco usual pensá-los sob essa ótica. Semelhantes a imagens da imagem, as análises críticas têm poder para construir ou destruir os sentidos de uma obra, [...]. Frutos dessas escolhas, por vezes conscientes, noutras devidas à sensibilidade e às influências do investigador, surgem imagens acerca da obra literária que porventura se firmam como referências na maneira de vê-la (PELINSER, 2012, p.231).

Diante desses apontamentos, depreendemos que não podemos tomar a imagem como sendo a porta de entrada para uma análise interpretativa de uma obra de ficção. O crítico ao se aproximar da narrativa ficcional, na verdade, já traz consigo aquilo que foi produzido por um imaginário, seja ele coletivo ou não. E é esse imaginário que também está embutido em uma ideologia e é ele que constrói as mais variadas imagens sobre um espaço criado por um determinado autor de prosa ficcional.

Sendo assim, a obra ficcional não constrói sozinha o imaginário que se estabelece em seu entorno, mas é importante ressaltar que o que se diz sobre ela e quem o diz, gerando um eco semântico e causa determinados impactos. E é esse lugar de fala – do analista literário - que, em muitos momentos, acaba sendo preponderante, podendo influenciar o leitor e sua percepção, adicionando ou subtraindo dele elementos fundamentais para seu armazenamento semântico, dessa forma, como sua recepção diante de

um determinado enredo. O crítico literário, ler e interpreta uma narrativa ficcional sob uma ótica datada, marcada por um contexto histórico e literário que também é fruto de um imaginário sociocultural no qual esse intérprete está inserido. “Deste ponto de vista, também a literatura figurará como monumento, um monumento no qual se lê o imaginário de um período, e cuja leitura crítica será também a expressão de um conjunto de representações coletivas” (PELINSER, 2012, p.234).

Nesse sentido, a escrita interpretativa produzida por um crítico literário não deixa de ser a projeção de um poder simbólico, que solidifica de alguma forma conceitos que podem impulsionar memórias sobre determinados espaços concretos. Essas interpretações, de modo abrangente, tomam conta da escrita de alguns críticos que estudaram a escrita produzida sobre a nomenclatura de literatura regionalista. Consolidaram, a partir de determinadas memórias conceituais e seus imaginários sobre o Nordeste estabeleceram, com suas leituras, certas características preconceituosas, que de alguma maneira são geradas pelas próprias obras. Obras escritas sobre uma visão regional estabelecida por um determinado grupo social, que insistiu em manter toda uma região em uma atmosfera passadista. De alguma forma, certos autores de romances fazem questão de interpretar a percepção espacial sempre sobre a mesma ótica.

Assim, as obras nordestinas são representadas por boa parte da crítica sobre este mesmo olhar homogeneizador. Nos ofertando, ao longo do tempo, uma visão que na verdade focava localidades muito específicas da região nordestina, como se essas espacialidades fossem o todo, constituindo uma real metonímia do Nordeste. Contudo, o que há na constituição desse olhar se deve ao modo

como se deu o processo de construção do Estado no Brasil, do papel das elites das várias áreas do país desempenharam, dos conflitos que se deram em torno de sua hegemonia, nasceram muitas disputas regionais e discursos regionalistas que forma responsáveis, também, pela emergência de muitos dos estereótipos e dos preconceitos que marcam as diferentes regiões do país e suas populações (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012, p.40).

Em outros momentos a influência do Movimento Modernista interferiu na abordagem dos nossos principais críticos literários, de maneira que esse fazer literário que emergiu e emerge da Região nordestina acabou não tendo uma maior visibilidade, tal como outras escritas produzidas no Sudeste, nossa “república das letras”, para usarmos aqui uma expressão de Pascale Casanova (2002) “reduto das belas letras”.

Porém, é muito ruim reduzir a produção literária de um país de tão grande extensão, como é o caso do Brasil, em um espaço tão pontual como o Sudeste, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro. E, mesmo assim, não afirmarmos que a ficção ali desenvolvida não é “regionalizada”. É algo contraditório. Mas é nesse rumo da contradição que a crítica literária segue. Como se aqueles que a fazem não compreendessem que a fome, a pobreza, a miséria, a violência, a religiosidade, o autoritarismo do Estado ou de figuras que o representam fossem algo apenas arraigado a uma determinada espacialidade geográfica. Mas na verdade, todos esses aspectos estão instalados em todo e em qualquer lugar do Brasil, impelidos por todos os desníveis sociais, educacionais e culturais presentes em nossa sociedade.

Essa atitude, nada mais é, do que a consequência de uma

crítica externa, que descreve as condições históricas de produção de textos, mas sempre denunciada pelos literatos como incapaz de explicar sua literalidade e sua singularidade. Trata-se, portanto, de conseguir situar os escritores (e suas obras) nesse espaço imenso que é de certa forma uma história especializada (CASANOVA, 2002, p.19).

Isso, porque, quando apresentadas em análises, geralmente se tem o foco muito mais nas questões que envolvem o que se denominou de “cor local”, do que na real qualidade estética que determinadas obras desse período têm, é certo que há aquelas que não apresentam essa qualidade, contudo o perigo desse modelo hermenêutico desenvolvido em torno das obras escritas com a ambientação no Nordeste.

E, desse modo, acaba apresentando interpretações que nivelam todos escritos a um traço unificado: o do regionalismo que endossa o discurso invencionado para o Nordeste. Nas linhas desse discurso era evidente que a ideia de que era preciso fazer esse ambiente forte culturalmente, mesmo que no campo econômico e político, os poderosos locais já tinham feito dessa região um lugar subalterno. Por isso, era importante invadir o mundo das letras e, dessa forma, muitos intelectuais enfrentaram essa bravata, produzindo obras que pudessem acolher o pensamento dominante na região, o que contribuiu para a formatação do Nordeste como temos hoje.

Contudo, a problemática se dá quando alguns autores usaram da escrita literária para reforçar a ideia de que mesmo diante da pobreza, da exploração pelos engenhos, do desamparo quase que total do Estado o povo nordestino tinha uma expressividade estética representativa frente à cultura nacional. Mas, no bojo desta estética “culpabilizam” apenas a natureza – a seca, principalmente – pela fome e a miséria que assolam tal espacialidade, como se não houvesse nenhuma ação política ou econômica que aprofundam ainda mais as desigualdades sociais do Nordeste.

Nesse sentido, muitos críticos procuraram afirmar que a cor local em uma obra é sinônimo de atraso ou de provincianismo literário, pois muitos autores enclausuram sua narrativa em aspectos essencialistas da natureza, em muitos casos alguns desses comentários têm uma relação direta de causa e efeito nas obras literárias. E será, a partir disso, que os críticos literários acabam valorando a literatura entre

“grandes” e aos “pequenos” espaços literários, e muitas vezes coloca os escritores em situações ao mesmo tempo insustentáveis e trágicas. Precisamos mais uma vez que esse adjetivo só é empregado aqui em um sentido específico, isto é, “pequeno” – ou desprovido – literariamente [...]. Embora a crença literária universalista afirme que “em literatura não existem estrangeiros, na realidade a pertença nacional é uma das determinações de maior peso, de maior coerção (CASANOVA, 2002, p.223-224).

Isso se complica ainda mais quando se trata de uma literatura ligada a uma região, na qual sua elite escolheu a submissão e ser dominada pelo Sudeste com todo seus aparatos ideológicos. E dessa maneira, binariza a escrita da literatura brasileira entre “grandes” e “pequenas”, inviabilizando-a diante de um contexto mais amplo do país. Portanto, “para lutar contra a invisibilidade que os ameaça de imediato, os escritores têm que criar as condições de seu ‘surgimento’, isto é, de sua viabilização literária (CASANOVA, 2002, p.219).

Além dessa movimentação classificatória, entre grandes e pequenas, é perceptível que a crítica literária ao olhar para literatura nordestina, de um modo geral, nos apresenta uma hermenêutica calcada em um tom ambíguo. Isto porque, em alguns momentos a crítica ao comentar determinadas obras, oscila seus movimentos analíticos, mesmo quando comenta as narrativas denominadas regionalistas. De modo, que em algumas análises os críticos depreendem em alguns

romances aspectos valorativos, enquanto em outras apontam leituras depreciativas. E isso, não se dá apenas ao fato deles as dividirem em pequenas ou grandes obras, tal como nos apresentou Casanova.

Assim, frente a essa questão, proponho uma leitura barroca no que tange ao olhar da crítica literária em relação à prosa nordestina. Barroca no sentido de verificar uma perspectiva dual para abordar esse olhar da crítica, como uma maneira de elevar a dissonância, que é uma característica inerente à obra literária. Uma leitura que ora nega, ora confirma. Nesse sentido, uso aqui as palavras de Luciano Barbosa Justino (2020), que ao ponderar sobre a possibilidade de uma leitura barroca quando nos diz que: “Retomar a vitalidade do barroco como modo de ler é produzir uma leitura não pressuposta, ambígua e ambivalente, assumidamente contraditória” (JUSTINO, 2020, p.4).

Nesse sentido, apresentaremos o olhar de dois importantes estudiosos da nossa literatura, Alfredo Bosi e Antônio Candido, que a nosso ver demonstraram bem esse movimento pendular ante a literatura praticada e produzida no Nordeste.

A princípio trago Alfredo Bosi (2001) e alguns dos seus comentários a partir do livro *História Concisa da Literatura Brasileira*. Nele ao comentar a escrita de José Lins do Rego, o modo como o autor montava suas narrativas apresenta os seguintes posicionamentos:

São afirmações categóricas que, porém, não se podem tomar ao pé da letra, pois explicam menos o efetivo labor literário de José Lins do Rego que sua poética explícita, feita de lugares-comuns veristas afetados por um neo-romantismo nostálgico, [...]. Mas valem como sintoma de um grau de tensão (autor/realidade) menos consciente e, portanto, menos crítico [...] (BOSI, 2001, p.398).

O ponto de vista do autor de *História Concisa*, nesta citação adota uma leitura de José Lins como sendo um autor simplista e que não apresenta elementos que determinam que condizem com o que caberia na literatura, como por exemplo o que ele chama de “lugares-comuns”. E que, dessa maneira, ao ver de Bosi, o torna menos consciente. Além disso, a expressão “neo-romantismo nostálgico” fecha a definição do crítico no tocante a uma parte da obra que esse autor paraibano escreve.

Sabemos que José Lins do Rego tem problemas em suas obras – principalmente no tocante aos aspectos relacionados ao aprisionamento do Nordeste sob a égide da seca, da miséria, da memória, do passadismo ou ainda no que se refere a seu “medo” dos elementos que para ele representa o urbano, já que o urbano em suas narrativas é o lugar da estranheza. Diante desses aspectos, o que vemos é José Lins rezando na cartilha do Regionalismo advindo dos Congressos de Freyre, como já foi apresentado anteriormente, que primava por esse espectro passadista para tal espacialidade nordestina. Isto pode ser visto no seguinte trecho do romance *Doidinho*, no qual Carlos de Melo no colégio interno, ao deitar, faz comparações entre os espaços da escola na cidade e a sua vida no engenho do avô Zé Paulino:

Na cama começavam chegar os meus pensamentos. Éramos seis no quarto de telha-vã, ninguém podia trocar palavras. Falava-se aos cochichos, e para tudo lá vinha: é proibido. A liberdade silenciosa do engenho sofria ali amputações dolorosas. Preso como os canários nos meus alçapões. Acordar à hora certa, comer à hora certa, dormir à hora certa. E aquele homem impiedoso para tomar lições, para a ensinar à custa do ferrão o que eu não sabia, o que eu não quisera aprender [...]. E aos poucos, com uma dor que viesse picando devagarinho, a saudade do Santa Rosa me invadiu a alma inteira (REGO, 1995, p.7).

No fragmento acima, o narrador Carlinhos faz questão de apresentar o engenho como sendo o lugar da “liberdade”. Assim, a voz de Carlinhos é a voz da elite. O Santa Rosa, torna-se o espaço da saudade. Este saudosismo que invade o garoto naquele contexto da escola interna é a reverberação, seja de maneira direta ou indireta à consonância de um projeto ideológico sobre a construção do Nordeste, com suas paragens calcadas no preconceito e na negação de uma modernização para tal espacialidade.

Outro fragmento que ratifica esse aspecto:

O grande sonho dos meus dias do Santa Rosa, depois dos carneiros e dos pássaros, era meter-me com os moleques no pastoreio, passar o dia inteiro com eles, tomando conta dos bois e das vacas do meu avô. [...]
À tardinha voltavam. Em dias de chuva vinham mais molhados e sujos do que os bois, com os dedos e mãos engelhadas de frio, para os mesmos serviços e mesmas perguntas.
De volta ao colégio, ninguém se importava muito com as minhas travessuras. Tinha direito a muita coisa aquele que tirara seis meses de prisão (REGO, 1995, p.88).

Fica-nos evidente a dualidade espacial: a escola, alegoria do espaço citadino, é o lugar da opressão, do aprisionamento, da castração; o engenho Santa Rosa, é a metáfora da liberdade, aquilo de bom que ficou para trás, que ficou entreaberto na espacialidade da satisfação. Santa Rosa, para Carlos de Melo, seria “aquele lugar entre dormir e acordar, o lugar onde você ainda pode lembrar de sonhar”, do qual almejava o Peter Pan de J. M. Barrie. Dessa forma, podemos intuir que o Engenho do velho Zé Paulino era a “*Neverland*” de Carlinhos/Doidinho, lugar sem tantas regras e com pouco controle de adultos, ao contrário da escola e do espaço urbano.

Contudo, se faz necessário lembrar que mesmo José Lins pecando ao conectar o Nordeste a uma narrativa inflamada pela nostalgia e como pode ser visto a partir desses fragmentos acima, entendemos que é uma questão de escolha ideológica, por estar ligado ao grupo de tradições regionalistas, do que produzir uma obra “menos consciente” e, portanto, “menos crítico. Dessa maneira, é muito mais uma problemática sobre de que lado está o autor, do que realmente uma questão de qualidade no estilo da escrita do mesmo “a fim à visão de Gilberto Freyre” como identificou Bosi (2001, p.398) em uma afirmação que corrobora com o que venho apresentando até aqui. Mas, também como já afirmei, a crítica em torno da escrita nordestina é pendular.

Sendo assim, em outro momento de *História Concisa da Literatura Brasileira*, temos a seguinte afirmação de Alfredo Bosi sobre José Lins do Rego quando se refere ao romance *Fogo Morto*: “[...] o ponto alto da conquista foi essa obra-prima que é *Fogo Morto*, fecho e superação do ciclo da cana-de-açúcar. Neste momento vemos comentários mais positivos no tocante à obra do autor paraibano. Mas, o pêndulo se move sempre e logo chega o outro lado:

O Modernismo e, num plano histórico mais geral, os abalos que sofreu a vida brasileira em torno de 1930 (a crise cafeeira, A Revolução, o acelerado declínio do Nordeste, as fendas estruturas locais) condicionaram novos estilos ficcionais marcados pela rudeza, pela capitação direta dos fatos, enfim por uma retomada do naturalismo, bastante funcional no plano da narração-documento que então prevaleceria (BOSI, 2001, p.389).

A partir desse excerto vemos que Alfredo Bosi situa bem o contexto histórico e social no qual surge o que se convencionou chamar de literatura regionalista no período do Modernismo de Segunda Fase, já que em outros momentos – no

Romantismo e no Naturalismo – tivemos o uso dessa mesma nomenclatura, inclusive, antes da afirmação acima, ele apresenta comentários sobre esses movimentos no capítulo VII que trata do Pré-Modernismo e Modernismo. Além disso, Bosi usa expressões, tais como: “estilos ficcionais marcados pela rudeza”, “capitação direta dos fatos”, “narração-documento”, retomada do naturalismo. De maneira geral é isso que acontece em algumas obras desse período.

Mais à frente, o crítico ainda - com o mesmo tom negativo - classifica os romances regionalistas de “romances de tensão mínima”, que segundo ele: “Há conflito, mas este configura-se em termos de oposição verbal, sentimental quando muito: as personagens não se destacam visceralmente da estrutura e da passagem que as condicionam” (BOSI, 2001, p.392). Depois endossa afirmando que os

romances de tensão mínima, há um aberto apelo às coordenadas espaciais e históricas e, não raro, um alto consumo de cor local e de fatos de crônica: as ações são situadas e datadas, como na reportagem ou no documentário, gêneros que lhes estão mais próximos; quanto ao entrecho, o cuidado com o verossímil leva escrúpulos neo-realistas que se percebem também na reprodução frequente coloquial de mistura com a literária (BOSI, 2001, p.393).

Nesse fragmento ele não deixa claro ou aprofunda o que seria “um alto consumo de cor local”, contudo reforça o tom de marginalização quando diz que essa escrita se aproxima “de fatos, de crônicas”, “reportagem ou no documentário”, “o cuidado com o verossímil leva a escrúpulos neo-realistas” tais adjetivações acabam muito mais abordando questões externas às obras ficcionais, do que uma análise detida ao campo estético dessa produção literária. E, de alguma forma, a leitura produzida pelo crítico insere o debate dos escritos literários, do que se chama de literatura regionalista, em dualidade discursiva, como se a literatura produzida nesse contexto fosse uma moeda com duas faces.

Com esse posicionamento, mesmo apresentando poucos elementos interpretativos condizentes com os aspectos estético da obra, as passagens aqui expostas, a nosso ver, aglutinam elementos que, ao se juntarem, formam um quebra-cabeça discursivo que reforça a visão pendular dessa escrita de Bosi. Dessa maneira, acaba demonstrando que sua visão está conectada a um ponto de vista solidificado em uma geração de críticos anterior a dele.

Assim, se ele denuncia que há pouca novidade nessa literatura, também há pouca inovação temos em sua análise sobre a escrita produzida no Nordeste nas três décadas do século XX, em nosso país. Dentre essas poucas novidades, ele apresenta Graciliano Ramos como um autor preponderante dessa estética. Eis a outra face da moeda. Vejamos o que ele nos apresenta sobre o autor de *Vidas Secas*:

O realismo de Graciliano não é orgânico nem espontâneo. É crítico. O “herói” é sempre um problema: não aceita o mundo, nem os outros, nem a si mesmo. [...] E romancista encontra no trato analítico dessa máscara a melhor fórmula de fixar suas tensões sociais como o primeiro motor de todos os comportamentos. Esta grande conquista de Graciliano: superar na montagem do protagonista (verdadeiro “primeiro lutador”) o estágio no qual seguem caminhos opostos ao painel da sociedade e a sondagem moral (BOSI, 2001, p.402).

O posicionamento dele muda completamente, se levarmos em conta os comentários em relação a José Lins do Rego. Bosi ainda chama atenção para duas obras importantes de Graciliano Ramos: *São Bernardo* e *Angústia* por meio delas nos apresenta o valor da escrita enxuta desse romancista nordestino, também demonstra como a elaboração psicológica das personagens são importantes para também entendermos a construção dos seus anti-heróis – Paulo Honório e Luís da Silva. Além dessas questões, descreve a importância do construto narrativo a partir dos aspectos sociais.

Contudo, outra ação da crítica de Bosi, é a de comparar os romancistas de 1930 – Graciliano Ramos, Jorge Amado, Érico Veríssimo e Marques Rabelo – a nomes de autores estrangeiros tais como: Hemingway, Caldwell, Lawrence, Vottorini, Corrado, dentre outros, como uma forma de demonstrar que esses têm mais qualidade do que aqueles. A mesma atitude tem Antônio Candido (2007, p.618) – crítico literários que iremos trazer mais à frente -, ao assemelhar esses escritores também a autores de outro círculo literário fora do nosso país, a exemplo de: Eugène Sue, Charles Dickens, Walter Scott, Gustave Flaubert, dentre outros, como uma forma de encontrar, partindo deles, elementos que possam endossar o estilo praticado no romance nordestino.

Mas, essa visão não se sustenta. Tanto que, Pascale Casanova (2002, p.158), caminha na direção contrária em seu livro “A República Mundial das Letras” ao demonstrar a potencialidade da literatura regional para os escritores africanos pós-

1930, visto que eles tomam as obras desse movimento como uma forma de reivindicar uma subversão política, cultural e literária em relação ao “legado” linguístico, por exemplo, de Portugal naquele continente. Assim, a literatura regionalista de 1930 colabora para que os escritores africanos insurjam contra a escrita europeia. Enquanto Alfredo Bosi, ao que nos parece, faz questão de comparar as obras regionalistas com aquelas produzidas no Velho Continente, consideradas pelo crítico como sendo melhor acabadas esteticamente.

Diante isso, Pascale Casanova nos informa que:

Os africanos podem, portanto, inspirar-se hoje no legado literário acumulado pelos brasileiros dos anos 20 e na reserva de soluções que experimentaram para recusar a submissão intelectual a Portugal. Reassumem para si a palavra de ordem libertadora, recusando, por sua vez, o domínio de Portugal (o país do qual foram últimas possessões) e reivindicam sua dependência específica do Brasil, que teve a mesma postura antes deles, mas conseqüentemente criar uma literatura nacional bem como soluções inéditas (CASANOVA, 2002, p.159).

Seguindo nessa mesma linha de pensamento de Pascale Casanova, Herasmo Braga de Oliveira Brito (2017) nos afirma sobre a literatura nordestina de 1930 e sua capacidade de influenciar os escritores africanos:

Os romancistas de 1930 procuraram vincular elementos sociais, com os seus dilemas, dentro de uma construção narrativa de qualidade estética literária significativa. Esse ponto é um dos que ainda influencia as produções literárias brasileiras atuais e, até mesmo, as de outros países, como Angola e Moçambique (BRITO, 2017, p.22).

Outro crítico literário importante, Antônio Candido, nos apresenta também sua visão sobre a escrita nordestina de 1930. No conjunto da obra de Candido, a chamada estética regionalista é acionada e analisada em boa parte de seus escritos. Esse modelo de prosa ficcional é apresentado sempre a partir de um confronto dualístico, entre o local e o universal como elementos que se fundem em alguns momentos e se repelem em outros.

A leitura desse crítico, no que tange às narrativas da escrita nordestina, reforça a perspectiva de uma hermenêutica que se restringe, na maioria das vezes, a uma dimensão sertaneja e, dessa maneira, estende essa lógica para toda a Região Nordeste. O que estabelece uma interpretação unificada para a prosa contextualizada na espacialidade nordestina. Assim, Candido constrói em seu

estudo que convencionou essa escrita de “literatura do subdesenvolvimento”, é certo que mais à frente Candido reconsidera alguns dos seus posicionamentos a esse respeito. De maneira que volta seu olhar e repensa a escrita nordestina, chamando atenção para autores como Graciliano Ramos e Jorge Amado, por exemplo. Contudo, é importante lembrar que esse seu ponto de vista analítico não se fecha apenas no conjunto de sua obra crítica, mas o ultrapassa e se replica no construto da escrita de outros críticos da Literatura Contemporânea, que seguem a metodologia de exegese usada pelo autor de *Formação da Literatura Brasileira*, que por meio da ideia de sistema, esse livro ganha um valor acadêmico importante, pelo seu empenho em tentar compreender como nossa literatura se formou e de que caminhos ela passou a trilhar.

Nesse sentido, ele acabou estabelecendo, há mais de meio século, um perfil para crítica brasileira, uma escola analítica para boa parte do campo artístico de nossas letras. Contudo, no que tange às letras que formaram a base da escrita nordestina, o que percebemos ao relermos algumas de suas principais obras são lacunas, silenciamentos ou expressões que acabam ofertando margem para o preconceito diante de alguns escritores e romances que tomam por ambientação o Nordeste. Essa problemática se dá devido ao caráter regionalista, montado a partir da ideologia das elites locais, fincado em boa parte dos romances de 30, aspecto que fez com que o Nordeste permanecesse fechado em si mesmo, como se esse Nordeste, seja por intermédio dessa própria elite, seja pelo próprio sistema capitalista que permite em seus processos agenciamentos e porosidades entre as fronteiras. Dessa maneira, cabe ao pesquisador compreender essas brechas e não aceitar homogeneizações para a espacialidade nordestina, tal como fez boa parte do regionalismo de 30.

Nesse sentido, encaminharemos nossas postulações a partir dos seguintes livros de Candido: *Formação da Literatura Brasileira* (2007), *Literatura e Sociedade* (2002) e em *A Educação Pela Noite* (2006). Na primeira obra Candido chega a dividir o que se convencionou chamar de Regionalismo em nossa literatura em três momentos: 1) Regionalismo do Romântico, que procurou apresentar uma narrativa focada na descrição do espaço local, como uma forma de elaborar o espírito de identidade nacional, por intermédio de narrativa conectada ao exótico, ao pitoresco,

que de acordo com o crítico, caracterizava um país ainda fora dos padrões de uma “nação civilizada”. Contudo, nação civilizada tomando que parâmetro?; 2) Regionalismo naturalista, presente nas obras da virada do século XIX para o século XX, escrita ficcional produzida no período daquilo que ficou conhecido como Pré-Modernismo; e 3) O Regionalismo de 30, inserido na Segunda fase do Modernismo. De acordo com Candido, esse é o momento no qual a prosa ficcional brasileira tem sua maior produção.

Além desses momentos assinalados, ele ainda diz que depois das publicações de Guimarães Rosa teríamos um novo fenômeno no campo do Regionalismo. Ainda segundo o crítico, se a fase anterior foi a mais produtiva de nossa prosa, com Rosa teríamos o seu real amadurecimento, tanto que Antônio Candido dirá que estamos diante do “super-regionalismo”, visto que o médico romancista foi o único a unir o “regional ao universal”. Essa divisão feita por Antônio Candido, de alguma forma, é a que perdura entre a maioria daqueles que analisam as obras literárias produzidas sob o estigma regionalista.

Em *Formação da Literatura Brasileira*, Candido expõe de uma forma clara seu pensamento sobre o romance nordestino. Uma visão binária. Que em seu ponto de vista é paradoxal, visto que de um lado temos uma prosa regionalista que se institui com uma “consciência de país novo”, com uma “consciência amena do atraso” e ao mesmo tempo temos nessa o regionalismo imerso em uma “consciência do subdesenvolvimento”. Isto acontece pois, em seu ponto de vista: “pendeu desde cedo para a descrição dos tipos humanos” (CANDIDO, 2007, p.101). Além disso, ele nos anuncia que a escrita regionalista:

É uma verdadeira alienação do homem dentro da literatura, uma reificação da sua substância espiritual, até pô-lo no mesmo pé que as árvores e os cavalos, para deleite estético do homem da cidade. Não é à toa que a “literatura sertaneja”, (bem versada apesar de tudo por aqueles mestres), deu lugar à pior sublitteratura de que há notícia em nossa história, invadindo a sensibilidade do leitor mediano como praga nefasta, hoje revigorada pelo rádio (CANDIDO, 2007, p.401).

Ainda expondo o pensamento de Candido nesta obra, vamos compreendendo que ele vai desenhando uma análise que pauta a escrita

nordestina na esfera minada da tipificação das personagens e dos espaços locais, como se apenas esses aspectos compusessem todas as narrativas produzidas com a atmosfera nordestina, no momento do Romantismo ou da produção Naturalista dessa modalidade literária, nunca houve uma unidade, temática ou estética, dessas obras ficcionais.

Além da questão da unicidade, essa crítica que chama de subdesenvolvida a produção ficcional do Nordeste, parece fazer questão de esquecer que o conjunto dos romances produzidos posteriormente, no período de 1930, tinham traços de representação coletiva, mas é importante retomar, neste momento, que essa narrativa não passa de uma visão associada a um pequeno grupo, uma visão ideológica ligada diretamente à elite local. Por isso, que Candido nos apresenta que essa escrita é “deleite estético do homem da cidade” e dessa maneira passa a ser “subliteratura”.

O Movimento Regionalista, sob a batuta de Gilberto Freyre, aparece com a ideia de que era preciso apresentar o Nordeste também com a mesma condição e com mais um adicional de que a cultura nordestina era “pura”. E a partir dessa concepção, associa muitos dos romancistas nordestinos daquele triênio inicial do século XX. Assim, se constituiu a invenção dessa região. Na verdade, o discurso freyriano para a região Nordeste que enlatava as intenções da elite regional.

Diante desse contexto de confronto entre as elites, os analistas da prosa ficcional brasileira ao estruturar a crítica em torno do romance nordestino, a faz sem destacar que o próprio gênero romance surge no Brasil ao mesmo momento da formação e do povoamento das cidades. E é nesse espaço que alcança seu auge, pois era na urbe também que tínhamos o maior número de pessoas alfabetizadas. E daí as primeiras obras ficcionais publicadas com a configuração de caráter urbano, por ter uma escrita ambientalizada na cidade ou que de alguma forma faz menção a ela.

Desse modo, como quase tudo em nosso país, o romance brasileiro tem sua origem imbricada na desigualdade estrutural da nossa sociedade, até porque o romance ficcional brasileiro surge para poucos letrados. É nessa situação histórica e social que também emerge a rivalidade entre a prosa urbana e a chamada prosa

regionalista, por essa ter o desenvolvimento de sua trama em outra ambientação fora do espectro citadino. Contudo, é importante ressaltar que essa divisão acaba reduzindo muito nossa escrita, como se a literatura pudesse ser encaixada. Antes mesmo dessa prosa ficcional ser urbana, ser rural, e impositivamente regional, devido ao lugar no qual é produzida; ela é literatura brasileira.

Mas, ambientar uma obra apenas no espaço da cidade, não teríamos também um certo “regionalismo” por sua limitação também espacial? Nesse sentido, é importante lembrarmos do que a crítica literária Lúcia Miguel Pereira (1988, p.29) fazia questão de afirmar quanto às nomenclaturas “romance urbano” e “romance regional”: “ Se considerarmos regionalistas qualquer livro que, intencionalmente ou não, traduza peculiaridades locais, teremos que classificar desse modo a maior parte da nossa ficção”. Isso porque compreendemos que:

Em sentido amplo, tudo é região, dependendo do que se quer chamar de região. A menos que se aceite o critério imperialista de que há um centro, e o resto que fique girando em torno, ou que se use um critério mais amplo, fortemente consolidado, mas nem por isso menos complicado, do ponto de vista intelectual, que é o critério que opõe a cidade e sua cultura ao campo e sua cultura. Este último é que costuma ser a chave do debate (FISCHER, 2003, p.46).

Desse modo, fica-nos evidente, mais uma vez, que não é só uma questão que envolve a concepção estética das obras interpretadas por essa crítica. Isso porque, romances bem escritos ou mal escritos temos tanto naqueles chamados de prosa “urbana” quanto naqueles ditos “regionalistas”. O que não justifica os romances regionalistas ocuparem sempre o segundo plano no conjunto da literatura brasileira e quem a coloca nesse lugar é a opinião de boa parte dos intelectuais que promoveram a hermenêutica para o romance nordestino.

Candido, por exemplo, em sua interpretação crítica do romance nordestino o descreve como retrógrado, associado ao espaço rural enquadrando-o em aspectos provincianos, como um nacionalismo literário que não se consolidou. É certo que esses pontos de vistas, no conjunto da obra de Candido, oscilam um pouco, em sua vasta produção, assim como o longo período de produção crítica. Como já falamos, alguns desses apontamentos, no tocante aos romances produzidos na espacialidade nordestina, foram reconfigurados. Diante disso, é que precisamos olhar para tais teóricos sempre a partir de uma leitura barroca.

Mas, ele não informa que tudo isso foi uma escolha, visto que parte dos romancistas nordestinos elaborou sua produção estética com os signos que imprimiram uma semiotização ao Nordeste alicerçada na despotencialização espacial. Daí “as tintas da ruralidade” encheram as páginas dos romances. Tudo isso, montou para o espaço nordestino uma planificação imagética homogeneizante, de maneira que a seca, a fome, a miséria fossem uma constituição plena e originária dessa geografia mais a leste do país. Desse modo, reiteramos que essa formatação espacial foi um projeto criado por uma ideologia de região, que foi rezada a partir das teorias de Gilberto Freyre, Djacir Menezes e as discussões advindas dos vários Congressos do Recife.

Nesse sentido, vejamos as palavras de José Lins do Rego que comenta sobre seu contato com as ideias do filho de Apipucos:

Começava assim a existir para mim um outro mundo, o mundo das idéias, o mundo das artes. O Brasil era o grande e constante motivo de Gilberto Freyre. Era o Brasil o que elle queria sentir de mais perto. O retorno do nativo assumia no seu caso um relevo dramático. É que lá de fora, nos seus estudos, nas suas saudades, nas suas pesquisas, o seu grande thema se tornara, no fim de seus cursos, a vida brasileira nos mais íntimos detalhes (REGO, 1941, in FREYRE, 1941, p.10 *sic*).

Nesse fragmento, notamos que José Lins do Rego se empolga com as ideias de Freyre no que tange à percepção do Nordeste como o espaço da saudade. O autor paraibano, que naquele período criou até um seminário chamado de *Dom Casmurro* para difundir as tais ideias regionalistas de Freyre, nos descreve de maneira explícita que os pensamentos que irão fabricar o Nordeste começaram, de fato, como um mecanismo de retomar uma origem, apresentando uma visão de estudantes que estão lá fora e, daí, a fixação desse lugar em suas saudades, pois é por meio delas que “a vida brasileira nos mais íntimos detalhes” aparece.

Retomando Antônio Candido, em *Literatura e Sociedade*, vemos que ele afirma que só em 1945, é que teríamos uma virada na prosa brasileira, desprezando, dessa forma, o Romance Nordestino já produzido até esta data. Estabelecendo um olhar, até certo ponto, conservador. E esse desprezo se dá porque na visão do autor os escritores desse modelo romanesco não conseguem promover a cisão entre o objetivo de uma descrição do que é social e do que é construção. Mesmo o crítico identificando que o romance brasileiro tem sua

origem, em parte, na narrativa regionalista. Mas, ele faz questão também de afirmar que esse romance

falhou na medida em que não soube corresponder ao interesse então multiplicado pelas coisas e pelos homens do interior do Brasil, que se isolavam no retardamento das culturas rústicas. Caberia ao Modernismo orientá-lo no rumo certo, ao redescobrir a visão de Euclides, que não comporta o pitoresco da literatura sertaneja (CANDIDO, 2002, p.114).

No excerto acima o crítico não explica o que seria o “retardamento das culturas rústicas”. Além disso, evidencia que a narrativa regionalista – que ele homologa, sem fazer distinção, de “literatura sertaneja” - necessita da orientação do Modernismo ou de retomar “a visão de Euclides” para, assim, sair do crivo do subdesenvolvimento. Essas duas condições apresentadas por Candido aqui, atrela a sua leitura a uma postura crítica conectada ao eixo aproximado daquilo que Euclides da Cunha semiotizou sob signos relacionados a essa região. Assim, a leitura do autor de *Literatura e Sociedade* acaba sendo, de alguma forma, uma leitura localista, portanto, regionalista. Isso por configurar toda a complexidade da região Nordeste ao signo do sertão, da aridez.

Sendo assim, vejamos exatamente o que diz o crítico, em *A Educação Pela Noite*, obra na qual apresenta os conceitos de atraso e de subdesenvolvimento para promover sua exegese em torno do Romance do Nordeste:

O regionalismo foi uma etapa necessária, que fez a literatura, sobretudo o romance e o conto, focalizar a realidade local. Algumas vezes foi oportunidade de boa expressão literária, embora na maioria os seus produtos tenham envelhecido. Mas de um certo ângulo talvez não se possa dizer que acabou; muitos dos que hoje o atacam no fundo o praticam. A realidade econômica do subdesenvolvimento mantém o regional como objetivo vivo, a despeito da dimensão urbana ser cada vez mais atuante (CANDIDO, 2006, p.192).

A argumentação: “Algumas vezes foi oportunidade de boa expressão literária, embora na maioria os seus produtos tenham envelhecido”, apresenta o tom negativo ofertado ao regionalismo. Mais uma vez apresenta o fator do que chama de “dimensão urbana” para endossar seu posicionamento no tocante à narrativa nordestina, emblemada a partir da insígnia do regional.

Nessa perspectiva, ainda nos apresenta Candido:

[...] que alguns dentre os melhores encontram nelas substância para os livros universalizantes significativo, como José Maria Arguedas, Gabriel Garcia Marquez, Augusto Roa Bastos, João Guimarães Rosa. Apenas nos países de absoluto domínio da cultura das grandes cidades, como a Argentina e o Uruguai, a literatura regional se tornou um anacronismo. [...] É modalidade há muito superada ou rejeitada para o nível da subliteratura (CANDIDO, 2006, p.192).

Mesmo tendo a consciência de que mais à frente, nesse mesmo artigo, podemos ler algumas poucas frases de elogio ao comentar autores como Graciliano Ramos e Guimarães Rosa, e para esse estabelece o conceito de “super-regionalismo”, no mais o que vemos é o negativismo em torno de uma escrita que busca estabelecer os tons da cor local, por meio de expressões como: “a literatura se tornou um anacronismo”, “modalidade há muito superada” e “ nível de subliteratura”, apequenando, desse modo, o debate que gira em torno do autor nordestino, que é também autor da literatura brasileira.

Candido no fragmento acima, tal qual Bosi, nos traz novamente a problemática dos livros de caráter “universalizantes”, pois neles estão o emblema e o selo de qualidade. Contudo, como surge o universal sem o local? O que realmente seria esse universal? É preciso compreender que até mesmo essas obras ditas como universais, apresentam marcas do local, do regional, não há como fugir disso. Dessa forma, este não pode ser um critério para analisar uma determinada obra, mesmo que essa obra seja formulada para tal propósito. Os escritores não são marcianos e mesmo se fossem iriam descrever em suas obras paisagens que lembrassem Marte, lugar de onde são. Ou não seria assim? Dessa maneira, o regional é sem dúvida o embrião das universalidades. Engordar esse debate universal/local é cair em uma encruzilhada, um debate sem fim e esse não é nossa intenção aqui nesse estudo. Mas, que fiquem as interrogações.

Todavia, apresentar uma leitura pautada na concepção do rizoma é uma estratégia interessante para quebrar com essa dicotomia no campo da crítica, para, assim, tornar a análise do crítico algo mais fluido. E que se compreenda que a discursividade da crítica literária não deve ser um ponto fixo, uma raiz, mas ser algo que “conecta um ponto qualquer com outro ponto qualquer e que cada um de seus traços não remeta necessariamente a traços da mesma natureza” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p.43). Até porque esse é um princípio básico de um pensamento rizomático, que se predispõe a estar sempre investido de aberturas, de porosidades,

nunca de fechamentos. O pensamento crítico para interpretação analítica de obra ficcional necessita empreender agenciamentos que se liguem a conexões múltiplas.

Ainda, nesse seguimento, o da análise sobre a escrita no campo da ficção regionalista, Candido postula que:

Talvez não sejam menos grosseiras, do lado oposto, certas formas, primárias de nativismo e regionalismo literário, que reduzem os problemas humanos a elemento pitoresco, fazendo da paixão e do sentimento do homem rural, ou das populações de cor, um equivalente dos mamões e dos abacaxis. Esta atitude pode não ser apenas equivalente à primeira, mas combinar-se a ela, pois redundante em fornecer a um leitor urbano [...] realidade quase turística que lhe agradaria ver na América [...] (CANDIDO, 2006, p.191).

Na verdade o que lemos no fragmento acima, pouco nos diz a respeito de uma obra literária em si, contudo expõe, claramente, um discurso pautado em uma espécie de “metacrítica” que, de alguma forma, acaba encobrendo as particularidades de cada autor no interior de suas obras, os nivelando em um mesmo patamar, como se todos os escritores do Nordeste fossem regionalistas, ao despreverem os “aspectos locais” sempre explorassem – de maneira proposital – o exotismo desse espaço e fazendo dessa escrita ficcional um catálogo para o turista ou para o “leitor urbano” que não conhece tal espacialidade. Nesse sentido, vale lembrar que esse olhar hermenêutico está conectado ao conjunto de “ferramentas e máquinas de produção de sentido que trouxe da longa tradição da literatura, mas só deve usá-las a posteriori, aceitando o risco de nenhuma servir e ter de ‘comprar’ outras” (JUSTINO, 2014, p.155).

Outra preposição estranha nesse mesmo fragmento, é quando o autor de *Formação da Literatura Brasileira* afirma que a escrita de caráter regional reduz os “problemas humanos a elementos pitorescos”, equiparando-os “a mamões” e “abacaxis”. Essa leitura de Candido acaba fechando essa escrita no ciclo da artificialidade, a inserindo na categoria de estilo literário com pouco valor estético. Reduz, de alguma forma, a escrita brasileira nordestina ao regionalismo, fechando-a sobre esse estigma ideológico quase que institucionalizado pelo movimento de 30.

Nesse sentido, o Nordeste panorâmico/regionalista promovido por tal crítica em nossa historiografia literária conseguiu, por intermédio de lentes pautadas no exotismo, enxergar apenas: o sertão, o cangaço, a força bruta, a fome, a miséria, o pitoresco, a seca, tudo isso somado ao coronelismo imprimiram nessa região, de

acordo ainda com esses críticos, uma força atávica que a deitou em berço esplêndido, construindo um espaço simbólico do atraso e da penúria, que constrata com todas as noções e características elaboradas de uma modernidade tão almejada lá nos idos do século XVIII.

É o Nordeste produzido por uma indústria simbólica, por indústria editorial que alimenta um mercado ansioso por esses elementos que “identificam” e montam uma ecologia para a espacialidade nordestina alicerçada em uma “genealogia e a história literária criam a ilusão de uma só história, de uma única tradição. Este mito é reforçado continuamente em cada descrição genealógica e em cada versão da história literária” (LEMAIRE, 1994, p.59).

Contrapondo a tudo isso, cremos que:

Nordestina, portanto, é uma crítica que recusa qualquer ativismo, por essência provisórias e não essencial, e que deve servir para problematizar todas gêneses apriorísticas e toda filiação substancialista; para rechaçar a articulação simplista que associa o Nordeste ao folclore, à natureza, à religiosidade, a formas de exterioridades sem distância, sem diferença, sem alteridade (JUSTINO, 2017, p.66).

A estereotipação, assim posta, maquinizou a imagem do Nordeste, simplificou, petrificou as possibilidades de uma compreensão desse local como algo que vá além. Negou, e tem negado, para os romances nordestinos uma visão detida muito mais nas singularidades e não exclusivamente pautada na identidade. Por isso, temos como intenção produzir uma crítica intercultural, numa perspectiva que rompa com todas as formas de estigmatizar, que quebre todos os clichês em torno da literatura nordestina.

Diante disso, queremos implementar uma crítica que estabeleça um

[...] “local” de fala, de uma enunciação marcadamente nordestina, porque acredito que toda crítica intercultural tem que ser a crítica de uma fala “local”, em virtude de o diálogo entre as culturas e suas formas de vida conter sempre o risco de reterritorializar a diferença sob a forma estigmatizante do clichê [...] (JUSTINO, 2017, p.65).

Promovendo uma crítica

“diabolicamente nordestina”, alteritária e intercultural, porque, como diria noutro contexto Roland Barthes (2007, p.88), devemos acentuar o “caráter intolerável das relações banais” para enunciar uma fala que transforma” uma relação corrente numa relação fundamental e esta numa relação escandalosa”, para que a obra seja “depositária de um imenso e incessante inquérito sobre as palavras”, sobre identidades, sobre os sujeitos; uma crítica que tenha como premissa o fato de que “a linguagem não cessa,

precisamente, de alternar os papéis e de rodar as superfícies em torno de algo que, para acabar e para começar, não o é” (JUSTINO, 2017, p.66).

Assim, não queremos refazer a caminhada crítica que já conduziu uma estrada para o estudo do chamado romance nordestino. Outrossim, temos como intuito trilhar, de maneira rizomática, reconfigurações epistemológicas para o Nordeste e suas multiplicidades, para que, dessa forma, venham à tona boa parte das singularidades sufocadas e negadas à escrita nordestina. Já que a crítica literária, até aqui, sempre foi elaborada por intermédio de mãos conectadas diretamente ao Sudeste.

Por isso, a urgência de uma nova possibilidade crítica “diabolicamente nordestina, alteritária e intercultural”, como nos apresenta Justino (2007) no fragmento acima. Pois, ela, promoverá uma hermenêutica contemporânea para o Nordeste, que interprete essa região não só como um espaço demarcado geograficamente, mas como um objeto que esteja para além dessa espacialidade que já nos foi imposta outrora. Para isso, se faz necessário ainda que a crítica

nordestina seja ambivalente, barroca mesmo, que trate de uma relação antes que de identidade. Uma crítica cindida, consciente de que “algo inelutavelmente nos escapa”, que sabe que “ver é perder”, que pressupõe “a temporalidade do objeto, o trabalho do tempo ou da metamorfose do objeto, o trabalho da memória – ou da obsessão – no olhar”, que se recusa a “preencher o vazio pondo cada termo da cisão num espaço fechado, tempo e bem guardado pela razão - uma razão miserável, convém dizer” (JUSTINO, 2017, p.66).

E nessa interface de uma crítica intercultural perceber que as dobras, as porosidades, a liquidez, os fluídos que estão em plena ebulição na tentativa de processar, de capturar os devires do Nordeste. Partindo desses movimentos, resetar o mapa da invisibilidade de novo Nordeste como potência de um Sul/Emergente dentro do Brasil, como se fosse possível reconfigurar esse tambor composto de todos os tons, de todos os ritmos que é o Nordeste. Tudo isso, como uma insurgência à leitura crítica que organicamente se estabeleceu nos meandros da academia no tocante a essa região.

3.3 Literatura e criação do Nordeste

Sequidão. Aridez. Coronéis. Cangaço. Fome. Miséria. Religiosidade. Cidadezinhas aonde o juiz, o padre e o prefeito agem como verdadeiros donos, como se elas fossem uma espécie de mini feudos incrustados dentro de uma região.

Esses signos sempre estiveram presentes na maior parte dos discursos formadores do Nordeste. Signos e discursos que a literatura também ajudou em sua construção, em sua afirmação, reforçando uma produção simbólica que, por muito tempo se alimentou de tais vocábulos como uma forma de constituir um dizer regional, que pouco a pouco tornou-se a principal configuração de toda uma região, homogeneizando-a intersemioticamente por intermédio de tais palavras, que, na verdade extrapolam sua simples significação dicionarizada. Pois, trazem consigo toda uma ideologia/discursiva motivada por engrenagens de uma elite local. Que aos que nos parece, inventou para essa espacialidade um arcabouço de leis, que “obedece a uma dada visibilidade, regras de produção da visível e do enunciável que regem a produção cultural e artística em torno da ideia de Nordeste” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p.20) ideia e visibilidade que conectam essa região e congelam a um modelo de comunidade rural, agrária, arraigada às relações semiestamentais, que acabam empurrando o Nordeste a um lugar onde não cabem as semioses que envolvem o moderno, o urbano, a indústria, a tecnologia.

A sensação que se tem quando nos deparamos com o que é mostrado na mídia, ou mesmo fora dela, como sendo cultura nordestina, é de que o tempo parou para essa região, que a história aí foi paralisada (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p.20).

Desse modo, se faz necessário um aprofundamento em torno das formas de representações do Nordeste na prosa ficcional de autoria nordestina contemporânea. E como já falamos anteriormente, é também um exercício crítico, que, de alguma forma, propõe uma leitura transversal no tocante às obras aqui escolhidas para análise, com o objetivo de “compreendê-las por aquilo que nelas remete para as formas de vida, para os espaços de produção simbólica e de sua logística de circulação e de consumo” (JUSTINO, 2014, p.13) dentro do espectro de um devir Nordeste e de um devir nordestino. Esses *devires*, com certeza, vão sendo construídos pelos textos e discursos que compõem tais obras literárias. E

se os textos não são as origens da literatura, como um certo lugar comum

costuma dizer, se antes o resultado de uma série de operações é porque estas não podem funcionar sem que o texto as medie. Por isso, penso menos nos textos por si mesmos e mais nas nossas relações com eles e, através deles, com nós mesmos (JUSTINO, 2014, p.13).

Contudo, nunca é demais observarmos que o nordestino sempre foi exposto/imposto a estigmas e deles inventariaram um “traço cultural”. Nesse sentido, vale lembrar Giroux (2003, p.19), quando afirma que a cultura dispõe de um poder de ligação com a subjetividade, visto que ela favorece identificações e noções ao indivíduo, por intermédios do “conhecimento, valores, ideologias e práticas sociais” favorecem uma espécie de pedagogia, visto que tais aspectos forjam desigualdade de poder. Assim, para Giroux, a cultura reclama alguns tipos de “histórias, memórias e narrativas”. Dessa forma, esse poder de uma cultura inventada, tatuou no nordestino o estereótipo do flagelo, da sede, da fome, da pobreza “promovida” pelo deslocamento econômico de sua riqueza que também migrou para o chamado centro-sul do Brasil. Tudo isso, favoreceu o servilismo simbólico do homem do Nordeste.

Desse modo,

A reivindicação regionalista [...] é também uma resposta à estigmatização que produz o território de que, aparentemente, ela é produto. E, de fato, se a região não existisse como espaço estigmatizado, como província definida pela distância econômica e social (e não geográfica) em relação ao centro, [...] não teria que reivindicar sua existência (BOURDIEU, 2000, p.126).

Mas, não podemos deixar de lembrar que muito dessa estigmatização em torno da invenção do Nordeste não se deu apenas nesse deslocamento do eixo econômico. A mídia de massa, em especial, arraigou mais ainda o estereótipo nordestinesco associado à pobreza:

As imagens sociais do Nordeste, inclusive veiculadas pelas grandes emissoras de televisão, estão ligadas aos chamados coronelismo, ao cangaceirismo e à persistência de formas mais arcaicas de relações sociais, situadas no universo do pré-capitalismo. O Nordeste seria, assim, a região onde o arcaísmo se confunde com o atraso nas relações sociais nas forças de exercício do poder. Seria, pois, uma região que conheceu um outro *ritmo histórico* e, portanto, conservou formas e estruturas das relações sociais e da dominação política que, em outras áreas, já teriam desaparecido, ou mesmo, nunca teriam tido vigência (BERNARDES, 2007, p.42).

Contudo, é certo compreendermos que a construção desse espaço necessitava de um respaldo, seja ele histórico ou literário. Nesse momento, nos

interessa aqueles aspectos relacionados à literatura e de como eles foram relevantes para a invenção do Nordeste no campo literário e a posterior estética da fome, do desolamento, da miséria associadas a essa região, que era apenas chamada de Norte ou simplesmente de Sertão.

Desse modo, defendemos a ideia de que o que há, na verdade, no interim à escrita nordestina deve ser entendida simplesmente como produção da literatura, assim como todas as produções escritas no resto do país. E não como “literatura do subdesenvolvimento”, como “literatura amena”, narrativa de “lugares-comuns” ou por destacar o que se convencionou em denominar de “local” ser chamada, pejorativamente, de “literatura neo-romântica”. E usar todas essas chaves hermenêuticas de maneira homogênea. Assim, aplica, ainda mais adesivos para literatura praticada no Nordeste.

Em contrapartida, não temos tantas nomenclaturas aplicadas à escrita literária do Sudeste, a não ser aquelas que a insere dentro de um espectro de modernidade. Contudo nunca lemos em análises críticas de tais obras a referência nos seguintes termos: “Literatura Paulista”, “Literatura Carioca”, “Escrita do Sudeste” para as obras ficcionais ali produzidas. Nenhum crítico usa tais terminações quando expõe suas críticas, nem tão pouco, ao longo da análise que faz.

Também não se faz questão de reforçar as referências ao lugar de onde é o autor ou a obra, atitude geralmente encontrada em ensaios e textos de crítica literária nos quais as obras ficcionais em debate estão inseridas no contexto do ciclo editorial da Região Sudeste. Tudo isso, de maneira direta ou indireta, são ações de determinadas políticas editoriais que demonstram a mão invisível/visível de um poder simbólico que paira sobre tais análises que retroalimentam o mercado de venda de livros.

A partir desses apontamentos, o que podemos intuir é que temos uma crítica que canoniza e que demarca aquilo que é uma escrita de centro. Portanto, torna-se importante. E, que, por isso, deve ser considerada como relevante, pois ela é que pode representar todos os escritores do Brasil. Daí, determinarem o perfil de obras que relatam o Nordeste e sua espacialidade com uma caricatura endossada a partir da estética da seca. Visto que é exatamente isso que vende, que faz girar o mercado editorial em torno de algumas obras literárias que trazem o Nordeste como

espacialidade. Desse modo, é importante considerar que essas altas vendagens com tal perfil, ofuscam as potencialidades da espacialidade nordestina, até porque estamos diante de uma espécie de antipropaganda, o que é um paradoxo.

Dessa forma, em muitas análises críticas ainda há um vácuo. Um espaço para que se possa visitar o Nordeste, mas não para seguir a mesma caminhada da crítica orgânica produzida até então pela academia. E, assim, dobrá-lo em algumas situações e desdobrá-lo em muitas outras, entendendo o Nordeste como uma espécie de tecido múltiplo, tecido sob a égide de vários fios linguísticos, matéria-prima para uma atividade artística privilegiada, como é o caso da prosa ficcional.

Se faz necessária uma que crítica imbuída em um “pensamento nativo”, tal qual apresenta Eduardo Viveiros de Castro (2014). Entender o Nordeste nessa perspectiva de um tecido, assemelha-se, guardadas às devidas proporções, aos princípios conceituais do rizoma de Deleuze e Guattari. Isso porque, os aspectos interpretativos dentro dessa lógica têxtil de Viveiro de Castro, faz com que uma leitura da prosa ficcional nordestina ganhe várias possibilidades, pois visto por essa perspectiva, teremos uma hermenêutica composta em um tecido que se oferta para obter várias dobras que podem se transpor em um “jogo de reversão sem fim, no qual ambos os lados se requerem mutuamente” (CASTRO, 2014), torna ainda mais flexível o alcance de um lado a outro desse tecido, deslocando as percepções de sentido que poderiam se estabelecer pela simples oposição, visto que esse mesmo tecido – o Nordeste – acaba agindo como o próprio ponto de referência para si mesmo, estabelecendo possibilidades imensas de reversibilidade. Capacidade que se desenvolve pela possibilidade da dobra tecidual que continuamente se sobrepõe uma à outra.

Assim, compreender essas sobreposições é uma das formas de propor várias entradas interpretativas para a espacialidade nordestina, composta na prosa de ficção contemporânea, que em seu construto de dobras narrativas podem favorecer a base para que um novo Nordeste apareça. Um Nordeste que se apresente distanciado do estigma que sempre lhe foi imposto, lhe decalcando como um lugar agreste, árido, elementos que passaram a elaborar e fazer parte da invenção de uma sinédoque para toda espacialidade nordestina.

Tal atitude, distanciou aquelas narratologias em torno dessa Região de

todas as nuances que pudessem configurar o Nordeste dentro de uma perspectiva globalizada, moderna, fora do signo da tradição. Mas, o que vemos é que, até mesmo os críticos contemporâneos, demonstram dificuldades em compreender o Nordeste conectado à Globalização Mundial, aos seus efeitos, sejam eles positivos ou negativos. E, dessa maneira, voltam a unificá-los sob o guarda-chuva da tradição regionalista.

Impressão contrária temos, quando essa mesma crítica contemporânea analisa a literatura produzida, no Sudeste, quase “república das letras” em nosso país, para retomarmos aqui a expressão de Pascale Casanova. Já que essa crítica a tem como aquela que pode dar “conta” de tudo dentro desse espaço central – Sudeste -, sempre “perfumado” e “abençoado” pelos ares da universalidade que os críticos sempre afirmam que essa literatura apresenta. O que não condiz com a verdade, visto que essa região também é diversa e que, dela, não se pode falar sobre tudo, e, por isso, haverá sempre um ponto localizado para se expor algo. De maneira que alguns escritores acabam por focar em determinados lugares, a exemplo de Ferrez, em *Manual prático do ódio*; Paulo Lins, em *Cidade de Deus* que buscaram nas comunidades locais o construto que fomenta suas obras, que são instauradas a partir da periferia, entre os morros, as favelas, a violência, a exploração, a compra, a venda e consumo de drogas. Ou até mesmo Luiz Ruffato, que nos apresenta, em *Eles eram muitos cavalos*, uma São Paulo com um olhar diferenciado, conturbada pela sua velocidade e “modernidade”. Mas, por que esses escritores do Sudeste não são considerados regionalistas? Quando romances como *A Cabeça do Santo* de Socorro Acioli e *As mulheres de Tijucoapapo* da autora Marilene Felinto, são denominados de regionalistas, mesmo sendo também romances contemporâneos?

Partindo desses questionamentos, observamos que o que há em torno da escrita nordestina relaciona-se muito mais a um forte preconceito e rivalidade regional do que um debate estético sobre tais obras. Sendo assim, fica muito difícil perceber outro Nordeste diante do Nordeste elaborado pela crítica, mas não só por ela, mas também por intermédio da escrita romantizada como regionalista, que é sempre apontada como a narrativa que descreve uma localidade de maneira exótica e exagerada centrada apenas na fauna e na flora, como uma forma de delimitar uma espacialidade. E é, portanto, denominada pelos circuitos da crítica como um objeto

que apresenta para o Brasil “um Nordeste profundo”, como se houvesse um Nordeste raso. Ou mesmo os enredos elaborados por alguns autores Realistas/Naturalistas, que sempre apontavam que um lugar, sua geografia, sua topologia e os seus fenômenos gerais da própria natureza imprimiam um poder determinante sobre os indivíduos que ali habitavam.

E foi diante desse contexto, que a ideologia regionalista se fundiu e é, retomada pelo que ficou conhecido como Regionalismo de 30, movimentando uma escrita cheia de estereótipos, de arquétipos que fomentam uma homogeneidade espacial que ilude, que inventa toda uma região. Como se observa, o problema se fixa na maneira como os escritores de todos aqueles “regionalismos tradicionalistas/clássicos” buscaram apresentar a região nordestina sob tais estigmas, como uma tentativa de manter o Nordeste entrelaçado nas malhas do poder local, por isso a importância de não apostar contornos diferentes para essa espacialidade. E, como já falamos, a literatura produzida por aqueles nordestinos, em muito, ajudou a espalhar a imagem de um lugar castigado pelo sol e, por conseguinte, repleto de pobreza.

Desse modo, o olhar para esse espaço é que deveria não ter sido tensionado da maneira que foi tensionado, sob a ótica de uma elite local, que escolheu cristalizar o Nordeste em uma atmosfera associada à memória, à tradição como uma estratégia de perpetuação de domínio, tanto no campo simbólico (por meio cultura, por exemplo) quanto no campo político/econômico, fechando-a, como se fosse possível fechar todos seus os flancos para a modernidade globalizada que se avizinhava. O que não é verdade, sempre haverá brechas. E Nordeste soube e sabe usar tais rachaduras não observadas pelo Nordeste discursivamente imposto.

Ali, naqueles momentos de regionalismos, dos quais detectaram Candido, Bosi e outros críticos da literatura, havia a possibilidade de um Nordeste fora de uma chave exegeta da fome, da miséria ou do exótico, que poderia ter sido descrito, mas que não foi. Um lugar próspero. Um lugar desenvolvido estava também lá, naquele Nordeste narrado em 1930. Tanto que, em Salvador e em Recife, por exemplo, só para citar duas cidades, já tínhamos mecanismos institucionais importantes, tais como Faculdades. Porém, esse Nordeste nunca veio à tona. Ele sempre ficou submerso, latente na discursividade da elite e dos seus intelectuais que juntos inventaram a Região a partir de uma estética negativamente agreste e insólita.

Mas como havia outras preocupações ideológicas para aqueles escritores, os fatores que poderiam apresentar indícios de modernidade, de desenvolvimento do Nordeste foram todos faxinados de boa parte da prosa ficcional de nossa literatura. Ou quando são apresentados, são descritos como fúteis e ameaçadores da “tradição”, que a elite dessa espacialidade, às duras penas, conseguiu conservar. É certo que no Nordeste havia também pobreza, miséria, fome e todos os outros problemas sociais presentes em uma região tão grande e tão diversa. Contudo, esses são problemas que também fazem parte de outros lugares do Brasil, não é privilégio apenas de um só lugar, visto que nosso país sempre foi marcado por uma grande desigualdade social, promovida por imposições políticas e também culturais, como já foi por nós apresentadas nesse estudo.

Diante desse contexto, as obras ficcionais de ambientação nordestina precisam desconectar o Nordeste desse lugar da memória, da tradição, enfim, remover as camadas, os decalques que foram tatuados nessa região. E descrever como há outros “Nordestes” dentro do Nordeste. Neles há também relações de contato com todo processo de globalização, no atual contexto da pós-modernidade. No bojo desses Nordeste, presenciamos figurações, hibridizações, agenciamentos que se intercambiam aos fazeres artístico-literários dessas localidades sem perder suas singularidades.

Singularidades, que a nosso ver, diferem, e muito, da concepção de identidade, sempre debatida quando o tema central do fazer literário é o regionalismo, o que implementava ao nordestino e ao seu espaço aspectos de enraizamentos. Enquanto a percepção de singularidade nos oferta um processo de desraizamento, tal qual nos lembram Deleuze e Guattari, pois se conecta melhor ao conceito de rizoma, que favorece ao Nordeste, assim como à escrita desse local, um espalhamento, e não centralidade, fruto real do múltiplo, do complexo que sempre esteve presente nessa Região, mas que o sistema sempre apresentou estratégias de encobrimentos de suas potencialidades.

Nesse sentido, podemos acreditar que, mesmo como um efeito colateral difuso, todos aqueles regionalismos, de certa maneira, foram importantes para que olhares fossem atraídos para o antigo Norte do Brasil. Tanto, que só a partir deles é que chegamos até a contemporaneidade debatendo o Nordeste e a literatura produzida a partir das mais “variadas cores locais”.

Como já sinalizado, as obras de ficção em torno da Região Nordeste, surgem, paradoxalmente, antes mesmo de existir o Nordeste. E por debaixo do signo de uma identidade nacional e, a partir dele, forja-se todo o cenário expositivo para esse lugar ainda inexistente. E é em meados dos séculos XIX, em nosso país, que vem à tona a elaboração de uma percepção em torno do conceito de nação, proposto pelo Movimento Romântico. Para isso, os escritores românticos buscavam na “cor local” o que eles intencionaram chamar de “origens do Brasil”. É nesse contexto político/sócio/histórico que os críticos literários identificam e criam a nomenclatura “literatura regionalista”, dando origem ao que se convencionou chamar de Primeiro Regionalismo. Se estabelece, portanto, em nossas letras: o sertanismo, que na visão de muitos estudiosos tornou-se uma espécie de subproduto do próprio romantismo. E será esse sertanismo, que se perpetuará em uma memória que se tornou, erroneamente, símbolo para toda Região Nordeste, como se ela fosse um todo unificado.

Assim, *O Sertanejo*, de Alencar, procura, portanto, protagonizar um “ser brasileiro” que, até então, não tinha sido exposto da forma como o autor de *Iracema* o fez. Vem à tona a configuração do sertanejo – o homem do Norte, que, a nosso ver, se torna umbilicalmente o avô e o pai do nordestino nos termos que conhecemos na atualidade. Esse sertanejo na obra foi forjado a partir de um tom heroico muito específico, certo que em algumas descrições ele apresenta proximidades com a imagem do índio (já apresentado pelo próprio Alencar em outros romances). É perceptível, ao lermos *O Sertanejo*, que Alencar descreve o vaqueiro Arnaldo como sendo rude, rústico, pois a natureza do sertão o faz assim. Partindo dessa acepção, a escrita alencariana vai inventando, como afirma Maurício Almeida, o modelo “persona sertaneja” e em torno dela um discurso sertanejamente mítico e místico, já que para Alencar o sertanejo é fruto da mistura de raças. Nesse sentido, o que temos é:

O mito da mestiçagem que transforma a construção da identidade nacional num processo de homogeneização cultural e étnica. O Brasil, assim como o Nordeste, é pensado como o local do fim do conflito, da harmonização entre raças e culturas, e para isso concorrerem as três raças da nacionalidade (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2011, p.111).

Ainda sobre essa questão da mestiçagem, retomaremos Maurício Almeida, que ao observar o enredo do romance no tocante à descrição do sertanejo, nos

apresenta que:

O sertanejo tinha a seu favor vários elementos que o recomendavam para a função. Via de regra é um mestiço do branco com o índio (não com o negro, raro nas áreas mais pobres do sertão) [...] Metaforicamente poder-se-ia afirmar que o sertanejo é o descendente direto de Peri e Ceci, de Martim e Iracema. Vivendo em regiões isoladas, sem grande contato como os centros litorâneos tem a evolução cultural relativamente autônoma. [...] Nesta obra **O sertanejo**, mais do que em qualquer outra, do próprio romancista ou de terceiros, transparece o desejo de substituir o mito indianista, então em acentuado processo de desgaste, pelo mito sertanista na busca de arquétipos com que se pudessem identificar as aspirações nacionalistas tão atuantes no Romantismo brasileiro (ALMEIDA, 1981, p.35-49).

Ainda na esteira de Maurício Almeida, a partir do fragmento acima, além de notarmos o modo como esse herói do sertão é desenhado, compreendemos também que há em *O Sertanejo* a constituição de uma espacialidade do Sertão/Norte/Nordeste, assim mesmo, tudo junto. É um espaço distante, “sem grande contato com os grandes centros litorâneos” e que tem “uma evolução cultural autônoma”. Sendo assim,

Esta imensa campina, que se dilata por horizontes infindos, é o sertão de minha terra natal [...]. Quando tornarei a respirar tuas auras impregnadas de perfumes agrestes, nas quais o homem comunga a seiva dessa natureza possante? (ALENCAR, 1995, p.13).

Vemos que o sertão é configurado como um lugar de “horizontes infindos”, é certo que no contexto no qual a obra foi escrita, portanto no século XIX, o Brasil não tinha uma grande ocupação territorial. Até porque o latifúndio, composto por fazendas imensas, com terras a perderem de vista era o resultado de uma política de habitação e exploração das nossas terras. O nosso debate aqui não está questionando essa ação, mas o que queremos é problematizar os motivos de tais descrições acompanhar a figuração do Nordeste até hoje.

Outra expressão que nos chamou a atenção foi: “tuas áureas impregnadas de perfumes agrestes”, ela nos remete à ideia de lugar ermo, desértico e, portanto, nos traz referencialidades a um universo com um campo semântico ligado ao: bruto, rude, áspero, seco, cortante, dentre outros vocábulos que mais tarde serão emblemados ao Nordeste de um modo geral. Em vista disso, o que percebemos é que não há uma diferenciação entre as palavras e a secura do lugar.

E, como já falamos, o sertão é um fragmento da Região Nordeste. No entanto, foi a partir de *O Sertanejo* que: “O Nordeste é assim o fundamento ativo da

secura, da depuração, da escassez e da acutilância das palavras [...]” (BAPTISTA, 2005, p.94). De alguma forma, essa obra de José Alencar é a montagem arquitetônica de um Norte que aponta para a invenção do Nordeste que se institucionaliza no primeiro triênio do século XX.

Outro romance central para a descrição do que ficou depois conhecido como Nordeste foi *O Cabeleira*, lançado em 1876, obra que de acordo com a crítica está inserida no que se configurou como “primeiro regionalismo”, estabelecido a partir de uma proposta narrativa associada também ao Romantismo. Fazendo oposição ao autor de *Iracema*, Franklin Távora institui o que ficou conhecido como “Literatura do Norte”, alimentada pelos elementos da tradição oral, assim como das particularidades do cotidiano daqueles que ele denominava de “nortistas”. A partir desse romance, contextualizado em Pernambuco, Távora procurou promover uma narrativa sob o olhar de um cangaceiro José Gomes (o Cabeleira) e a partir dele desfraldar as contradições sociais existentes no sertão, assim como seus costumes e elementos culturais. Além de descrever uma região, o romance seria o impulso importante também na construção de um imaginário nacionalista, a partir daquilo que se acreditava ser a cor local e essência primeira do Brasil.

Contudo, cremos que *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, acabou amplificando o sertão. De modo que esse espaço ecoa até a Capital do Brasil naquele momento, reforçando de vez a imagem de que o sertão nada mais é do que uma guerra diária pela sobrevivência, uma luta que já é ofertada a cada homem e a cada mulher desde o seu nascimento, já que esse ambiente é um lugar inóspito, agreste mesmo e que requer do ser humano um “esforço hercúleo” para resistir e combater todo tipo de agrura imposta por aquele meio. Desse modo, o Sertão era sinônimo de Nordeste. Senão, vejamos o famoso fragmento de *Os Sertões*: “O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral” (CUNHA, 1995, p.180).

Esse romance ainda nos apresenta o sertanejo da seguinte maneira:

A sua aparência, entretanto, ao primeiro lance de vista, revela o contrário. Falta-lhe a plástica impecável, o desempenho, a estrutura corretíssima das organizações atléticas.

É desgracioso, desengonçado, torto. Hércules-Quasímodo, reflete no aspecto a fealdade típica dos fracos. O andar sem firmeza, sem aprumo, quase gingante e sinuoso, aparenta a translação de membros desarticulados. Agrava-o a postura normalmente abatida, num manifestar

de displicência que lhe dá um caráter de humildade deprimente. A pé, quando parado, recosta-se invariavelmente ao primeiro umbral ou parede que encontra; a cavalo, se sofreia o animal para trocar duas palavras com um conhecido, cai logo sobre um dos estribos, descansando sobre a espenda da cela. Caminhando, mesmo a passo rápido, não traça trajetória retilínea e firme. Avança celeremente, num bambolear característico, de que parecem ser o traço geométrico os meandros das trilhas sertanejas [...] (CUNHA, 1995, p.180).

Esse sertanejo euclidiano nos apresenta uma narrativa no contexto do que se configurou chamar de “Segundo Regionalismo”, momento influenciado por toda aquela atmosfera elaborada pelo Naturalismo e seu cientificismo.

Assim, fica-nos evidente, na descrição acima, que é o meio, o espaço que determina o perfil da personagem que habita o Norte/Nordeste, é um produto do meio geográfico e da raça. Partindo, desse contexto, Euclides vai montando, pouco a pouco, esse homem rude, um homem que não tem aparência agradável de ser observada, por isso, “falta-lhe a plástica impecável”. Ele é um “Hércules-Quasímodo”, mas a junção dessas duas personagens constrói um ser “monstruosamente forte”, já que o meio o torna assim. Nesse sentido, está aí fotografia revelada ao mercúrio/sol/sangue das mortes em Canudos e dependurada no quarto escuro da narrativa d’*Os sertões*, a mesma apresenta a visão euclidiana no que tange ao sertanejo/nordestino, propondo uma imagem nítida da condição *sine qua non* para resistir ao sertão e sua espacialidade inóspita. Para um lugar árido, só um ser humano bruto para sobreviver nele.

Portanto, os três romances aqui apresentados, de maneira direta ou indireta, acabam ofertando o tom dos aspectos relacionados ao Norte, mas que depois acabam sendo associados aos Nordeste. Diante desse contexto, é bom lembrar Antonio Negri e suas palavras em *Cinco lições sobre o Império*

A pobreza é o simples fato de não conseguir valor à atividade. Portanto, também o migrante pobre ou excluído é alguém que, de qualquer maneira, possui uma potência a ser expressa. Se nosso raciocínio caminha dessa forma, poderíamos reconhecer que os pobres são o sal da terra, porque são uma atividade geral, uma potência aqui irresolvida e bloqueada. Se a função da exploração é a de sufocar, reduzir espaço, mobilidade, além da capacidade de cooperação e criação de valor, então o pobre não é somente um excluído, mas sujeito exemplar da exploração (NEGRI, 2003, p.23).

Dessa maneira, nos é perceptível que alguns romances nordestinos na contemporaneidade promovem narrativas que ora se afastam, ora se aproximam daquilo que se foi produzindo em outros momentos de nossa literatura no tocante ao

regionalismo, posto como uma forma de reivindicação social, - principalmente aquele praticado pela Geração Modernista de 1930 -; mas que na verdade não era apenas isso, já que temos, naquele momento, uma presença estética muito marcante em nossa escrita.

Contudo, nem sempre foi assim. Já que o romance de caráter regionalista não teve uma boa recepção da crítica. E por ter sua origem no período romântico logo foi tachado de “romance sertanista”, acabou se tornando uma espécie de mapa descritivo do Brasil, pois tinha como objetivo empregar em nossas letras o viés nacionalista.

Tais aspectos, fazem com que venhamos entender que uma região precisa ser por nós compreendida não mais a partir do princípio de *raiz*, da tradição, do passado. Todavia, é urgente interpretá-la muito mais na perspectiva de um *rizoma*, para usarmos uma expressão rica para Deleuze e Guattari. Essa perspectiva à espacialidade, seja ela qual for, a partir de suas conexões, dos seus bulbos, pois eles nos demonstram suas complexidades, suas variáveis. Por meio desse ponto de vista fluído e não fixante à espacialidade nordestina torna-se um objeto proeminente potência rompendo com toda aquela narrativa que reduziu tal espacialidade, que fazia questão de reter a mobilidade do lugar, assim como nos apresenta Negri.

Desse modo, é sim possível enxergar naquilo que se chamava de *global* mesmo observando o *local*. Ofertando ao *local* e ao *global* linhas de continuidades, rompendo na verdade aquela visão de uma relação binária e dicotômica como se via antes no tocante às relações entre o rural e o urbano, o literal e o sertão, por exemplo.

Compreender o Nordeste e sua representação na Literatura Contemporânea, a partir desse ponto de vista, não é uma tarefa fácil. Contudo, é muito instigante, pois nos conduz a um labirinto multifacetado da escrita literária em nosso tempo Pós-Moderno, que promove uma literatura de escrita Pós-Autônoma e Pós-Colonial. É a busca por conhecer “o jogo, o jogo das coisas que são” postas nessa intempérie do narrar o devir-Nordeste. Escrita muitas vezes difusa, ao combinar/recombinar as mais variadas tendências, de modo que, dependendo do autor, rompe algumas fronteiras, entre elas o gênero e espaço, por exemplo. O que vemos é que essa atitude dos escritores nordestinos da contemporaneidade

“potencializa uma nova política da escrita” (JUSTINO, 2017, p.84).

A força dessa grafia literária se encontra na “volaticidade”, em movimentos com o intuito de trazer à tona: “a crise e transição para além da modernidade”, promovendo uma profunda mudança na “ontologia social”, impondo para ordem do dia “a emergência do trabalho imaterial”, para destacarmos aqui expressões de Antônio Negri (2008, p.6-8) em seu livro *O Império e Além: Aporias e Contradições*.

Assim, procuramos, a partir do próximo capítulo, apresentar autores, que acima de tudo, tenham um texto literário que promova a possibilidade de ruptura com os valores tradicionais, aproximados até aqui, ao explorarem o Nordeste como o lugar dos seus enredos e ao colocarem essa região no centro de suas histórias. Obras que, mesmo que não apresentem uma ruptura radical com esse tradicionalismo, ao menos apresentem dobras, esquinas que insiram esse Nordeste em outras falas diferenciadas daquelas que o cânone literário regionalista já apresentou em outros momentos.

E, desse modo, exprimam, acima de tudo, a crise existencial desse ser humano pós-moderno e depreender que suas complexidades independem de sua regionalidade. Mas, que também não pode ser compreendido de maneira universalista, mesmo em tempos de globalização. Extraíndo, dos romances nordestinos os “modos de semiotização da produção de subjetividade dos pobres na obra [...], não menos intocada pela crítica, que não discute em profundidade a ambivalência incômoda” (JUSTINO, 2017, p.65), presentificada na prosa ficcional nordestina na contemporaneidade.

Sendo assim, se faz necessário pensarmos tais obras para além daquilo que a crítica literária rotulou. Analisar as narrativas atuais, com as ferramentas de hoje, já que essas nos podem ofertar caminhos interpretativos que revelem estratégias importantes para montarmos uma nova cartografia, a partir da literatura como uma forma de reconfigurarmos o Nordeste. Lançando um novo olhar tanto para o passado quanto para o que é produzido no agora, de modo que uma nova epistemologia se erga para essa Região que sempre sofreu e sofre vários tipos de preconceitos.

Diante desse aspecto, é urgente um novo Nordeste, desconectado da semiotização da seca, da fome, da miséria, da exploração, da imposição do poder, dentre outros códigos que foram impressos a partir das nomenclaturas escritas e praticadas nesse espaço, que historicamente fomentou discursos pautados em uma ideologia de um poder simbólico de dominação do espaço, e que, de alguma maneira, a nossa literatura ajudou a construir.

Daí a necessidade de abrasar, de friccionar, de limar todos os conceitos que sempre acutilaram o Nordeste e os nordestinos. Retirar deles todos os decalques que lhe foram colados, retirar as camadas, já que entendemos que essa espacialidade foi forjada a partir delas. Tal como acontece com as rochas, que expostas a todos os mais variados fenômenos naturais ou não: vento, areia, tempo e, até mesmo, a ação humana vai criando crostas que contribuem para o que na geologia denomina-se de acebolamento.

Nesse sentido, esses variados discursos pouco a pouco foram acebolando o Nordeste, como mantas ao encobrirem o que ele foi e é. Mas, o acebolamento do Nordeste não é uma simples sobreposição de capas, de camadas, mas são ações propositalmente estabelecidas, como já foi apresentado anteriormente. Dessa maneira, temos um acebolamento de discursividades que foram ao longo do tempo também se sobrepondo, elaborando encobrimentos, sombreando possibilidades de revelação dessa regionalidade que foi inventada para o Nordeste e que isolou esse espaço no campo da tradição, do atraso, comprometendo o vislumbre do “urbano”, do “moderno” e da “globalização” que estiveram e que estão conectados a essa Região.

Por isso, não cabe ao estudioso o “salvar o Nordeste”, mas propor desvelamentos, leituras rizomáticas não para simplesmente revelar os Nordestes, mas para exporem devires. Por isso, não dá mais para esperar desvelamentos para essa espacialidade que sempre se apresentou complexa. Se faz necessário presentificar, por meio de uma nova interpretação, os mais variados Nordestes ali interligados, conectados no aqui e no agora, com toda suas potencialidades e suas fragilidades. E que todas essas regionalidades – forjadas no interior de tais Nordestes -, juntas, favoreçam novas hermenêuticas para esse espaço, para esse equipamento maquínico que um dia denominaram de Nordeste.

Para tanto, a literatura proposta pela prosa ficcional contemporânea nordestina pode nos sugerir interpretações das mais variadas, para, assim, propormos novas obras ficcionais e escritas a partir desse *locus* aqui em questão. E, assim, introduzirmos elementos críticos que possam desfazer todos os aspectos que sempre constituíram os tecidos nordestinóides, compostos como formas de compreendedoras do devir rizoma para o Nordeste, elaborando, portanto, “uma crítica diabolicamente nordestina” (JUSTINO, 2017, p.66).

4 METAFÍSICAS DE UMA LITERATURA NORDESTINA: POR UMA INTERPRETAÇÃO QUE ROMPA COM A ESTÉTICA DA SECA

4.1 Cartografia de uma nova escrita literária para o Nordeste: aproximações e distanciamentos do Regionalismo de 30

O que chamamos de escrita nordestina, como já apresentamos ao longo dessa tese, vem se desenhando no construto da nossa literatura antes mesmo dessa demarcação geográfica denominada Nordeste existir. E, portanto, não queremos interpô-la aqui como sendo algo novo, já que ela antes de se emblemizar como nordestina é, antes de tudo, uma escrita também brasileira. Assim, tal escrita seguiu/segue o percurso de todo e qualquer registro gráfico no arcabouço de um sistema convencional da linguagem. Sistema do qual a literatura deriva.

Todavia, é importante ressaltar que a escrita nordestina insurgiu, definitivamente, como uma “máquina de expressão” (DELEUZE; GUATTARI, 2017) a partir de 1930, momento de grande euforia política e cultural em nosso país. Período no qual se registra um importante grupo de intelectuais, artistas, escritores/escritoras, como também obras que se constituíram “maquinarias”,

“engrenagens de capturas” da espacialidade do Nordeste. Nesse sentido, as obras promovem, propositalmente, uma espécie de naturalização passiva política em torno da nomenclatura “Nordeste”, como uma forma de diminuir a potencialização efetiva de uma cosmopolita global/nordestina. O que promoveria uma naturalização ativa da natureza que foi/é o Nordeste, sua topografia, seu povo e os entrelaçamentos discursivos em torno da formação dessa região.

Tais capturas que, em muitos casos, reforçaram o exotismo das narrativas de José de Alencar e de Franklin Távora, por exemplo, propondo uma leitura do Nordeste por um outro viés, agora conectado muito mais às figurações sociais e políticas que acabaram por fiar toda malha representativa desse lugar pré-existente a uma denominação ou limites espaciais que foram determinados por questões de escolhas ideológicas para a invenção de um ambiente que gerou uma região. Limites forjados a partir dos signos ofertados pela literatura praticada dentro e fora desse mesmo Nordeste, signos produzidos desde os idos dos séculos XVIII e XIX.

Mais tarde, com a chegada do Modernismo, um grupo de escritores repauta o Nordeste no campo da escrita literária brasileira daquele momento, que tinha como centro da produção artística São Paulo, que desde a Semana de 1922, se estabelecia como modelo do fazer artístico da nossa nacionalidade.

Em vista disso,

temos a constatação absoluta de que os intelectuais paulistanos, do referido momento histórico, viam-se imbuídos de uma missão salvífica nacional, onde já que se sentiam como a “porta de chegada do moderno no país”; e como a “única cidade não folclórica e tradicionalista” (embora o próprio Oswald de Andrade e Mário de Andrade reconhecessem os limites da modernidade paulistana) se outorgavam no direito de distribuírem seu “saber nacional” para todo país, pois entendiam que o resto o país (e, principalmente o Nordeste) era “despossuído” de inteligência necessária para construir um ideal de nação moderna e cosmopolita (ARAÚJO, 2013, p.158).

Conseqüentemente, contrariando essa análise paulistana, o Regionalismo de 1930, se torna um marco para a literatura brasileira, já que coincide também, segundo vários estudiosos da nossa historiografia literária, com o ciclo considerado mais produtivo da prosa ficcional do Brasil. Desse período, como bem se sabe, temos uma leva de romances escritos por: Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz, Jorge Amado, José Lins do Rego e José Américo de Almeida que juntos apresentam mudanças consideráveis no tocante à forma de narrar, na elaboração linguística e

no campo temático, contudo, alguns desses autores encarceraram o Nordeste no próprio “Nordeste”, inventado por um pequeno grupo social que sempre defendeu seus próprios interesses. A escrita dos romances de 1930, em seu conjunto, como já apresentado, firmou-se como o lado artístico dos movimentos dos intelectuais envolvidos com as ideias do Congresso de Recife, encabeçado por Gilberto Freyre. Desse modo, boa parte dos autores ficcionais nordestinos irão fixar essa nova Região a uma estética propulsora de um poder outrora perdido e associado à elite do açúcar, berço dos mentores do Regionalismo de 30. Assim, enraízam o Nordeste na esfera da tradição, do passadismo, do saudosismo e do ruralismo conectados ao ciclo dos engenhos.

José Américo de Almeida é apontado como aquele que abriu essa esteira de escritores que traçam o desenho cartográfico dessa escrita literária nordestina dentro daquilo que se convencionou chamar de *Regionalismo de 30*. E foi com o romance *A bagaceira* (1928) que José Américo apresentou às letras brasileiras as “terras do melaço”, suas ralações sociais, desvelando o mundo da casa-grande e dos poderes atrelados à cana-de-açúcar. E desse consegue impor imagens que irão definir boa parte na estrutura discursiva que inventa essa região. Assim, é importante dizer que a estética da fome e da miséria, bem como o enraizamento da espacialidade nordestina sob o estigma do exotismo, estrutura-se, em parte, de dentro para fora. É com esse romance que o Nordeste, já como Nordeste, volta novamente às páginas da nossa literatura brasileira, pois antes disso foi como “Norte” - ainda desconhecido para o resto do Brasil -, que essa faixa de terra mais a leste do Brasil apareceu em *Os sertões* de Euclides da Cunha, descrito a partir do sertão e da Guerra de Canudos.

Dessa forma, o escritor de Areia conserva em boa parte de *A bagaceira*, algumas das características e estereótipos inventados, a partir da escrita euclidiana, para essa espacialidade, principalmente para a descrição dos nordestinos: “Entravam mulheres embarrigadas, no último mês, debaixo dos balaios descomunais. No veio, cabras de uma anatomia hercúlea suavam como olhos d’água” (ALMEIDA, 2008, p.199). Essa imagem do nordestino é praticamente a mesma d’*Os Sertões*: “É desgracioso, desengonçado, torto. Hércules-Quasímodo, reflete no aspecto a fealdade típica dos fracos. O andar sem firmeza”.

Mas José Américo também apresenta outras questões além dessa caracterização do nordestino e da espacialidade. Assim, a partir do Engenho Marzagão, o escritor traça a rivalidade entre o sertão e o brejo da Paraíba, a liberdade e a opressão, a luta entre Dagoberto e Lúcio (pai/filho) pelo amor de Soledade. Além disso, temos encravado no enredo da obra as tensões advindas da modernidade e tradicionalidade que as figuras do pai e do filho representam no contorno do enredo de *A bagaceira*.

Nesse sentido, o romance de Américo nos apresenta a partir de Dagoberto (o dono de engenho) uma visão considerada como bruta, grosseira para a espacialidade nordestina, representada pela imagem do patriarcado que finca suas estacas na figura do coronel, o dono do engenho. Já Lúcio (o herdeiro) nos apresenta outra: a de civilidade, apregoada no romance como uma espécie de “continuidade amenizada pelos estudos”, visto que o filho de Dagoberto, por ter estudado em Recife é associado às ideias novas como forma de romper com o anacronismo. Rompimento que não se efetua na concretude do dia a dia do engenho.

Desse modo, a dualidade que perpassa todo romance, onde o velho e o novo, o tradicional e a moderno estão sempre em rota de colisão. Colisão que parece impulsionada pelos ventos embrionários de uma burguesia, ainda incipiente, que se acostava ao mundo pretérito do canavial. Mas, que ainda tenta resistir. Mesmo diante dos ventos da indústria e do capital que já começaram a soprar também em alguns engenhos nordestinos, bem como por boa parte da Região Sudeste. Ventos que já haviam içados, alguns anos antes, com as velas da Revolução de 30, liderada por Getúlio Vargas, e que prometia mudanças importantes, sempre emblemando a bandeira da modernização do Brasil. Contudo, mais tarde em uma execução prática, tornou a população uma espécie *outsiders*, pois os menos favorecidos - por questões propositais e políticas, não por fatores meramente naturais - nunca foram conectados aos bens materiais e simbólicos advindos dessa aclamada modernidade. E, por isso, sempre estiveram à margem social.

E, como foi apresentado até aqui, as nossas obras ficcionais de trinta surgem no epicentro de tais ensejos e promessas de mudanças, por meio de uma

centralização institucional, que demarcou - tanto de maneira simbólica como efetiva - a fase inicial do que se configurou em nosso país como “sociedade moderna” em 1930.

Assim:

Apesar de todo o processo de centralização iniciado pela Revolução de 30, e fortalecido pelo Estado Novo, a sociedade brasileira, no período em que a consideramos, é ainda fortemente marcada pelo localismo. Os cientistas políticos mostram que 30 não significou uma ruptura radical da ordem social; o governo de Vargas não erradicou as elites oligárquicas, mas redimensionou a balança do poder político. Nesse sentido a revolução é um dado importante na formação do Estado nacional, uma vez que abre espaço para um projeto político e atribui à elite dominante (oligárquica e moderna) um papel fundamental no encaminhamento das propostas que se buscava implementar (ORTIZ, 2006, p.50).

Isso porque o que aconteceu naturalmente, principalmente no Nordeste, foi

o crescente entrelaçamento e aprofundamento das relações do fazendeiro com as redes de comercialização e financiamento nacionais e internacionais, aceleradas pela introdução do trabalho livre, que o proprietário rural se tornou mais consciente da remuneração dos fatores de produção e produtividade do trabalho. Serão os mais empreendedores entre esses novos capitalistas rurais que serão as figuras de proa da dinamização da vida econômica em todos os níveis (SOUZA, 2017, p.76).

Mesmo diante do advento dessas práticas capitalistas e sua introdução na produção agrícola do Nordeste, o que era inevitável, vemos em *A bagaceira* uma resistência aquilo que seria inexorável: a chegada da industrialização ao campo. É notável que as ideias descritas por Jessé de Souza hoje, poderiam até fazer parte dos pensamentos demonstrados por Lúcio ao longo da narrativa, mas tudo se configurava como sendo algo muito particular ao mundo pensante daquele estudante filho do dono de engenho, visto que seu pai não comungava das mesmas ideias. E, portanto, muito longe de serem excutados no plano concreto daquela propriedade. O sistema coronelista do açúcar não permitiria. Sendo assim, vejamos:

Lúcio não se dissociava do problema humano do Marzagão. Sua nova sensibilidade tinha uma direção mais útil e um ímpeto criador. Reconciliava-se com a terra feracíssima, isenta de todos os obstáculos do trabalho: de nuvens de gafanhoto, tufões, geadas, secas, terremotos... Mas só era rica a natureza. Ele calculava como essa vitalidade poderia ser produzida. E via a índole de progresso do latifúndio cortada pelos vícios de seu aproveitamento. Quanta energia mal-empregada da desorientação dos processos agrícolas! (ALMEIDA, 2008, p.193).

No trecho acima, observamos que o estudante Lúcio parece ter um olhar diferente daquele que seu pai tinha para o engenho Marzagão, por isso parece está decidido em transformar aquele lugar. De modo, que ele apresenta uma visão preocupada com as questões “humanitárias” dos trabalhadores dali, assim como dos retirantes que por ali podiam chegar. Assim, ao menos no campo das ideias, Lúcio articulava tais mudanças para as relações pessoais naquela localidade. Tudo isso, imbuído por “sua nova sensibilidade”. Enquanto o pensamento do seu pai seguia em um movimento contrário ao olhar do filho.

Dagoberto olhava por olhar, indiferente a essa tragédia viva. A seca representava a valorização da safra. Os senhores de engenho, de uma avidez vã, refaziam-se da depreciação dos tempos normais à custa da desgraça periódica.

O feitor alvitrava a admissão dos retirantes:

- Paga-se pouco mais ou nada... (ALMEIDA, 2008, p.102).

Dagoberto, como dono das terras, vê no sofrimento dos retirantes mais uma boa oportunidade de lucrar e de explorar os flagelados da seca que ali chegavam. Além disso, tinha métodos estranhos, com requintes de crueldade para colocar animais para trabalharem na moagem da cana-de-açúcar, quando os mesmos, por algum motivo, paravam de trabalhar:

A moagem parada.

Dagoberto não tivera dúvida: amontoara a palha seca debaixo da barriga do chamurro empacado e tocara fogo.

Queria ver se não puxava. Era para amansar...

Assado vivo, o boi soltava uns urros lamentosos e sacudia os chifres encorreados. Mas davam-lhe com o chiqueirador nas ventas que era a parte mais sensível. E, às recuadas, ele torcia os quartos, num berreiro que já não era mugido, mas um uivo formidável (ALMEIDA, 2008, p.161).

Diante desse contexto hostil, o estudante Lúcio tem intuito de modernizar o engenho. E que essa modernidade do espaço seria uma possibilidade “reconciliadora” com a “terra feracíssima”. Em sua concepção impulsionaria a produção, pois para ele no Marzagão a “energia mal-empregada da desorientação dos processos agrícolas”. E isso, em sua perspectiva, devia ser: “A falta de método acarretava uma precariedade responsável pelos apertos da população misérrima”.

A gleba inesgotável era aviltada por uma “prostração econômica” (ALMEIDA, 2008, p.193). Mais uma vez as mudanças sonhadas por Lúcio passam, um pensamento inovador principalmente quando se tratava de um engenho nos moldes

do senhor Dagoberto, que com sua mão-de-ferro impedia que esses pensamentos fossem postos em prática. Isso porque todas as ações precisavam do aval do patriarca, personagem configurado a partir de uma hiper-individualidade, pautado em um passado movido por hierarquias.

Por isso, vale lembrar que

[...] o peso do elemento tradicional - ou seja, o conjunto de regras e costumes que com o decorrer do tempo vão se consolidando em uma espécie de direito consuetudinário, regulando as relações de dependência, como lembra Max Weber em seu estudo acerca do patriarcalismo, e que serve de limitação ao arbítrio do patriarca – parece, no entanto, ter sido, no caso brasileiro, reduzido ao mínimo (SOUZA, 2017, p.53).

Mas de acordo com o narrador de *A bagaceira*, Lúcio tinha intenções de romper com essa condição:

Tinha uma intuição dos reformadores; tentava assimilar os melhores estímulos de luta pela vida. Mas seu instinto de ação ainda era inutilizado pelas sentimentalidades emolientes. Visões exageradas deformavam-lhe o equilíbrio das relações imediatas. Noções confusas, projetos imprecisos resultavam na incapacidade de realizar, no desastre das tentativas. Goravam as concepções práticas (ALMEIDA, 2008, p.193).

Diante dos apontamentos apresentados nesses fragmentos, o que temos são ideias dúbias na configuração geográfica do canal e da casa-grande nordestina, que se constituiu a partir de um processo linear, que tem sua origem no banguê, passa pela configuração do engenho, até desembocar na tão temida usina, estágio no qual a modernização se instala de vez, ofertando ao engenho a derrocada: o “fogo morto”, pesadelo de todo senhor de terras.

Esse sentido negativo do Moderno na paisagem Nordestina está presente em muitos romances do Movimento Regionalista de 1930. Momento em que a literatura poderia discutir a problemática da modernização sem muito preconceito e sem temor, já que o processo de industrialização e, conseqüentemente, o da urbanização das cidades no Sudeste (Rio de Janeiro/São Paulo e até mesmo do Recife) seguiam com velocidade. Não que tais aspectos sejam positivos em sua totalidade, pois como bem sabemos a indústria ofertou situações de insalubridade trabalhista nas fábricas, primordialmente antes da escalada dos sindicatos.

No tocante às cidades e sua “revitalização”, vimos o aumento profundo da dicotomia entre pobres e ricos. Assim como o surgimento do embrião da periferia com suas moradias em condições impróprias, já que as camadas mais populares foram marginalizadas e, literalmente, varridas para darem passagem para o alargamento das avenidas, estruturação da arquitetura que prometia “civilidade” e “modernidade” para esses espaços. Este tema é explorado de maneira crítica nos romances de Lima Barreto que antecedem a prosa de trinta.

E foi assim que se deu a:

A submersão na lavoura de subsistência ou a formação das favelas nas grandes cidades passam a ser o destino reservado pelo seu abandono. Temos aqui a constituição de uma configuração de classes que marcariam a modernização seletiva e desigual brasileira a partir de então (SOUZA, 2017, p.76).

É no bojo dessa “modernização seletiva”, da qual se refere Jessé de Souza que também se encaixa várias cidades do Nordeste, que só se abriu para tais mudanças de maneira tardia. E, por isso, a transformação dos engenhos em usinas acabou alimentando, ainda mais, o foço entre a elite nordestina e o povo. O que gerou depois a promoção da diáspora de vários nordestinos pelo Brasil a fora, principalmente para o Rio de Janeiro e São Paulo.

Retomando o fragmento de *A bagaceira*, citado anteriormente, queremos chamar a atenção para a seguinte frase, quando o narrador revela os pensamentos de Lúcio em relação às terras do engenho e sua modernização: “Mas só a natureza é rica. Ele calculava como essa vitalidade poderia ser produzida” (ALMEIDA, 2008, p.193). Tais excertos nos remetem, quase que diretamente, à *Carta de Caminha* que afirma que no solo brasileiro: “em se plantando tudo dá²”.

Como um emblema essa frase sempre serviu para atestar a fertilidade das terras brasileiras. Configurando as terras nordestinas ao período colonial, como se o futuro da região estivesse apenas centrado nessa modalidade tradicional de desenvolvimento. O que fixa o Nordeste, novamente, em um passado muito distante, como uma estratégia de a partir dessa espacialidade firmar um certo tom

² CAMINHA, P. V. de. *A carta*. (1500). Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2003, acesso em 25/07/2018.

nacionalista por intermédio de uma origem da nação. Contudo, sempre com um olhar perpassado pelo olhar de quem nos ver.

A frase de Caminha, retomada de maneira metonímica em *A bagaceira*, nos remete novamente a Lima Barreto, que por meio da personagem Policarpo Quaresma – que levou ao pé da letra a máxima do escrivão-mor de Portugal - nos apresenta um olhar crítico para essa acepção da produtividade agrícola no Brasil, tanto que Policarpo, em seu sítio Sossego, mesmo com a ajuda de “métodos científicos”, como bem sabemos, não conseguiu “vencer” as saúvas.

Esses enlaces interpretativos são possíveis, pois antes de se tornar romancista José Américo de Almeida, além de político, era um intelectual com um campo importante de conhecimento da nossa literatura. Tanto que escreveu vários ensaios críticos sobre política, a falta de água e sua relação com a economia, tema relacionado diretamente ao Nordeste. Isso nos faz crer que as referidas obras eram de conhecimento desse autor paraibano e pode ter consumido parte das leituras do autor de *A bagaceira* que, de alguma forma, são retomadas no enredo dessa obra primeira da denominada ficção regionalista de trinta.

Seguindo essa linha de entendimento, o que vemos é que “as saúvas” de Lúcio eram outras: “A mediania do senhor rural e a ralé faminta”, “A gleba inesgotável era aviltada por uma prostração econômica”, “sentimentalidades emolientes” e “projetos imprecisos resultavam na incapacidade de realizar”. Tais saúvas, dessa forma, “goravam as concepções práticas” da concretude dos pensamentos idealistas do estudante Lúcio, herdeiro do engenho paterno, mas que analisa de maneira racionalista e crítica a espacialidade onde nasceu, cresceu e da qual se tornaria dela também o senhor:

O estudante comparou a mentalidade do engenho, resíduos da escravaria, os estigmas da senzala, esses costumes estragados [...]. E sentia que, com o andar do tempo, se estupidificava nesse meio execrável (Almeida, 2008, p.166).

Diante de todos esses comentários nos fica perceptível, que em *A bagaceira*, há uma sobreposição discursiva, visto que não sabemos quem realmente está discursando ali. O que nos conduz a alguns questionamentos: Seriam as vozes dos senhores de engenho intermediadas pela fala do narrador? O narrador fala por

si mesmo? Os pensamentos de Lúcio em relação ao progresso e modernidade do engenho são os de José Américo? Se sim, são do político José Américo ou do romancista? Quem “tinha uma intuição dos reformadores” que quer realmente mudar ou só quer fazer ajustes? Todos esses questionamentos não são para obtermos respostas precisas nessa tese, até porque para algumas dessas perguntas nunca as teremos. E que bom que seja assim.

Contudo, eles nos ofertam pistas para pensarmos de maneira mais detida e ampla sobre o contexto no qual a escrita nordestina emerge na história da nossa literatura após o lançamento de *A bagaceira*. Livro que apresenta aspectos inovadores, é certo, tais como: o emprego de uma pontuação gráfica diferenciada, principalmente na formatação dos diálogos, divisões entre parágrafos, assim como sua estruturação, com a construção de períodos curtos; associados a uma linguagem que mistura objetividade e clareza com uma linguagem mais conotativa:

A brisa parecia o perfume agitado. Havia perfume espalhado no ar como um incensório invisível. A própria orvalhada eram gotas de perfume em vidrinhos de arco-íris. Perfume em blocos de resina. Soledade estava toda impregnada dessa natureza odorante. A emanção violenta ungiu-lhe a carne molhada [...] (ALMEIDA, 2008, p.134).

Além de inserir na narrativa trechos de cantigas populares, mais especificamente coco e repente de violeiro, gêneros que influenciaram a criação do folheto de feira, que juntos também representam uma importante participação no tocante ao construto daquilo que se convencionou chamar de Nordeste. E faz isso transcrevendo tudo em forma de estrofes, promovendo uma estrutura híbrida, misturando gêneros da literatura.

A minha alma de velho
Anda agora renovada,
Que a paixão é como o sonho,
Chega sem ser esperada.

Não se vê um olho-d'água,
Quando há seca no sertão,
E encham os olhos d'água,
Quando seca a canção...

O xexéu de minha terra
Que me ensinou a cantar
Antes me tirasse o canto
E me ensinasse a voar...

[...] (ALMEIDA, 2008, p.218).

José Américo de Almeida também mistura os discursos populares, a partir de alguns diálogos das personagens; com o discurso erudito, unindo-os, em muitos momentos, com a linha discursiva do narrador, que se estabelece como sendo uma espécie de *alter ego*, espalhando marcas do intelectualismo do autor paraibano.

Outro fator, preponderante, não foi o de trazer um tema novo para o enredo ficcional da nossa literatura: abordar o Nordeste como ambientação central. Pois como já foi dito aqui, outros autores abordaram essa temática, contudo em *A bagaceira* José Américo de Almeida refaz a caminhada nessa espacialidade, redesenhando, até certo ponto, a maneira como tudo tinha sido dito até então.

Com isso, deslocou o eixo da crítica e da literatura brasileira que tinham como foco autores e obras produzidas no Rio de Janeiro e em São Paulo para a região recém-inventada. Mas, a nosso ver, com uma figuração de Nordeste que não condizia com a realidade vivenciada em boa parte das cidades nordestinas, como veremos mais à frente a partir de autores como Jorge Amado e Graciliano Ramos. Assim, o romancista areense finca as bases do Nordeste na tradição e no passadismo, tal qual Gilberto Freyre.

Quando falamos, “até certo ponto”, é porque em contrapartida a todos esses aspectos apresentados como importantes, o autor paraibano nesse romance inaugural de 1930 não consegue romper com a dicotomia imposta ao Nordeste: sertão e brejo. O primeiro apresentado como um lugar da sequeidão, da aridez, da pobreza; e o segundo, configurado como o “lugar da terra gorda”, próspera, a nova terra de Canaã, como ele mesmo nos apresenta em *A bagaceira*. Reforçando preconceitos, estereótipos e estigmas, tanto externos ao Nordeste quanto internos à Região, conectando o ambiente descrito em sua obra a uma natureza localista, tratando a espacialidade nordestina elaborada como sendo algo essencialista, como um lugar para ser conservado. E desse modo, constituído sobre

o imaginário da seca, projetado através de espaços circunspectos, determina o ritmo do lugar pela sua dimensão, pelas suas particularidades e pelo modo de ser da vida nordestina, marcada literalmente pela percepção de sensações, transpostas mimeticamente para o universo da ficção. [...] Ao escrever sobre as imagens da seca,

tendo como referente obras de nossa literatura, não se pode deixar de lado o contexto do mundo representado em que os fatos existem de modo patente, interferindo nas instâncias do lugar, tempo, cultura, sociedade, história e outros (NÓBREGA, 2011, p.67).

E é, portanto, nesse imaginário, que sempre se projetou o mito da origem, das raízes do povo nordestino, ou até mesmo de uma nação inteira. E tudo ali concentrado, partindo de um ponto único. De um núcleo, de onde tudo emana.

Fica-nos claro, com essa abordagem, que há uma forte influência dos escritos e dos pensamentos de Gilberto Freyre, como também do grupo de intelectuais regionalistas do Recife, por ser emergente das elites, em sua maioria advinda dos canaviais. E que construíram o enredo da Região Nordeste vinculando-o à tradição, que seria uma verdadeira restauração de uma imagética passadista da elaboração cultural, por isso entendemos que nesse “período os patriotas e estudiosos (...) redescobrem as velhas tradições históricas, linguísticas e literárias e criaram um passado que jamais existiu” (MORGAN, 1997, p.53-54). Juntos tatuaram o Nordeste com uma ecologia de sentidos interligados às premissas idílicas:

A natureza caridosa procurava encobrir essa miséria. A jtirana encostava-se na baiúca infeta, marinhava pela parede rota e ia desabrochar, toda espelhada, na coberta de palha, formando o que nenhuma casa rica ostentava: um teto de flores.

Os cochichos secos, como árvores derrubadas, ficavam, assim, bonitos, que nem moitas de manacá (ALMEIDA, 2008, p.194).

A natureza tanto é a responsável por amenizar quanto por agravar a miséria, visto que, segundo o narrador, é ela que expulsa o sertanejo de sua terra natal e é ela que o acolhe no brejo. Desse modo, no extremo da seca/sertão e na outra ponta da prosperidade/brejo o que conta no final é o lucro, por meio da exploração, que acontece quando o sertanejo se desfaz de tudo e vende, a preços muito abaixo do mercado, seus animais. E quem os compra? O fazendeiro mais rico da localidade, que passa, posteriormente, a ter lucros altíssimos ao explorar a miséria alheia.

Outra forma de ser explorado é quando “vende” sua mão-de-obra aos senhores de engenhos a preços muito baixos, quase sempre pagos pelo “abrigo” e a “comida”, em um regime de semiescravidão ou análogo à escravidão. Mão-de-obra que chega em boa hora, no momento de colher a cana-de-açúcar, ofertando ao senhor um lucro ainda maior. Assim, observe, todos os poderosos lucram: os poderosos do sertão, que se apropriam dos “espólios deixados”; e os poderosos do brejo, que ao terem a força do trabalho, pagam quase nada.

E é desse jogo de explorações que brotam: os votos em políticos ligados ao poder local, os cabides de empregos, a confusão entre o que é propriedade pública com o que é propriedade privada. Os estudos demonstram que alguns açudes e algumas barragens, rodagens e estradas, equipamentos públicos por excelência, em muitos casos, localizavam-se próximos ou em fazendas de senhores de engenhos ou de pessoas influentes ligadas a eles. Tudo isso, como uma forma de favorecimento às elites. Esse complexo de ações constituiria a chamada indústria da seca que também era/é altamente lucrativa.

Poder. Interesses locais. Invenção de tradições. Ideologia regionalista. Fetiche nacionalista. Oligarquia. Parentelas dominantes. Catolicismo. Magia. Messianismo. Todos esses vocábulos construíram um campo intersemiótico em torno do Nordeste de uma forma que ideias como: civilidade, globalização, tecnologia ou qualquer outra simbologia de urbanidade não poderiam configurar, de forma alguma, essa região. O que não é verdade. E nunca foi. Mas, várias obras da literatura ajudaram a erguer esse perfil de que o Nordeste é o lugar da tradição, da origem brasileira e, por isso, precisa, em algumas situações ser conservado, em outras ser salvo, resgatado das mãos da modernidade que se avizinha.

Além dessas marcas e símbolos, vale salientar também que o Nordeste não pode ser emparedado entre o sertão e a zona da mata. O Nordeste não deve ser compreendido como sendo um espaço que, tal qual uma moeda contém apenas duas faces; ou um tabuleiro de xadrez elaborado em duas cores. Nem tão pouco essa Região contém apenas uma plataforma calcada na tradição, no artesanato, na manufatura. Não. É certo que não queremos negar que essas interfaces da região não sejam reais, mas só elas não deveriam ofertar, ainda em pleno século XXI, elementos basilares para constituir e constituir um Nordeste que é múltiplo, que é diverso. Sabemos que há muito mais nesse interim entre sertão e litoral.

Muito mais do que se imagina ou do que já foi dito, uma elite intelectual e econômica – formada por um pequeno grupo - fez questão de deixar tudo encoberto. “Esquecendo” que na composição geográfica nordestina ainda temos mais duas sub-regiões, que, assim como aquelas apresentadas acima, também são compostas das mais variadas complexidades: o agreste e o meio-norte, que têm muito a apresentar, mas que pouco aparecem em nossa literatura brasileira. Espacialidades

que não são iguais, que têm suas disparidades, muitas vezes, gritantes mesmo quando próximas. Porém, a literatura, boa parte da mídia, os intelectuais regionalistas, os cineastas, os dramaturgos, os escritores de telenovelas e os profissionais da imprensa parecem fazer questão de reforçar o Nordeste pautado naquela dualidade impelida sempre pela força da natureza. Como se só a natureza imprimisse a opressão sobre o povo nordestino.

Diante dessas armadilhas, é urgente apresentar que a invenção desse Nordeste parte de um ponto que se deu e que se dá por:

Motivos econômicos e políticos que favoreciam o familiarismo patriarcal rural brasileiro, tínhamos ainda uma interessante forma religiosa também familiar. O componente mágico, da proximidade entre o sagrado e o profano, constitutivo de toda espécie de catolicismo, foi levado aqui a seu extremo. Havia impressionante familiaridade entre os santos e os homens, cumprindo aqueles, inclusive, funções práticas dentro da ordem doméstica e familiar (SOUZA, 2017, p.55).

Nessa compleição,

A família era um mundo e até em grande medida, o além-mundo. Além da base econômica e política material, o catolicismo familiar lançava os fundamentos de uma base imaterial e simbólica referida às suas próprias necessidades de interpretar o mundo a partir de seu ponto de vista tópico e local. Acredito que o patriarcalismo familiar rural e escravocrata (...) envolvia a definição de uma instituição total, no sentido de um conjunto articulado onde as diversas necessidades e dimensões da vida social encontravam uma referência complementar e independente (SOUZA, 2017, p.56).

Assim, como boa parte dos escritores do romance de trinta era oriunda da elite local ou com ela tinha fortes laços de amizade. “Elite patrimonialista ou neopatrimonialista, interessada apenas em utilizar os recursos públicos em função de interesses corporativistas, paroquiais (ZAIDAN FILHO, 2013, p.32)”. Desse modo, fica fácil entender o porquê da estética da seca e da fome ter sido tão amplamente divulgada, arraigada ao Nordeste. Elaborando os mais variados mitos em torno dessa região, fabricando tradições, muito mais como uma maneira de permanecer detentora do poder do que de elevar toda uma região. Pois já se avizinhava a derrocada desse patriarcado familiar/ruralístico com o processo de crescimento de uma “cultura citadina”, que invadia e mudava a estrutura social do Brasil. E, em parte, muito dessa estética se deve ao que A *bagaceira* apresentou ao país, por meio dos leitores e da crítica, de maneira geral.

Mas como veremos, mais à frente, mesmo José Américo servindo de esteira para todo esse *boom* da escrita nordestina, o grupo de autores dessa geração, tal como o Nordeste, não produziu obras homogêneas. De modo, que entre os escritores de 1930, a partir de uma leitura mais detida, pautada nas sugestões teóricas de Deleuze e Guattari, poderemos pinçar elementos importantes e propor uma nova epistemologia para o Nordeste. Propor uma nova hermenêutica para essa espacialidade. E, assim, “capturar o espírito nativo” nordestino, dessa forma, cartografar para essa espacialidade um outro desenho, por um devir-Nordeste.

E, dessa forma, dirimir o condicionando de uma leitura da escrita nordestina associada à ruralidade, ao campo. O que nunca foi verdade.

Nesse sentido, Jorge Amado sempre abria espaço em seus romances para debater os problemas da urbanidade, questões sindicais, meninos de rua, dentre outros temas, que já circundavam o Nordeste em 1930. Todavia, boa parte dos escritos daquele contexto fazia questão de não apresentar tais problemáticas como elementos para suas tramas. É o que acontece, por exemplo, em *Capitães da Areia* lançando em 1937, auge da literatura de trinta. Nele, Amado foge daquilo que os críticos tatuaram para a escrita nordestina. O autor nos deixa face a face com um Nordeste que nega o estigma da seca, da fome, nos pintando outro quadro, estabelecendo outra maneira de compreensão de descrição dessa Região, associando-a a qualquer outra espacialidade brasileira. Além desse romance, podemos ainda citar *Dona flor e seus dois maridos*, *Tenda dos milagres* e o irônico romance *A morte e a morte de Quincas Berro D'água* todos com ambientação na cidade. Contudo, aqui, queremos chamar a atenção para *Capitães da Areia*.

Capitães da Areia nos apresenta a história de Pedro Bala, personagem que lidera um grupo de meninos de rua, que perambula pelas ruas da Bahia, hoje Salvador, praticando os mais variados expedientes para poderem sobreviver, tais como pequenos furtos. Eles formam “os Capitães da Areia”, nome recebido por morarem em um velho trapiche abandonado, localizado na zona do areal do cais, em uma das praias da capital e por terem ganhado fama nas páginas policiais, devido às “peripécias” praticadas pelos meninos ali abandonados.

Vejamos o trecho no qual Pedro Bala se torna chefe do grupo e a descrição do abandono social no qual viviam:

Todos reconheceram os direitos de Pedro Bala à chefia, e foi desta época que a cidade começou a ouvir e a falar nos Capitães da Areia, crianças abandonadas que viviam do furto. Nunca ninguém soube o número exato de meninos que assim viviam. Eram bem uns cem e destes mais de quarenta dormiam nas ruínas do velho trapiche (AMADO, 2008, p.21).

Assim, quem se depara com esse romance de Jorge Amado é apresentado à narrativa calcada nos meandros da cidade, como também em seus problemas. A partir da descrição do narrador, vamos percorrendo praças, parques de diversão, prefeitura, delegacia, bancas de jornais, alfândega, o cais, as fábricas com seus operários explorados, grevistas, dentre outros aspectos que formatam a espacialidade urbana, tornando-a complexa e dinâmica, mesmo no contexto de uma sociedade no idos de 1937. Cidade movimentada, principalmente, pela chegada e saída de navios, a presença de estivadores, armazéns, marinheiros estrangeiros tudo atravessado pelo transitar dos Capitães da Areia.

Nesse sentido, o cais, de alguma forma, era o coração da cidade, pois toda riqueza passava por lá. Também era o espaço de multiplicidade. E para a personagem central do romance, Pedro Bala, o cais era um lugar de afeto, pois foi lá que o pai dele trabalhou e foi assassinado, por ser sindicalista:

O navio apitava nas manobras de atração. De todos os cantos surgiam estivadores que se iam dirigindo para o grande armazém. Pedro Bala os olhos com carinho. Seu pai fora um deles, morrera por defesa deles. Ali iam passando homens brancos, mulatos, negros, muitos negros. Iam encher os porões de um navio de sacos de cacau, fados de fumo, açúcar, todos os produtos do estado que iam para pátrias longínquas, onde outros homens como aqueles, talvez altos e loiros, descarregariam o navio, deixariam vazios seus porões. Seu pai fora um deles. Só agora o sabia. E por eles fizera discursos trepado em um caixão, brigara, recebera uma bala no dia em que a cavalaria enfrentou os grevistas (AMADO, 2008, p.78).

Como se vê, Jorge Amado nessa obra nos apresenta um Nordeste diferente. Um Nordeste fora dos chavões apregoados pela estética da seca e da miséria. Na cena acima temos o porto, um espaço com a força que ele tem, presentificada na diversidade, no trabalho assalariado e na organização dos trabalhadores, como aqueles que podem defender seus interesses, por intermédio de greves, principalmente quando se sentirem explorados.

O narrador nos apresenta, ainda nessa cena, o entreposto comercial nordestino, sua potência como um espaço que apresenta os mesmos problemas sociais que o Brasil tem. No fragmento acima, o que temos é a negação do Nordeste

comumente imposto a todos nós, que sofre a interferência do sol escaldante. E um outro Nordeste, no qual os fenômenos naturais pouco parecem interferirem em sua espacialidade. Jorge Amado, nessa obra, sinaliza, portanto, um Nordeste que pode ser desconectado de uma geografia ruralizada ou meramente pautada em descrições exóticas e caricatas.

Em *Capitães da Areia*, temos outra passagem interessante e que nos apresenta a possibilidade de que os escritos de 1930 poderiam ter tomado um rumo diferente para a caracterização no Nordeste. Sendo assim, vejamos o seguinte fragmento:

Esperaram que o guarda andasse. Este demorou olhando o céu, mirando a rua deserta. O bonde desapareceu na curva. Era o último dos bondes da linha de Brotas naquela noite. O guarda acendeu um cigarro. Com o vento que fazia, gastou três fósforos (AMADO, 2006, p.42).

Nesse excerto o que vemos é uma região que se aproxima dos modelos de cidade “desenvolvida” do país. Mesmo no contexto de 1920- 1930, época na qual se passa a história dos capitães, Salvador é descrita como sendo uma cidade alinhada com traços importantes de urbanidade. E a presença de bondes é uma marca importante para demonstrar isso.

Fica evidente que os mesmos circulavam até à noite, o que nos evidencia outro fator preponderante, para inscrever a cidade no círculo da modernidade, a vida noturna de Salvador: “O bonde desapareceu na curva. Era o último dos bondes da linha Brotas daquela noite”. Essa agitação noturna, associada à modernidade, se confirma também com a presença do guarda, figura que ganha destaque na descrição do narrador, pois esse era o responsável em dirimir brigas, mantinha o dever e a ordem. O guarda era a imagem do poder do Estado como força organizadora da espacialidade urbana, demarcando assim um caráter civilizatório importante. E a imagem do bonde, que circula no período da noite, símbolo do apogeu citadino com a chegada da energia elétrica.

Isso ainda pode ser visto na passagem em que Pedro Bala vai à delegacia, para “recuperar” os objetos confiscados do terreiro de Don’Aninha, mãe de santo que tratava muito bem os garotos, mesmo sabendo que eles eram de rua. Assim, Pedro

[...] Chegou perto do teatro. A chuva caía e os guardas se abrigavam sob as capas. Tomou por São Pedro, atravessou o largo da Piedade, subiu o Rosário, agora estava nas Mercês, diante da Central de Polícia, olhando a janela, o movimento de guardas que entravam e saíam. De minuto e minuto um bonde passava fazendo ruídos nos trilhos, iluminando ainda mais a rua já bastante iluminada (AMADO, 2006, p.94).

Mais uma vez a incidência dos guardas, dos bondes. Contudo, surgem elementos importantes para comporem o quadro de alinhamento ao tom de “modernidade” desse Nordeste narrado em *Capitães da Areia*: o teatro e a energia elétrica, essa já referida, o narrador, a nosso ver, parece fazer questão de reforçar: “iluminando ainda mais a rua já bastante iluminada”.

Assim, compreendemos que para Jorge Amado estas nuances e mudanças para o Nordeste, como uma forma de cumprir passos importantes para uma modernização espacial não o espantava. Diferentemente do que vimos na obra de José Lins do Rego, aqui apresentada, que ao descrever a chegada da energia elétrica, seja na cidade ou no engenho, a demonstrava como sendo algo negativo e que poderia acabar com toda a áurea da tradição que o Nordeste deveria ter.

Desse modo, o que temos em Amado é a representação de um “Nordeste Menor”, para usarmos aqui um termo adaptado de Deleuze e Guattari. Um Nordeste que pouco aparece em nossa literatura e na esteira fábril das mais diferentes mídias impressas, televisivas e da rede mundial de computadores. Ele é menor não no sentido valorativo ou mesmo no sentido qualitativo. É menor por ser um Nordeste que não nos é apresentado naturalmente pelos seguimentos mais variados da sociedade brasileira. É um Nordeste Menor por ser forjado sob outra égide fora daquela que modaliza a Região a partir da estética da fome e da miséria. Esse, sim, é o “Nordeste Maior”, justamente aquele que é amplamente divulgado, pois também é aquele que foi inventado com o objetivo de despotencializar toda uma ambientação, em detrimento de arrendar dividendos para uma elite local e que não mais detinha o poder econômico da Região.

Outro autor de 1930, que também não se deixa prender ao discurso inventado para a Região Nordeste, tanto pelos críticos da literatura como pelos atores dos famosos “Congressos Regionalistas do Recife”, é Graciliano Ramos. E aqui queremos destacar os livros *Angústia* e *São Bernardo*, o primeiro, assim como em *Capitães da Areia*, tem como pano de fundo outra capital nordestina, Maceió.

Enquanto o segundo livro se passa no espaço rural. Mas apresenta Nordeste diferentes, visões fora dos circuitos tradicionalista e elitista formulados pelos poderosos locais, que sempre se julgaram defensores da nordestinidade. Por isso, é importante pensarmos o Nordeste brasileiro a partir de uma semiótica que se abra

para uma dimensão ao mesmo tempo sociocultural e filosófica” construindo um conceito de literatura que possui implicações, sobretudo, éticas. [...]

Disto se depreende que aqui o leitor não encontrará os velhos jargões sobre o Nordeste brasileiro que pululam nas análises mais comuns da literatura do Nordeste, pois aqui o Nordeste a cada vez se revela e se supera, é retratado e refratado, para lembrar Mikhail Bakhtin, pois a pesquisa não paralisa a obra numa denúncia-ladainha, antes mostra como a consciência inclusive da miséria está permeada por dimensões temporais múltiplas e por utopia que se insinua sempre como o espaço de saída possível (JUSTINO, 2011, p.10 in NÓBREGA, 2011).

Nesse sentido, é que propomos aqui a leitura de *Angústia* por outro viés. Obra de Graciliano Ramos desprezada por boa parte da crítica literária brasileira. Tanto que Graciliano, chegou a “queixar-se de leituras superficiais” (MARQUES, 2017, p.101) que faziam dessa sua história.

Dizia que muitos a liam como uma narrativa introspectiva, com um fracassado que, por ser absolvido pela loucura, comete um crime básico à semiose cinematográfica, nos apresenta reflexões sobre os mais variados temas que perpassam sua vida antes e depois da sua chegada na cidade de Maceió. Em *Angústia* o autor alagoano nos parece amadurecer uma escrita metalinguística, forma que vem desenvolvendo desde *Caetés* (1933) e *São Bernardo* (1934) nesses três livros os protagonistas procuram promover suas próprias narrativas, sempre em primeira pessoa. Dessa maneira, respectivamente, João Valério nos apresenta a escrita de um intelectual em conflito com o seu lugar/social no contexto de um Brasil conectado ao atraso.

Esse conflito se arrasta também em *S. Bernardo*. Paulo Honório procura, intermediado pelo anseio de relatar sua própria história, compreender melhor sua vida, para ele a escrita poderia “curar” os traumas que tomaram sua existência após a morte de sua esposa Madalena, morte causada direta e indiretamente por Paulo. Assim, escrever um romance seria uma forma de expiar culpas, organizar melhor certas justificativas. Nesse sentido, a escrita literária sublimaria os atos do passado.

Voltando à obra *Angústia*, temos um narrador metido a escritor. Mas não é

só isso. Ele também é um herói em conflito consigo e com o mundo, um herói problemático, coberto por humilhações, mágoas. Sentimentos que promovem uma voz febril à narrativa. Escrita em primeira pessoa, a obra deságua em um elóquio de ressentimentos, compostos por uma “fala neurótica” (MARQUES, 2017 p.115).

Eu devia estar ridículo. Baixei a cara, com vergonha, e pus-me a esfregar as pálpebras, a agitar a cabeça para espalhar as ruindades que havia dentro dela. Quando terminei a esfregação. Marina continuava no mesmo lugar, exibindo os dentinhos, com tanta malícia no rosto que fiquei besta, acuado (RAMOS, 2019, p.76).

Como se pode ver no fragmento, Luís tem cotidiano ordinário, não consegue impor-se ante o mundo que o cerca, o que o aproxima muito de Rondion Raskólnikov, personagem do romance *Crime e Castigo* de Dostoiévski. Não tem uma autoimagem positiva, por isso: 1) sente-se “ridículo”; 2) baixa “a cara”; 3) tem “vergonha”; 4) ficou “besta” e 5) “acuado”; mesmo diante de uma simples aproximação de Marina.

O narrador dessa terceira obra de Graciliano Ramos, apresenta-se, pretensiosamente como um intelectual e escritor injustiçado preso a uma atividade profissional que não é a que tanto deseja, já que ele é um reles funcionário público. Daí sua grande frustração. Porém, como uma forma de compensação, nas horas vagas, tenta colocar em prática sua “sina” como autor e passa a escrever para um jornal em forma de “encomenda”, mas produz textos de maneira mecânica e com pouco valor. Ele também é um fracassado no amor, que por falta de dinheiro está sempre adiando seu casamento com Marina que o trai com outro homem. Essa traição torna-se um transtorno ao Luís para o resto da vida. Assim, nosso protagonista é atropelado por uma forte sequência de desapontamentos, de maneira que a dissolução existencial é algo avassalador em sua vida, marca preponderantemente o dia a dia de Luís da Silva. Em *Angústia*, “o mergulho na subjetividade não é apenas o tema central, mas se torna o princípio da composição do romance” (MARQUES, 2017, p.96).

E para todo o desenvolvimento dessa trama temos a cidade de Maceió, não só como pano de fundo para contar uma história, mas, como uma forma de representação, de figuração do Nordeste que quebra com toda a perspectiva negativa em torno dessa Região. Nesse sentido, Graciliano Ramos, logo no início do romance, nos descreve da seguinte maneira a espacialidade de sua história:

À medida que o carro se fasta do centro sinto que me vou desnuevando. Tenho a sensação de que viajo para muito longe e não voltarei nunca. Do lado esquerdo são as casas da gente rica, dos homens que me amedrontam, das mulheres que usam peles de contos de réis. Diante delas, Marina é uma ratuína. Do lado direito, navios. Às vezes há diversos ancorados. Rolam bondes para a cidade, que está invisível, lá em cima, distante. Vida sururu (RAMOS, 2019, p.9).

É notório, a partir desse fragmento, que a espacialidade descrita pelo escritor alagoano é outra, diferente daquele que fez a crítica o consagrar como o melhor autor da escrita regionalista de 1930 e que relaciona o Nordeste como lugar idílico. Tanto que no imaginário de nossa literatura, assim como no senso comum de alguns críticos que conseguiram enquadrar Graciliano Ramos como sendo apenas o escritor que escreve sob a égide de um Nordeste da seca e da fome, espacialidade pasteurizada. E que pinta essa região com cores agrestes.

No entanto, não é isso que observamos quando seguimos na leitura de *Angústia*:

Há quinze anos era diferente. O barulho dos bondes não deixava a gente ouvir o sino da igreja. O meu quarto, no primeiro andar, era um inferno de calor. Por isso, à hora em que outros hóspedes iam para a escola, estudar medicina eu dava um salto ao Passeio Público e lia, debaixo das árvores, o noticiário da política. Naturalmente a pensão se fechou e d. Aurora, que naquele tempo era velha, morreu (RAMOS, 2019, p.9).

Nesse trecho, temos uma cidade mutável e que se desenvolve rapidamente, já que: “há quinze anos era diferente”. Uma geografia dinâmica, desenvolta, barulhenta e que mistura sons – dos bondes e da igreja. Todo esse barulho demarca a agitação do espaço urbano que parece gritar para nossa personagem. Além desses aspectos, temos os “estudantes de medicina”, conseqüentemente, a universidade; a “pousada”, a “escola”, o “Passeio Público” vão pontilhando uma configuração diferente daquilo que sempre foi posto a uma localidade nordestina. Elementos que, pelo que estamos demonstrando até aqui nessa tese, sempre estiveram presentes nesse mesmo Nordeste apresentado como um lugar tradicional e ligado a um espaço essencialista, pronto para ser resgatado a qualquer momento, visto que não pode ser atropelado pela modernidade.

Diante do exposto, notamos que Graciliano Ramos não se furtou em debater em suas obras o lugar que o Nordeste poderia ter ocupado no contexto da modernidade. O autor alagoano, a nosso ver, em *Angústia* subverte “traços culturais

ditos normalmente nordestinos, regionais, tradicionais, telúricos, pitorescos e etc.” (ZAIDAN FILHO, 2003). De maneira, que ele sempre deixou claro seus posicionamentos entre o Nordeste da tradição, o Nordeste da modernidade capitalista e um outro Nordeste fora desse circuito binário.

Seguindo essa lógica, vejamos o seguinte fragmento:

Convidei d. Aurora e a neta para o cinema. Arrependi-me e ofereci-lhes refrescos. Aceitaram tudo – e começou a minha tortura. Lá fui eu com elas, capiongo, pagar bonde, sorvetes e três cadeiras. Tipo besta.
- Aguenta, maluco, trouxa, filho da puta.
E contava mentalmente o dinheiro suado e mesquinho. Na sala de projeção a neta de d. Aurora abriu um leque enorme em cima das coxas e meteu a minha perna entre as dela (RAMOS, 2019, p.42).

A descrição acima nos apresenta a ida de Luís da Silva ao cinema. Uma espacialidade que coopera para a desconstrução das ideiasacrônicas em torno do Nordeste e o nordestino. Já que o cinema está associado à cultura de massa e não ao construto simbólico de regionalices, fabricadas em ambientes fechados de reuniões com congressos em torno da falácia que se configurou a ideologia da “identidade regional”, visto que foi nessa linha que nasceu a Região.

Esse outro Nordeste, conectado ao moderno e seus privilégios, como seria o caso da “sala de projeção”, não é comum aparecer em obras escritas por autores nordestinos do período de 1930. Temos então, nesse fragmento acima, a descrição do que já chamamos aqui de “Nordeste Menor”, que sempre sofre o sufocamento ocasionado pelo “Nordeste Maior”, o da tradição. Esse debate também encontramos em *São Bernardo* e que se estendeu, de alguma maneira, para a narrativa de *Angústia*.

Em *São Bernardo* temos a figura de Paulo Honório, que por seus expedientes, nada convencionais, consegue sair da condição de menino órfão, vendedor de cocadas, que guiava cego quando criança para ganhar algum trocado, e assim sobreviver; e logo torna-se dono de uma fazenda. Sendo assim, vejamos como a personagem de Graciliano galga sua escalada até possuir São Bernardo:

A princípio o capital se desviava de mim, e persegui-o sem descanso, viajando pelo sertão, negociando com redes, gado, imagens, rosários, miudezas, ganhando aqui, perdendo ali, marchando no fiado, assinando letras, realizando operações embrulhadíssimas. Sofri sede e fome, dormi na areia dos rios secos, briguei com gente que fala aos berros e efetuei transações comerciais de armas engatilhadas. Um exemplo. O Dr. Sampaio comprou-me uma boiada, e na hora da onça beber água deu-

me com o cotovelo, ficou palitando os dentes. Andei, virei, mexi, procurei empenhos e ele duro como beira de sino. Chorei as minhas desgraças: tinha obrigações em penca, aquilo não era trato, e tal, enfim, etc. O safado do velhaco, turuna, homem de facão grande no município dele, passou-me um esbregue. Não desanimei: escolhi uns rapazes em Candalancó e quando o doutor ia para a fazenda, caí-lhe em cima, de supetão. Amarrei-o, meti-me com ele na capoeira, estraguei-lhe os couros nos espinhos dos mandacarus, quipás, alastrados e rabos-de-raposa (RAMOS, 2013, p.17).

Depois de todos esses vitupérios, Paulo Honório torna-se um “próspero” e moderno proprietário de terras. Nesse sentido, ele se constitui na obra como sendo a figuração de um Nordeste que buscou a industrialização, já que Honório impulsionou a produção de uma fazenda que já estava falida.

Diante disso, veja algumas de suas ações:

Efetuei transações arriscadas, endividei-me, importei maquinismos e não prestei aos que me censuravam por querer abarcar o mundo com as pernas. Iniciei a pomicultura e a avicultura. Para levar os meus produtos ao mercado, comecei uma estrada de rodagem. Azevedo Gondim compôs sobre ela dois artigos, chamou-me patriota, citou Ford e Delmiro Gouveia. Costa Brito também publicou uma nota na Gazeta, elogiando-me e elogiando o chefe político local. Em consequência mordeu-me cem mil-réis (RAMOS, 2013, p.49).

Diferentemente do herdeiro de São Bernardo, Luís Padilha, filho do velho Salustiano Padilha, Paulo Honório conseguiu impor outro ritmo às terras de São Bernardo. Uma dinâmica ainda não vista ali no interior de Viçosa. Como se pode ver no trecho acima, o novo dono da São Bernardo era um homem pragmático, de visão, em nossos dias seria um autêntico capitalista do agronegócio. Ele sabia onde queria chegar. Por isso, não dava atenção àqueles que o “censurava”. Paulo não só fez prosperar as terras, mas implementou inovação, tecnologias, novas culturas, estruturou meios para escoar a mercadoria, melhorando, por meio da rodagem, a mobilidade logística para fazer chegar as mercadorias aos pontos de vendas.

Todos esses atos ofertaram tanta modernidade à sua propriedade que ele se destacou em sua localidade. Até ao ponto de Honório sair nos jornais da região, outra forma inovadora de divulgação da sua imagem. Nesse sentido, os Padilha logo se tornam o símbolo da oligarquia arcaica, que marcou e marca, o Nordeste, ainda hoje, como o lugar da tradição, do atraso. Paulo Honório é aquele que rompe com esse ciclo oligárquico/familiar, pois com seu próprio braço ergue uma fazenda, torando-a prospera.

Essa marca de modernidade e de objetividade prático-capitalista, contida nas ações de Paulo Honório, se dá também até no momento em que decide escrever sua própria história:

Antes de iniciar este livro, imaginei construí-lo pela divisão do trabalho. Dirigi-me a alguns amigos, e quase todos consentiram de boa vontade em contribuir para o desenvolvimento das letras nacionais. Padre Silvestre ficaria com a parte da moral e as citações latinas; João Nogueira aceitou a pontuação, a ortografia e a sintaxe; prometi; ao Arquimedes a composição tipográfica; para a composição literária convidei Lúcio Gomes de Azevedo Gondim, redator e diretor do Cruzeiro. Eu traçaria o plano, introduziria na história rudimentos de agricultura e pecuária, faria as despesas e poria o meu nome na capa (RAMOS, 2013, p.8).

O livro de Paulo Honório teria uma escrita taylorista ou fordista, como queriam, passaria de mão em mão. Um processo moderno e infalível no seu resultado. Cada um dos convidados a escrever “apertaria seus botões”, “limaria as palavras”, “soldaria uma frase, um parágrafo ao outro”.

A produção do livro se daria com a mesma lógica de uma espécie de esteira concentrada no chão-de-fábrica. Recebe uma matéria-prima e em seu final a mercadoria já sai pronta para o consumo. E ele, como todo e bom capitalista, entrava com o dinheiro e com a fama, pois “poria seu nome na capa”, até porque a “mercadoria” era dele.

Como se vê Paulo Honório, após construir São Bernardo, fazenda, com seus moldes nada convencionais, queria da mesma maneira elaborar a escrita do *São Bernardo* em livro, literalmente. Queria ele deter o domínio de toda mão-de-obra envolvida no trabalho de sua narrativa. Ali, na construção do livro, era o trabalho alheio que ele estava capturando, explorando, como sempre. Honório faz questão de negar todo e qualquer exercício humano inserido no ato de escrever. Na verdade, todos os seus amigos ali, que “se consentiram de boa vontade” para escrever seu livro, eram vistos como máquinas prontas para produzirem em um ritmo industrial. Contudo, o sistema de produção da obra dá errado, o livro não fica pronto com esse modelo.

Dito isto, podemos compreender que Graciliano Ramos, por meio da metáfora da elaboração do livro, monta uma narrativa que foge das estruturas enraizadas para topografia nordestina. Assim, entendemos que a essência desse livro traz consigo as limitações dos arames, das cercas como tinta de escrita, tudo

como consequência da composição dominadora da mente de Paulo Honório que se estendia da fazenda para compor sua escrita nesse livro, também objetivo. Sisudo. Bruto. Tal como seu autor.

E nesse mesmo construto, afirmamos que o Nordeste não pode ser concebido ao molde da construção livresca pensada por esse protagonista. Um Nordeste com essa figuração, é negar o que o Nordeste tem de potente. É capturar o devir-Nordeste, proposto por nós nessa tese.

Na contramão do Nordeste moderno capitalista, modelo imposto por Paulo Honório à fazenda S. Bernardo, como também à produção do seu livro, temos Madalena. Ela também representa valores modernos ao Nordeste. A nosso ver, a professora e esposa de Paulo consegue nos apresentar uma espacialidade nordestina que foge do estigma da miséria e da fome. Madalena era uma mulher independente. Tinha um pensamento próprio. Até mesmo Paulo Honório, no auge de sua praticidade, conseguia enxergar na esposa o quanto ela era inteligente. Como ele mesmo dizia: “Madalena era boa em demasia, mas não a conheci toda de uma vez. Ela se revelou pouco a pouco, e nunca se revelou inteiramente. A culpa foi minha [...]” (RAMOS, 2013, p.118).

Ela se aproximava dos trabalhadores da fazenda: “Pela manhã Madalena trabalhava no escritório, mas à tarde saía a passear, percorria as casas dos moradores. Garotos empalamados e beiçudos agarravam-se às saias dela (RAMOS, 2013, p.126)”.

E com esse movimento de aproximação expõe as condições precárias dos empregados, estava do lado deles, sempre os defendendo e exigindo seus direitos.

Madalena era normalista. Sua formação como professora demonstrava-se bem em suas atitudes humanistas. Batia de frente com o esposo, principalmente no tocante ao modo como tratava seus empregados. Tanto que com oito dias de casados Madalena briga com Paulo por causa do salário injusto do Ribeiro, mesmo quando o próprio funcionário achava adequado o seu recebimento de proventos. Diante desse fato, podemos compreender que: O discurso de Madalena abre outra perspectiva, aponta para o futuro, não cabe nas malhas do poder patriarcal. Daí o

conflito que inevitavelmente se instala na vida do casal [...] (MARQUES, 2017, p.131).

Graciliano forja, propositadamente, essa personagem com o novo. Como se fosse a própria modernidade. Ela contra-ataca a tradição, o patriarcalismo, força o rompimento com o arcaico. Mesmo estando na espacialidade rural, fazenda S. Bernardo, suas ideias, seus projetos, como por exemplo, incrementar a escola dentro das terras de Paulo Honório, que só servira, até então, para satisfazer os governantes.

Agora, na visão de Madalena, tinha que ter qualidade, matérias de ensino novos, bem como uma nova metodologia. Quanto a isso, era o seguinte o pensamento de Paulo Honório:

Mas a cólera tinha desaparecido. O que agora me importunava eram as caixas com material pedagógico inútil nestes cafundós. Para que aquilo? O govenador se contentaria se a escola produzisse alguns indivíduos capazes de tirar títulos de eleitor (RAMOS, 2013, p.127).

As atitudes da professora eram transgressoras. Rompiam com as normas estabelecidas pela sociedade de um modo geral, bem como aquelas estabelecidas por Paulo Honório. Quebraria a máquina que fabricava os votos, para manter tudo como sempre fora. Pois, como vimos, a escola só servia como algo objetivo/prágmático, como tudo era para ser, segundo o dono da S. Bernardo: “tirar título de eleitor”.

Sendo assim, diante do que expusemos até aqui, Madalena é o devir-Nordeste. É a figuração de uma espacialidade moderna, mas fora dos enclaves capitalistas do seu esposo, que mesmo usando técnicas “avançadas” para fazer prosperar seu instrumento de opressão: a fazenda S. Bernado, trazia consigo ainda arcaísmos. Ela nos apresenta uma visão progressista para o Nordeste e faz isso com ações calcadas no humanismo. Assim como Madalena não se deixa controlar pela força patriarcal de Paulo Honório, por isso sua opção pela morte, como um ato de liberdade final.

Assim, podemos afirmar que Madalena seria a representação do que denominamos de Nordeste Menor, seguindo o pensamento de Deleuze e Guattari. Algo que só uma hermenêutica pautada, ainda tomando por abase a ótica desses autores, podemos entender que as narrativas também são espécies de rizomas e

que, dessa forma, se espalham e se ramificam. Isto porque, a leitura de Nordeste e de suas obras, até aqui, só apresentavam essa espacialidade como raiz, como tradição. Enquanto a visão de rizoma para o Nordeste cria conexões variadas, estabelece devires.

Dessa maneira, compreenderiam que o desenho de uma escrita nordestina não pode ser um fechamento em si mesma, visto que uma interpretação nesse modelo promove um corte no fluxo dessa produção escrita. Contudo, essa foi a interpretação imposta para os textos ficcionais produzidos a partir do Nordeste. As obras de 1930, de uma maneira geral, foram, de alguma forma, elaboradas sob essa semiose de amarração do Nordeste nele mesmo, como uma Hidra de Lerna que persegue a própria cauda. Assim, digo que poucas obras reinventam o Nordeste e sua espacialidade, estabelecendo a possibilidade da elaboração de uma imagem-devir-Nordeste.

Por isso, é urgente uma nova interpretação para o Nordeste que foi imposto até aqui. E a partir do conceito de Rizoma de Deleuze e Guattari (2017), imagem extraída da Biologia, acabou se tornando uma “daquelas poucas concessões metafóricas” que esses autores fazem, os quais objetivavam criar um projeto que “contém o esforço por um pensamento sem imagem para escapar justamente ao plano da representação” (MEDEIROS, 2019, p.41). Partindo desse pensamento, a leitura rizomática, não tem um ponto fixo, um eixo, nem mesmo uma raiz central ou um “tubérculo”. E é por meio dessa perspectiva que nos dispomos a reler o Nordeste a partir da prosa ficcional contemporânea nordestina. Nesse sentido, a ideia de rizoma:

Em termos filosóficos, o rizoma é o imediato agenciamento de heterogêneos. Ele liga os exteriores. A gramínea pode constituir-se numa imagem [...] aqueles feixes que proliferam por baixo e contaminam todo quintal sem raiz principal (MEDEIROS, 2019, p.42).

São nesses “feixes” que se “prolifera por baixo”, mesmo sem uma “raiz principal”, que se entrecruzam a escrita nordestina no comboio da tessitura discursiva/literária brasileira. E que acaba por realizar, em muitos casos, uma língua portuguesa marchetada na Língua Portuguesa, como que uma “língua menor” – grafada a partir de uma escrita sobre uma espacialidade historicamente posta à margem – que gira à revelia de uma “língua maior” (DELEUZE; GUATTARI, 2017)

institucionalizada por grupos hegemônicos. Movimento que abraça, que promove agenciamentos, intercâmbios entre esses campos sígneos que montam as narratologias para o Nordeste.

Mas, mesmo diante destes dois autores - Jorge Amado e Graciliano Ramos – que procuram apresentar um Nordeste fora do exotismo da fome, da seca e da zona rural – não podemos negar que alguns escritores nordestinos, tanto aqueles de 1930, como alguns contemporâneos, ainda insistem em impor ao Nordeste uma postura de vitimização, que desembocou no que chamamos de “estética da seca e da miséria”, transformando todas essas questões em um discurso que embasa e que inventa uma “tradição” para a espacialidade nordestina.

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais como práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta se estabelecer com um passado apropriado. [...]. O passado histórico no qual a nova tradição é inserida não precisa ser remoto, perdido nas brumas do tempo (HOBSBAWM; RANGER, 1997, p.9-10).

4.2. Por um Nordeste Menor: leitura rizomática para o romance nordestino contemporâneo

Compreender o Nordeste, hoje, a partir da literatura praticada nesse espaço se faz necessário e deve estar para além do pensamento crítico/estético que foi desenvolvido até aqui. Por isso, é necessário “descolonizar o pensamento”. Romper com a hermenêutica tradicional que se estabeleceu para interpretar a escrita ficcional nordestina. Promovendo, com essa atitude, “um pensamento nativo” (CASTRO, 2015), para, desse modo, formularmos a possibilidade de uma leitura de Nordeste que rompa com todo preceito que o torna um ponto fixo, uma árvore enraizada com base em um pensamento passadista, intercambiado por um olhar

essencialista. Ideias que em conjunto sempre trataram a Região Nordeste como uma área homogênea. Ou quando, isso não acontece, fazem questão de impor uma dualidade como se o debate em torno do Nordeste, e da sua escrita, pudesse sempre ser discutido apenas no campo do “isto ou aquilo”, nunca em um devir.

E de alguma forma, promovem estratégias de apagamento dos entremeios, dos intermédios, das intersecções. Isso porque a polaridade dificulta uma análise mais detida e que oferte uma visão plural para uma espacialidade que sempre foi complexa e que sempre foi/é múltipla.

Nesse sentido, reler o Nordeste é também buscar outra chave hermenêutica para as obras literárias que apresentam aspectos para que um nordeste diferente do exposto até aqui nos apareça.

Por isso, nosso esforço, no tópico anterior foi o de apontar novos olhares para as narrativas que ajudaram a invencionar essa Região. E *quicá* demonstrar uma análise que possa diluir do Nordeste, quem dera decretar aqui, nessa tese, a “Morte do Nordeste”, para usarmos um termo emprestado do sociólogo Michel Zaidan Filho (2003), o que nos seria muito importante. Contudo, bem sabemos que descolonizar as ideias impostas ao Nordeste, que o traçou e ainda traça com os aspectos de um lugar meramente agreste. Não é uma tarefa fácil. Principalmente em um campo como o da literatura que por muito tempo se deu a partir de uma

dialética da ‘nordestinização’: quanto mais me ufano de ser nordestino, vou diluindo a identidade e os laços de solidariedade que fazem uma região. Em futuro distante os turistas e os visitantes estrangeiros serão levados a visitar por algum guia turístico ao Museu do Homem do Nordeste ou ao casarão do atual secretário de Cultura, para conhecer o que resta, ou que restou, do Nordeste, além da pasteurização produzida pela Rede Globo da chamada ‘cultura nordestina’. E viva o Nordeste, enquanto há tempo (ZAIDAN FILHO, 2003, p.36).

Assim, nossa tese transita entre teorias que tematizam a Região Nordeste, bem como aquelas conectadas à Sociologia, à Filosofia, à História, dentre outras que possam nos ajudar a elaborar uma nova hermenêutica, a partir de obras literárias, principalmente no âmbito da narrativa ficcional. E entendendo-as como uma máquina de expressão e de discursividade, para, assim, palmilhar as *zonas de fuga e suas linhas* rizomática que possam des/inventar o Nordeste.

E essa “desinvenção” está contida no “Nordeste Menor”, aquele que pouco

aparece na mídia de modo geral e se confronta com o “Nordeste Maior”, conectado à famigerada indústria da seca. Para tanto, estaremos adaptando o conceito de “literatura menor” proposto por Deleuze e Guattari (2017) – utilizado para pensar a escritura de Kafka no livro: *Kafka, por uma literatura menor* – como uma possibilidade interpretativa para compreender o Nordeste e suas representações na literatura ficcional contemporânea. Esse conceito, de acordo com os autores, foi criado a partir de três características centrais: desterritorialização da língua, a ligação do individual no imediato-político e o agenciamento coletivo de uma enunciação.

Sendo assim, para os pensadores franceses, uma

literatura menor não é a de uma língua menor, mas antes a que uma minoria faz em uma língua maior. Mas, a primeira característica, de toda maneira, é que, nela, a língua é afetada de um forte coeficiente de desterritorialização (DELEUZE; GUATTARI, 2017, p.35).

A desterritorialização é o que caracteriza uma “literatura menor”. Ela promove um desencaixe, estabelece uma espécie de “desvirtuamento cultural”, elaborando zonas de escape no que tange aos aspectos macros da literatura canônica, que acaba por impor um modelo, homogeneizando a escrita sobre determinados lugares.

E é desse campo que Deleuze e Guattari (2017) extraem o que denominaram de “estética dos menores” que é operada por grupos ou subgrupos étnicos, raciais ou culturais que, em dado momento histórico, acham-se submetidos a um processo de marginalização.

Construir a consciência de minoria é desviar do padrão, extrapolar o critério de medida já conhecido. É criar o novo, em que impera a ausência de talentos, de cânones ou de qualquer tradição balizadora com a qual o escritor tenha de dialogar. Este é, para Gilles Deleuze, o significado político de toda arte. Nesse sentido, afirma ele, que a “minoridade” representa a parte de variação, de diferença e de infração. São estes valores, segundo o autor, que se tornam imperativos para a produtividade do “menor”; assim, pela desterritorialização, toda a problemática social e política (BATALHA, 2013, p.115).

No tocante aos aspectos políticos da literatura menor, os autores de *Mil platôs* nos informam que:

A segunda característica das literaturas menores é que tudo nelas é político. Nas “grandes” literaturas, ao contrário, o caso individual (familiar, conjugal, etc.) tende a juntar-se a outros casos não menos individuais, o meio social servindo de meio ambiente e de pano de fundo desse caso edipiano é indispensável em particular, absolutamente desnecessário, mas que todos “fazem bloco” em um espaço largo. A literatura menor é completamente diferente: seu espaço exíguo faz que cada caso individual seja imediatamente ligado à política. O caso individual torna-se, então, tanto mais necessário, indispensável, aumentando ao microscópio, quanto toda uma outra história se agite nela (DELEUZE; GUATTARI, 2017, p.36).

Nesse sentido, compreendemos que a literatura menor se atrela à atmosfera política por essa estar à margem da grande literatura. E de lá, da margem, forçar suas potencialidades e demonstrar que sua menoridade não está relacionada a nenhum aspecto depreciativo. Mas, por agirem como em contraposição àquelas que são consideradas como parte da grande literatura, quebrando regras linguísticas, deslocando os eixos temáticos tradicionais ou, simplesmente, movimentando as ambiências presentes em seus enredos.

E, por tudo isso, ao pensarmos em uma literatura menor, não podemos a desvincular das conotações políticas que existem nessa modalidade literária de escrita.

Já a terceira característica

é que tudo toma um valor coletivo. Com efeito, precisamente porque os talentos não abundam numa literatura menor, as condições de uma enunciação individuada não dadas, que seria um tal ou qual “mestre”, e poderia ser separada da enunciação coletiva. De maneira que esse estado da raridade dos talentos é de fato benéfico, e permite conceber outra coisa que uma literatura de mestres: o que escritor sozinho diz já constitui uma ação comum, e o que ele diz ou faz é necessariamente político, mesmo que os outros não estejam de acordo. [...]. A máquina literária toma assim o lugar de uma máquina revolucionária porvir, de modo algum por razões ideológicas, mas porque só ele é determinado a satisfazer as condições de uma enunciação coletiva que faltam por toda outra parte nesse meio: a literatura é a tarefa do povo (DELEUZE; GUATTARI, 2017, p.37).

Diante de tudo o que já apresentamos até aqui, é certo que a literatura nordestina, quando capturada pela escrita ficcional canônica, quase sempre é figurada dentro do espectro estético da miséria, da fome, como se não houvesse outras formas de conceber essa região. Aspectos que podemos determinar como sendo estabelecidos para um “Nordeste Maior”, aquele que já nos foi elaborado e imposto pela elite local, pela mídia, pelos políticos da Região, bem como pela própria literatura. O Nordeste Maior, portanto, é esse calcado em estigmas,

locado em imagens que montam e sempre montaram pigmentações para compor o exotismo que tatua o imaginário do que se fez constituir essa Região. Assim, confeccionaram molduras, como uma maneira de encaixar o Nordeste em uma normatização.

Nesse sentido, a literatura nordestina tornou-se muito “útil” para tais produtores de expressões que se constituíram no decorrer da história como sendo uma máquina produtora de sentidos e, dessa forma, retroalimentadora do arquivo canônico nordestinesco e pronto para exaltar o Nordeste Maior.

Linguagem que procura estabelecer perfeição estética, fincada em um pensamento enraizado na padronização e na homogeneização que formam uma espécie de pivô, fixando um modelo literário e que por meio da linguagem, sua matéria prima, impôs aos nove estados da Região uma mesma leitura, calcada em uma hermenêutica da miserabilidade, que em tudo procurou montar uma caricatura para o Nordeste, e, assim, nos impor uma semiótica que nunca correspondeu com a realidade. Emanando dela, a maquinaria discursiva que dissociou o Nordeste da concepção de uma cartografia “interlinkada” ao urbano, à tecnologia, ao contemporâneo. Fincando essa espacialidade no estigma da tradição essencialista.

Sendo assim, propomos aqui ler o Nordeste sobre a ótica da literatura menor, para que dela venham à tona “novas associações ecológicas” (CASTRO, 2015, p.10) para a dialogia nordestina. Como uma forma de implodir a máquina de expressão produzida pela ficção romanesca elaborada a partir daqueles antigos ecossistemas, que não estabeleciam entremeios, frestas para ofertar novas epistemologias a tudo o que já foi fabricado historicamente para a ambientação do Nordeste. E, desse modo, (re)inventar a imagética nordestina, como uma maneira de lubrificar, de fazer jorrar outros fluídos nas engrenagens dessa Máquina/Devir/Nordeste/Literário.

Isto porque, a premissa da literatura menor se interpõe para além da discussão de uma crítica literária formal, já que uma obra de ficção não é um objeto fixo, “mas uma máquina de expressão” (DELEUZE; GUATTARI, 2017, p.15).

As três características da literatura menor são a desterritorialização da língua, a ligação do individual no imediato-político, o agenciamento coletivo da enunciação. É o mesmo que dizer “menor” não qualifica mais certas literaturas, mas as condições revolucionárias de toda a literatura no seio daquela que se chama grande (ou estabelecida) (DELEUZE; GUATTARI, 2017, p.34).

Assim, é importante entender o

conceito mais objetivo, o de literatura menor. É somente a possibilidade de instaurar de dentro de um exercício menor de uma língua mesmo maior que permite definir literatura popular, literatura marginal, etc. É somente a esse preço que a literatura se torna realmente máquina coletiva de expressão, e se faz apta a tratar, a carrear os conteúdos. Kafka diz precisamente que uma literatura menor é muito mais apta a trabalhar a matéria. Por que, e o que é, essa máquina de expressão? Sabemos que ela tem com a língua uma relação de desterritorialização múltipla [...] (DELEUZE; GUATTARI, 2017, p.34).

Diante desse conceito de literatura menor estaremos incrementando esse debate relacionando-o também à espacialidade nordestina, mas não aquele Nordeste canonizado, portanto, “maior”, por fazer parte de uma estrutura semiótica estabelecida por uma poderosa máquina-literária-de-expressão composta por seus fluídos, engrenagens que se agenciam entre si. O que virá à tona, aqui, será o Nordeste “menor”, apresentando-o por essa escrita fora daquela formalidade, inserida no campo dessa literatura de menoridade. Já que nossa leitura não estabelece um enraizamento ou um Nordeste permanentemente pronto para ser capturado pelo sistema, para ser, portanto, categorizado.

Nesse sentido, entendemos que pensar o Nordeste a partir dessa menoridade estaremos promovendo um desencaixe literário de uma espacialidade, utilizando a própria literatura como alavanca para isso. Pois, ainda seguindo o pensamento deleuze-guattariano, vale ressaltar que

a máquina literária toma assim o lugar de uma máquina revolucionária porvir, de modo algum por razões ideológicas, mas porque só ela é determinada a satisfazer as condições de uma enunciação coletiva que faltam por toda outra parte nesse meio: a *literatura é uma tarefa do povo* (DELEUZE; GUATTARI, 2017, p.32).

Assim, partimos dessa assertiva de que “a literatura é uma tarefa do povo” e, como tal, necessita a abrasar, limar, por meio da literatura, a

espacialidade pertencente a esse povo, que a interpretamos como um lugar rizomático e, ao mesmo tempo potencializado. Para Deleuze e Guattari o que importa na literatura é a linguagem, como ela pode produzir zonas de intensidades; potencializar devires, fissurar o sentido das palavras. “Não interessa aqui o aspecto léxico da obra, mas, sobretudo, o ritmo linguístico, o revolucionário, a gagueira que ela produz na língua, o povo que ela inventa (COSTA; BRITO, 2018, p.6)”, bem como as ambientações que ela fabrica.

E nos meandros desse “ritmo linguístico”, dessa “gagueira revolucionária”, produzida a partir do que denominamos escrita nordestina, nos acostamos ao conceito de “literatura menor”. Visto que a partir dele podemos extrair muito mais potências, do que se imagina, pois, na verdade ao estudarmos os romances contemporâneos do Nordeste, estamos diante de uma máquina de guerra literonordestina.

Seguindo nessa esteira deleuze-guattariana, a nossa discussão aqui foi adaptada para depreender o Nordeste e a literatura produzida a partir desse espaço, demonstrando que ela se transmuta em *máquina de expressão*.

Isso porque essa região e a narrativa ficcional que se erguem dali e rompem com tudo o que sempre advogou à crítica tradicional acerca da escrita literária produzida no Nordeste e que demonstrava um Nordeste Maior, alicerçado em uma pauta telúrica, idílica, campesina, ruralizada no extrativismo do cacau, no melaço da cana-de-açúcar ou ancorada a partir do ciclo do gado e algodão; e que, dessa maneira associada, fabricaram uma Região inteira. Essa pauta telúrica no contexto da prosa nordestina, também é reforçada pela crítica literária da região:

A crítica nordestina vai caracterizar ‘o romance de trinta’ como uma literatura que atendia às exigências do ambiente físico e social em que se produziu, como ‘expressão do espaço’, como uma reação nordestina aos cânones antigos sem perder o sentido universal da cultura brasileira’ o encontro com os traços diferenciais em relação á realidade europeia, prosa brasileira nascida do encontro com suas paisagens, seus costumes e suas paixões. O Nordeste, espaço brasileiro, ao ser representado literariamente, produziria a originalidade de nossa produção literária. (...) Espaço telúrico que deveria ser permanentemente recriado na memória e recuperado tal como deveria ser (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p.125).

Em paralelo à fabricação desse Nordeste Maior, “permanentemente

recriado na memória e recuperado como deveria ser” na concepção dessa invenção espacial estabelecida por tais discursos, a crítica literária busca interpretar e associar o estilo dos autores do Nordeste, daqueles que produziram em trinta ou dos contemporâneos ligados aos elementos do clima e da geografia que compõem essa Região. Desse modo, a escrita deles é demarcada por palavras que estruturam e fecham o Nordeste em um campo semântico geoclimático.

Isso posto, entendemos que as obras que compõem essa escrita literária nordestina – que insisto em dizer: é antes de qualquer coisa brasileira – apresenta-se, na verdade, como uma sala de espelho, que poderia projetar várias imagens do Nordeste, mas não é o que acontece, pois o que temos é apenas a projeção de unificada de uma única imagem.

Expondo frente a frente as deformidades das ideologias que sempre promoveram para essa regionalidade a rivalidade entre o tradicionalismo e o modernismo, dicotomia que fundou vários mitos em torno do Nordeste que sempre colocou essa geografia aquém das outras. E por opção da maior parte da elite nordestina (seja ela econômica, política ou intelectual) fez questão de plantar a região sob o ecossistema do atraso, desaguando nove estados sob a obtusa metáfora da subalternidade ao Sudeste, como demonstramos isso em capítulo anterior.

A atividade de análise de um romance, de maneira direta ou indireta, é uma forma de cartografar linhas em um mapa. É observar atentamente e perseguir o *modus operandi* de como o seu produtor configurou/ra sua escrita em prol daquilo que irá contar. Todavia, essa cartografia nos faz enfrentar na caminhada interpretativa, espaços, brechas, porosidades que necessitam, senão interpretadas – se é que elas nos permitam isso – ao menos identificá-las, pois elas muito podem nos dizer sobre os mais variados Nordestes, que podem estar no interior da obra ou fora dela. Já que entendemos que a obra de ficção, fruto de uma criação, acaba se tornando uma *máquina discursiva hidráulica* (DELEUZE; GUATTARI, 2017) e que, por isso, desenvolve, mesmo à revelia do autor, *zonas de indiscernibilidade*. Cabendo, portanto, ao estudioso da literatura o cuidado para não se emaranhar nas

teias fluídas da construção linguística/poética da obra, que, em muitos casos, nos oferta:

campos de relações intensivas em vista dos quais os territórios constituem composição de força, relações que envolvem apropriação e resistência, mas que são incessantemente lançadas num devir, com suas linhas de fuga e rupturas (SANTOS, 2013, p.58).

Em vista disso, é bom salientar que a literatura contemporânea nordestina e algumas de suas obras ainda têm cometido o pecado de seguir a trilha riscada por aquela literatura nordestina maior e canônica. Outras, tal qual um pêndulo, se movem à procura de comporem algo que possa apresentar nas idas e vindas de suas narrações algo que oferte aos leitores um Nordeste diferente, mas que não chega a ser o chamamos aqui de Nordeste Menor. E é com esse objetivo que propomos uma leitura do romance *Galiléia* de Ronaldo Correia de Brito.

Cearense de Saboeiro, mas radicado em Recife, Pernambuco, Ronaldo Correia, nascido em 1951, é médico de formação pela Universidade Federal de Pernambuco, mas também enveredou pelas letras, tornando-se um dos principais escritores da literatura nordestina na contemporaneidade. Além de *Galiléia* (2009) – seu romance de estreia, com o qual recebeu o Prêmio São Paulo de Literatura em 2009 -, é autor dos seguintes livros: *As noites e os dias* (1997); *Livro dos homens* (2005), *Faca* (2003), *O amor das sombras* (2010) todos na modalidade conto; *Baile do Menino Deus*, *Bandeira de São João* e *Arlequim de Carnaval*, todos como dramaturgo; *Estive lá fora* (2012) romance e a novela infanto-juvenil *O pavão misterioso* (2004).

Galiléia nos apresenta uma narrativa reflexiva, até certo ponto psicológica. Adonias narrado e uma das personagens, nos conta sua história e a do seus dois primos Davi e Ismael, que por causa do aniversário dos 80 anos do avô, Raimundo Caetano de Rego Castro, e a sua iminente morte, devido a uma grave doença, decidem viajar para o interior do sertão nordestino e visitar o patriarca em sua agonia terminal: “Soubemos notícia do avô Raimundo Caetano bem antes da travessia do Inhamuns. A saúde dele agravou-se e a festa de aniversário poderá não acontecer” (BRITO, 2009, p.7). O Velho Caetano, outrora chefe de uma família poderosa e dono de uma fazenda próspera, agora decadente, espera o seu fim e a

chegada dos seus netos em suas terras para dar-lhes um último adeus. E, assim, partir em paz.

O que o avô não sabe é que os netos estão vindo forçados à fazenda Galileia. Já que ao longo da vida adulta os três não eram preocupados em rememorar suas origens. Já eram homens do mundo, globalizados e conectados a outras culturas, visto que já tinham morado uma boa temporada fora do Brasil.

É o que o romance nos apresenta. Mas, é importante lembrar que esse tal aspecto de globalização das personagens, como veremos mais à frente, torna ambígua a volta desses primos ao sertão do Ceará, colocando em questão as vivências com outras culturas fora do Nordeste e do país. De modo, que, de alguma forma, voltar não parecia um bom negócio, mesmo na eminência da morte do patriarca da família.

Além disso, fazia muito tempo que Adonias, Davi e Ismael não se viam. A relação familiar entre eles não era das melhores. Outro fator do retardo às origens, se dava ao fato da velha fazenda guardar/esconder memórias de uma infância cheia de aventuras, mas também com muito trabalho quando eram garotos, ao guardar animais no campo. De mais a mais, aquelas paragens da Fazenda Galileia encobriam violências familiares, segredos vergonhosos, que são tão fortes que o narrador personagem faz questão de trazer tudo isso à tona, logo no início do seu contar:

Observo as carnaúbas, esguias como o corpo do primo Davi, e revejo a tarde dolorosa, ele fugindo nu, coberto apenas por uma camisa branca, o sexo à mostra, o sangue escorrendo entre as pernas. Sinto a náusea de sempre, o pavor de não compreender nada, mesmo depois de anos de psicanálise. Desejo voltar, acelero o carro, recuo na poltrona. Retorno mais uma vez ao passado, à tarde em que tudo aconteceu. Os olhos congelados nas imagens de uma câmera fixa, um trailer de quinze ou vinte minutos. Vou sair no meio do filme. Não quero prosseguir (BRITO, 2009, p.8).

Dessa maneira, são vários os dilemas apresentados na obra: os adultérios, o medo, o amor, os remorsos, a loucura, a vingança, as suspeitas de violência sexual a um dos primos e, principalmente, a morte que paira como uma ave de mau agouro sobre as terras do velho ancião.

Esses fantasmas do passado acabam vindo à tona quanto mais os primos

se aproximam das terras do avô, no sertão de Inhamuns, epicentro de todos os dissabores para Adonias, Davi e Ismael.

Assim, o que deveria ser uma visita familiar, “em nome dos mais sagrados princípios de humanidade, de amor ao próximo e de solidariedade cristã”: ficar com os seus enfermos terminais em casa, acaba se tornando um suplício para o narrador do romance, que ao viajar para a fazenda sertaneja, demonstra um grande conflito interior, como se o passado fosse uma roupa que não lhe veste mais. O conflito de ter deixado a mulher, os filhos, o emprego de médico no Recife, faz a viagem ainda mais incômoda, impregna os pensamentos do narrador Adonias de dúvidas e do desejo de desistir do reencontro com seu passado. O conflito de ter que encarar conversas desagradáveis com os primos, companheiros da viagem, dentre outras lutas interiores que vamos descobrindo com o rodar da caminhonete na estrada para o sertão.

A fazenda Galileia com suas memórias negativas, o sertão nordestino e sua paisagem árida, insistentemente apresentada pelo romance, impregna o olhar do narrador uma poeira não só física da caminhoneta que roda nas estradas de terras, mas também a poeira simbólica do tempo, poeira que é levantada quando se ergue o tapete da memória e traz tudo à existência novamente. Existência que só ganha sentido, para lembrarmos aqui Paul Ricoeur (1994), quando narrada, visto que ao narrarmos somos afetados pelos sentidos do que nos cercam, nos sinalizando referencialidades de conexão com a realidade mais perceptível.

E é a partir de toda essa narrativa/existencial, que podemos construir assim nosso entendimento, que provoca os conflitos internos do narrador, nos fazendo compreender que Adonias parece, ao menos nas primeiras páginas do romance, querer que a viagem acabe logo e que se cumpra rapidamente toda obrigação familiar de visitar o patriarca da família. Daí não vê a hora de voltar para o Recife e ficar com sua mulher e filhos.

Para montar o enredo do romance Ronaldo de Brito usa o recurso *road movies*, técnica dos chamados filmes de estrada. Essa técnica tem sua origem nos filmes que ficaram conhecidos na série, o cinema da “Nova Hollywood”. Um clássico desse gênero foi o filme *Easy Ride* (Dennis Hopper, 1968) que era pautado em

relatos de viagem. Já o livro *On The Road*, de Jack Kerouac é a principal obra do que se convencionou chamar de “literatura road”.

Nesse tipo de narrativa o que se vê é que toda a jornada do herói “é uma mistura dramática de uma paisagem exterior (representada pela Natureza e pela Cultura) e uma interior (expressa pela subjetividade)” (MARKENDORF, 2012, p.223).

Dessa forma:

A viagem nos *road movies*, assim, assume a qualidade de um ato de peregrinação da alma ou de uma movimentação nômade em que, muito embora mover-se implique um ponto de chegada pré-definido, mas não definitivo, a viagem torna-se a própria meta (MARKENDORF, 2012, p.224).

O uso dessa técnica cinematográfica na narrativa de Ronaldo de Brito, nos ajuda a perceber que em alguns momentos há digressões nas descrições das cenas, cortes no fluxo do pensamento das personagens, principalmente nas falas de Adonias, como se ele estivesse narrando com uma câmera à mão. Cortes bruscos na narrativa em determinados momentos, uso do close em outras situações. Esse movimento, no construto da narrativa de *Galiléia*, promove uma espécie de acareação entre o narrador, o contexto sociocultural e ambiental que formaram/formam o seu caráter. Isso acontece quando ele tenta descrever a presença dos toques femininos na arquitetura da casa sede da fazenda do seu avô:

Não existe curva nos móveis, apenas ângulos retos. Tudo é feito com madeira, tiras de sola e couro cru. Nenhum estofado ou almofadas que nos acaricie. Somente as redes envolvem e aconchegam. As casas e seus objetos provocam asperezas e tensão. O poder masculino dita as normas do desconforto, ninguém relaxa nem entre à preguiça. Por que as mulheres permitiam essa tirania? Sinto falta de cores alegres, curvas e sinuosidades femininas (BRITO, 2009, p.211).

Por ser uma narrativa pautada no *road movie* há também a marca de alguns lapsos do narrador, o que é normal para o cinema, por causa do percurso e turbilhão de imagens para digerir, aspecto que o autor consegue adaptar adequadamente para escrita de sua narrativa. Nesse sentido, Adonias parece ficar fora de órbita por alguns instantes em algumas passagens. Para reproduzir isso, Ronaldo de Brito fragmenta a visualização da escrita na página do texto, deixando espaçamentos em branco, como uma forma de refazer o pensamento (por isso descrevemos a seguir, fielmente, o fragmento com a mesma estrutura do romance):

De que falava o homem do bar, em quanto a minha escuta divagava
como a de um psicanalista? Os trovões e os sons da guitarra e cupins
devoravam páginas dos livros.

- por isso ela viajou a Fortaleza, nossa capital.

É, o mais velho me ajudava

errado

dezesseis anos

foi-se o tempo

Acabou com todos nós.

O Conselho tutelar decidiu (BRITO, 2009, p.38).

O autor procura deixar em evidência a suspensão do tempo e do processamento do pensamento de Adonias, bem como seus lapsos. Com essa experimentação textual e aproveitamento de todos os espaços da página – o que lembra o Movimento Concretista na poesia -, como uma forma de representar mais fielmente os devaneios e as lacunas na forma de pensar do narrador. Assim, Ronaldo Correia de Brito estabelece uma espécie de dialética para o discurso do seu narrador e suas lacunas de memória, seja ao interagir com outras personagens, seja quando promove seu fluxo de consciência. Contudo, tais lacunas, devaneios, narrativa interior e interação parem não se dessoarem na dicção do romance, tudo acontece em praticamente em um esmo plano. Diante desse contexto, o leitor transita em indeterminações de mundos: o concreto, o real (o macrocosmo) promovem-se em um interfluxo de espacialidades discursivas. Ao mesmo tempo que, conseqüentemente, apresenta uma personagem distanciada desses espaços, ao passo que o faz aproximar-se ainda mais de si mesmo (o microcosmo). Todavia, tais cosmos, no romance de Brito, sempre estão em aparente campo de rivalidades, nunca de cooperação ou de agenciamentos. Contudo, nem tudo é o que parece ser. Quem lê o romance *Galiléia* detidamente observa que a jornada do herói segue em um continuum.

Esse é o *leimotiv* do romance *Galiléia*: a execução da jornada do herói o levará para dentro de si mesmo, provocado por uma caminhada de medos, de angústias e de sentimentos que entraram em conflito com o que o cerca. E o que o cerca forma gatilhos de afetação, em um nomadismo, que tem como consequência um oximoro, pois o ir é na verdade um constante ficar. Dessa maneira, a viagem de Adonias tem um fluxo pivoltante. Como afirmado antes, a semiose dessa viagem

está na própria viagem, nunca em seu destino. Essa viagem do nosso narrador é produto de um devir continuamente processado.

Mas o tema da viagem não é algo novo na literatura. Esse acaba sendo um dos mais variados *links* de intertextualidade em algumas narrativas, que vão desde as histórias Bíblicas à Tragédia de Sófocles, quase todas com uma relação direta com o conceito de “viagem” com um sentido aplicado à travessia. Também se assemelha à concepção de mudança não só do deslocamento físico, mas também engloba toda uma representação simbólica de transformação mental e intelectual, até mesmo uma metamorfose da própria vida, como pode ser compreendido na travessia da barca de Coronte ou mesmo no *Auto da Barca do Inferno* de Gil Vicente. Porém, o que diferencia a viagem de Adonias que é ela se aproxima muito mais de um Sísifo contemporâneo que tem na composição de sua existência a pedra que deve rolar sempre que se chega ao algum lugar.

Desse modo, a viagem do nosso herói em *Galiléia* não é só geográfica, mas também por paisagens introspectivas, que se misturam àquelas do exterior, uma necessidade de mobilidade em sua subjetividade, a descoberta de si mesmo. Nesse sentido, a narrativa se desenvolve em um fluxo de consciência, de maneira que, em determinado momento, o enredo ganha uma velocidade, um ritmo diferente que vão deformando a perspectiva do real e daí passam a dissolver aspectos do espaço, das personagens e do tempo da narrativa.

Ronaldo Correia de Brito, com essas ações, parece querer nos mostrar que esse narrador busca força, necessita concentrar energia para controlar suas correntes mentais, seus fluxos psicológicos que vão fervilhando ao passo que Adonias se aproxima da fazenda do avô. Contudo, vemos que é uma luta inglória, vencer todos esses fluídos internos. Eles para o narrador de *Galiléia* são como “máquinas de guerras”, para usarmos uma expressão deleuze-guattariana.

Nas terras da fazenda seus sentidos se misturam, formam uma espécie de caleidoscópio inexplicavelmente sensorial:

Descanso. Quando fico ansioso, não enxergo nada, os sentidos fecham para o mundo. Agora sei onde estou e aonde posso ir. Os olhos se reabrem, as narinas aspiram cheiros de flores, ouço aqui e acolá um canto de passarinho. O lugar é bonito, um santuário de ninfas. Grito alto,

dou pulos, sacudo as pernas e braços feito um louco. Depois de uma longa ausência, meu corpo responde, acorda quase feliz. Grito mais alto, rodopio, tiro a camisa, descalço os sapatos, pareço estar num transe xamânico (BRITO, 2009, p.130).

Essa viagem de Adonias é um retorno psíquico à infância, não como uma maneira concreta. Ou Adonias nunca teria deixado essa fase de sua vida? Já que pelo o que observamos do narrador é que ele não se livrou desse seu passado, gerando nele neuroses que vão ficando cada vez mais explícitas em suas ações. Assim, todo esse fluxo mental da personagem é uma espécie de corda psíquica que a todo instante insiste em montar-se em forma de força.

Nesse sentido, esses movimentos de transmutação que poderiam ocorrer em Adonias, a partir da possibilidade de se reinventar, mas que não acontece, depois tudo volta a ser como sempre foi. Pode ser transferido também para a ideia de Nordeste no interior da obra. Ronaldo Correia de Brito, ao longo do romance, poderia ter “resetado” alguns conceitos e imagens que foram constituídos para essa espacialidade em formato de preconceito. Até porque ele consegue interpor uma construção linguística interessante, elabora personagens que poderiam desmontar determinados estereótipos em torno do ser nordestino, demonstrando como não só a topografia nordestina foi transformada, mas também as pessoas que habitam a espacialidade do Sertão do Inhamus. Brito poderia reiniciar, senão por completo, ao menos de maneira parcial diluir a visão conectada ao Nordeste como o lugar do atraso, desembandeirando nele o estigma de “Região Problema”.

Nesse sentido, o autor cearense/pernambucano endossa a concepção do Nordeste Maior. E desse modo, nega o reconectar dessa espacialidade à modernização, à globalização e faz tudo isso a partir de *Galiléia*. É o que pensamos quando há a presença da crítica ao tio Salomão, que em tudo via o regionalismo e que, por isso, era negativamente chamado de “regionalista” no seio da família, por isso ninguém dava atenção às suas teorias.

Todavia, não é isso que acontece à personagem de Adonias. Tudo fica nele muito fixado em seus dilemas mal resolvidos, que se misturam a essas paisagens suscitadas pela viagem ao sertão nordestino, que vão se estabelecendo na saga do herói rumo à fazenda e ao aniversário do avô octogenário.

Assim, dentro desse contexto, o debate do autor Ronaldo Correia de Brito fecha-se no campo da identidade desse herói, estancando possíveis fluxos para suas singularidades, estancando a fluidez, já que Adonias deseja sempre o Nordeste associado ao passado, fechando, a partir do sertão da fazenda do avô, compreendendo a nordestinidade ao ambiente meramente físico. Não percebendo, que um devir-Nordeste estava ali latente, gritando sua presentificação, contudo, não há a empatia do herói de *Galiléia* em enxergá-lo. De maneira, que prefere ficar preso às “identidades tradicionais”, que vão sendo elencadas durante as falas e atitudes de Adonias. Elas impedem explosões e implosões das linhas de forças para um devir-Nordeste. No fundo, o narrador é uma mutação mal sucedida do seu tio Salomão: o teórico regionalista ignorado pela família.

Nessa perspectiva, não há como negar que estruturar uma leitura do Nordeste e de sua produção ficcional no campo da “literatura menor” é urgente. Pois,

a literatura menor é completamente diferente: seu espaço exíguo faz que cada caso individual seja imediatamente ligado à política. O caso individual torna-se, então, tanto mais necessário, indispensável, aumentando ao microscópio, quanto toda uma outra história se agite nela (DELEUZE; GUATTARI, 2017, p.36).

Dessa forma, ao partirmos desta premissa, o Nordeste Menor, nesse contexto, é exequível, mesmo quando se tem “o azar” (nas palavras dos filósofos franceses) de estar no interior da língua que representa um grande idioma pátrio, que, de alguma maneira, força tudo e todos a ela se dobrarem, como também a se recolocarem ao cânone de uma literatura. Pensarmos o Nordeste sobre essa perspectiva é evocarmos toda a agitação de histórias que podem emergir da menoridade nordestina, para fugirmos da mesmice dos enredos escritos sobre essa Região. Propomos, então, uma

“leitura nordestina” não no sentido de compreender o Nordeste a partir de premissas essenciais, identitárias, nordestinóides como prefiro chamar; nordestina aqui o que é por friccionar até o limite da dispersão e da rasura o estigma de uma nordestinidade sempre eternamente reinscrita, sem diferença, sem alteridade, um mesmo caminho sempre para e por sua mesmidade (JUSTINO, 2017, p.66).

Voltemos ao romance *Galiléia*. A viagem de volta à casa-grande da fazenda,

dessa maneira, se torna não um momento de encontro, pelo contrário, acaba gerando uma espécie de indisciplina mental, como já apresentado, um verdadeiro desencontro com tudo e todos. Assim, vemos que ora seus pensamentos estão voltados para as lembranças positivas daquele lugar, ora temos ideias de repulsa, de negação, de anulação do espaço. De maneira, simbólica Adonias aparenta querer a morte de tudo que poderia lembrar o clã em que nasceu. Para que, dessa maneira, tudo venha renascer.

Isso porque

[...] a produção contemporânea por intermédio do contraste entre duas estéticas literárias. De um lado, haveria a brutalidade do realismo marginal, que assume seu desgarramento contemporâneo, e, de outro, a graça dos universos íntimos e sensíveis, que apostara na procura da epifania e na pequena história pelo mais dia, menos dia de cada um [...] (SCHÖLLHAMMER, 2009, p.15).

São esses “universos íntimos e sensíveis” que vão impondo o tom da narrativa de *Galiléia*. Eles modalizam o discurso do enredo. Atravessam a narrativa tal qual lanças e lá ficam cravadas no texto, como pedras no meio do caminho, não para serem retiradas, mas para serem lidas.

Tais universos vão estabelecendo marcas, pistas como em um mapa, traçando linhas, *rotas de fuga* (DELEUZE; GUATTARI, 2017) linhas de chegadas, talvez, até a visão de Adonias sobre o Nordeste, a partir da viagem até o Inhamuns. E nos faz olhar com o olho de Adonias, porém nos cabe abrasar, limar a paisagem à sua volta até seu limite. Enquanto leitores, somos nós que devemos remover as camadas de tal acebolamento espacial aplicado ao Nordeste, para, portanto, demonstrar que aquilo é descrito de maneira homogênea por Adonias, é na verdade um objeto que foi amalgamado discursivamente, não por ele enquanto narrador, mas por toda uma sociedade, do Nordeste e do Brasil. Desse modo, efeito do acebolamento é aparente homogeneidade. Assim, todo nordestino se torna: paraíba, nortista ou baiano. Devemos tensionar ainda mais essa interpretação da espacialidade por ali descrita. O problema é que a personagem não apresenta a resiliência necessária para suportar todos os seus questionamentos, o que lhe causa uma profunda ambivalência discursiva.

Essa ambivalência que se imprime em seu discurso revela um ponto de

visão dual diante da espacialidade que ele vai descrevendo até chegar ao Inhamuns. Assim, a partir da caminhada e do modo como ele vai descrevendo vamos tendo acesso à geografia nordestina que vai sendo montada em um ambiente fixado em duas modalidades que são paradoxais. De maneira que ora se desnuda, ora se veste diante de nós, por sob as malhas da tradição e da modernidade, nunca propositora de um devir-Nordeste:

Prossigo entre os campos de futebol de areia, margens comuns nas estradas do Brasil. Rapazes se atacam em cima de uma bola, índios de tacape arrastando o inimigo. Cidades pobres, iguais em tudo: nas igrejas, nas praças, num boteco aberto às moscas. No posto rodoviário, um guarda federal espera a oportunidade de arrancar dinheiro de um motorista infrator. Mulher em motocicleta carrega uma velha na garupa e tange três vacas magras. Dois mitos se desfazem diante dos meus olhos, num só instante: o vaqueiro macho, encourado, e o cavalo das histórias de heróis, de quando se puxava bois pelo rabo (BRITO, 2009, p.8).

A partir do fragmento, o que vemos, é um narrador diante de uma paisagem que lhe afeta. Paisagem que lhe remete a uma memória espacial, mas que ao mesmo tempo lhe nega reminiscências. Como pode ser comprovado no seguinte trecho: “Mulher em motocicleta carrega uma velha na garupa e tange três vacas magras”, isso porque seu passado não consegue encontrar essa imagem, pois não era comum em seu campo de semiotização, estimulado pela imposição de uma interface social conectada ao patriarcalismo. Visto que as mulheres pertenciam ao ambiente do lar. Daí seu espanto diante da desconstrução da ideia de que homens é que deviam ocupar lugar outrora do homem, do “cabra-macho”: “Dois mitos se desfazem diante dos meus olhos, num só instante: o vaqueiro macho, encourado, e o cavalo das histórias de heróis, de quando se puxava bois pelo rabo”. Nesse fragmento temos uma ligação direta ao falocentrismo das profissões no âmbito da nordestinidade, como se entre os vaqueiros estivesse apenas sob o estigma do espectro do masculino e nunca do feminino. E, portanto, exercida só por meio da força bruta.

Essa ideia, assim colocada pelo narrador, nos remete a uma concepção que irá nos ofertar uma outra conotação para o Nordeste, demonstrando algo que negue todo aquele arcabouço do atraso. Como uma forma de desalienar tudo aquilo que vem se construindo em torno dessa região, desde antes e depois de sua criação, ainda nos primeiros decênios do século XX: as mulheres no lugar dos homens no

trabalho rural, a substituição do jumento ou do cavalo pela moto no trato com o gado. A descrição dessas substituições nos move a entender que chega ao ambiente rural nordestino novas formas de relações intersociais, assim como a inovação da instrumentalização do trabalho do antigo vaqueiro. Até porque a motocicleta imprimira outro ritmo ao esforço dobrado de outrora. Nesse sentido, Correia de Brito nos faz enxergar a possibilidade de alguma brecha para o devir-Nordeste, mas digamos que ele também cai na cilada da ambiguidade que compõe sua personagem central. Contudo, o Nordeste Menor parece se interpor a dicção narratológica de sua obra.

É a velocidade que chega como uma forma de modificar não só a imagem que se enxerga impressa no texto do romance, mas também instaura uma perturbação às reminiscências que tinha Adonias ao olhar para aquele lugar. Acelerando, ainda mais, os processos de afastamento desse narrador personagem daquele espaço. Como se ele não pertencesse aquela ambientação.

Dessa forma, o que vemos é que a paisagem de outrora se transvestisse de um devir-Nordeste, a partir da percepção do Nordeste Menor, que de alguma forma se presentifica por ali. Mas, parece que no conjunto da obra, tudo fica no ensaio para uma conexão dessa espacialidade ao mundo globalizado que já tinha chegado também ao Inhamuns.

Essa tentativa, de recompor a visão do Nordeste no discurso literário com o uso de outra semiose, seria válido se não fosse a primeira parte do mesmo fragmento:

Prossigo entre os campos de futebol de areia, margens comuns nas estradas do Brasil. Rapazes se atacam em cima de uma bola, índios de tacape arrastando o inimigo. Cidades pobres, iguais em tudo: nas igrejas, nas praças, num boteco aberto às moscas. No posto rodoviário, um guarda federal espera a oportunidade de arrancar dinheiro de um motorista infrator (BRITO, 2009, p.8).

Nesse trecho vemos a apresentação da ideologia de unificação, de homogeneização da espacialidade e atrelando a ela a questão da identidade, que se fecha em ícones, como se ele pudesse dar conta de tudo. No primeiro momento o autor usa o elemento futebol. Símbolo de nacionalidade. Emblema erguido sob o discurso massificado pela mídia de que somos uma “pátria de chuteiras”. Contudo, a

prática desse esporte é descrita pelo narrador como sendo algo bárbaro, não havendo espaço para o “futebol arte”, já que os rapazes ao jogarem são: “índios de tacape arrastando o inimigo”, reforçando o estigma em torno do sertanejo, quase que uma descrição euclidiana para o nordestino: Hércules-Quasímodo no futebol praticado nessa localidade, como se esporte de forma alguma os civilizasse, para usarmos aqui uma concepção do sociólogo alemão Norbert Elias, que via no esporte uma possibilidade de desbrutalização do humano. Mas, no entender de Adonias, não é isto que ocorre no sertão de Inhamus, jogando o Nordeste novamente no lugar do atraso. Nesse sentido, o que temos é “o estigma de uma nordestinidade sempre eternamente reinscrita, sem diferença, sem alteridade, num mesmo caminhar” (JUSTINO, 2017, p.66).

Outro ponto, diz respeito à configuração das cidades do interior do Nordeste, que são descritas da mesma maneira que muitos anos atrás, como se o tempo e os avanços tecnológicos nunca chegassem até elas. E dessa maneira, não houvesse nenhuma outra forma de configuração possível para tais espaços.

Além disso, elas são apresentadas como sendo: “Cidades pobres, iguais em tudo: nas igrejas, nas praças, num boteco aberto às moscas”. Elas, de acordo com esse ponto de vista do narrador, contêm poucas, ou nenhuma, característica de um espaço civilizado, parece mais uma daquelas cidades abandonadas de filme de “*bang-bang*”. É uma descrição cidadina muito determinista e muito cartesiana. O que temos, por parte de Adonias, é uma anulação das subjetividades/singularidades presentes em tais cidades, fruto de quem olha tudo sob a ótica da homogeneidade, não deixando lugar em seu campo narrativo para as particularidades de cada localidade.

Em uma leitura rápida, fora de uma perspectiva pautada na esquizoanálise, logo enquadraria essas descrições dentro de um campo meramente regionalista, só por causa de alguns elementos que sempre foram usados para codificar uma semiose “nordestinóide” (JUSTINO, 2017). Desse modo, um olhar doutrinado no vocábulo canônico nordestino, portanto ligado ao Nordeste Maior e euclidiano.

Em relação à ideia de homogeneização, relembro algumas das palavras da Rosa Maria Godoy Silveira (1984):

Dessa primeira constatação a dizer-se que essa homogeneização discursiva implicou uma homogeneização prática-política, há uma pesquisa de extrema complexidade a ser intercambiada antes de se alcançarem respostas palpáveis. De qualquer modo, ainda a respeito deste aspecto, parece-nos interessante deixar registrado que o conceito de Nordeste, historicamente subsequente ao de Norte, é dele derivado, mantém a mesma homogeneização sob o rótulo geográfico, mas a mudança de nomenclatura possivelmente implicando mudança de delimitação (SILVEIRA, 1984, p.161).

Como se vê, o conceito de unidade identitária do nordestino, tem origem antes mesmo do Nordeste existir. Se constituem ainda quando essa região era denominada de Norte, que já sofria com os mais variados estigmas. Agora com tudo unificado sob o amálgama “povo nordestino”, se faz necessário ressignificar o conceito de Nordeste inventado pelas mais variadas camadas discursivas em torno dessa espacialidade.

Assim, o Nordeste

surge na literatura como aquele fenômeno detonador de transformações radicais na vida das pessoas, desorganizando as famílias social e moralmente. A seca é responsabilizada, inclusive, pelos conflitos sociais na região, pela existência do cangaceiro e do beato, naturalizando-se as questões sociais (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p.138).

Voltando a comentar o excerto do romance, a saber: “No posto rodoviário, um guarda federal espera a oportunidade de arrancar dinheiro de um motorista infrator”, nos faz entender que a presença de uma instituição como a da Polícia Federal Rodoviária, presentifica ali um dos braços do Estado. Estado, como forma de uma sociedade política, deve ter como essência primeira a ideia de uma nação organizada politicamente, com o intuito de proteger, de zelar e de decidir em nome da coletividade em busca do bem público. Posto dessa maneira, o narrador faz questão de enfatizar que nada disso acontece nas modalidades das cidades pequenas como ele descreve, pois no caminho de Inhamuns o “posto rodoviário” e o seu “guarda federal” toma outra conotação: a de “arrancar dinheiro”, portanto, um desvio da função e de conduta do Estado, já que temos aí, na verdade um abuso de poder. Temos nesse fragmento, a ideação de que os atos de corrupção partem primeiramente do Estado e de seus agentes locais.

Assim, seguindo na mesma lógica de Adonias, o posto da Polícia Federal fincado nessas cidades, em seu funcionamento efetivo, deveria ofertar um ar de civilidade. Contudo, a partir da descrição do nosso narrador, podemos intuir a

possibilidade de que seria a espacialidade, sua distância do poder central do Estado é que faz com que o posto rodoviário, ali isolado, não siga os propósitos para os quais foram criados: cumprir e fazer cumprir as leis, mas “arrancar dinheiro de um motorista infrator” se torna o seu fim.

Se não fosse assim, outros vocábulos poderiam ser usados pelo narrador, tais como: “fazer valer a lei ao motorista infrator” ou “multar um motorista infrator”. O que Adonias não nos faz interpretar a partir de sua fala é que a inoperância do Estado brasileiro, que também é um tipo de violência - mesmo que simbólica - não se esconde apenas nessas longínquas cidades do interior; ela se espalha por todo o país, principalmente, nas localidades periféricas do Sudeste, Sul, Norte, Centro-Oeste. Não é apenas um privilégio do Nordeste o Estado nos violentar ao nos “arrancar dinheiro”, por meio de impostos ou multas, mas que pouco chega à coletividade nacional. Nesse sentido, não é o sertão nordestino de Inhamuns que é atrasado, mas toda a engrenagem estatal, que de maneira viciada estrutura uma cultura da corrupção.

Após tudo isso, vale lembrar que *Galiléia* foi publicado por Ronaldo de Correia Brito em 2008/2009, portanto uma obra do século XXI, mas que ainda reporta à espacialidade nordestina – em vários trechos da obra - em uma perspectiva meramente essencialista de ao menos três séculos antes. Mesmo *Galiléia* não tendo uma demarcação textual do momento, indicando o período cronológico no qual se passa a história, há nele marcas linguísticas e descrição de determinados objetos que nos ofertam elementos suficientes de que ele nos conta uma história que se passa depois dos anos 2000, pelo menos. Nesse sentido, vejamos uma cena que ocorre no interior da bodega encontrada na estrada durante a viagem, na qual os primos param e se alimentam:

Ismael olha o irmão com desprezo. Davi largou o **computador em cima do banco**, e **joga totó** com o filho do comerciante. Vez por outra dá risadas alegres. O menino também está feliz com o parceiro que caiu do céu. Trago o computador para nossa mesa, **temendo que roubem**. O bodegueiro percebe minha desconfiança. Terá se ofendido? Acho que fui injusto. **Não sei, os tempos mudaram. Mudaram?** Antigamente, falo como um velho ranzinza, ninguém o carregaria de lá. Antigamente não existiam computadores. No máximo um **bando de cangaceiros** aparecia e estuprava as mulheres da casa, roubava, matava e dançava até o dia amanhecer. O homem não desgruda os olhos de mim enquanto penso nessas coisas, parece dizer-me que o **leptop nada significa** para ele, é

um *traste sem função no seu mundo, uma máquina inútil* (BRITO, 2009, p.35; grifos nossos).

Fica-nos claro, nesse exemplo, uma sobreposição de mundos que permeiam as realidades do comerciante dono da bodega e a de Adonias, é só observar as palavras e expressões grifadas. Ali, na bodega, essa confluência de territórios não é só física, mas também simbólicas. Esses mundos são atravessados não apenas pelas descrições de Adonias de como é a bodega ou sobre o modo como ele se move dentro do espaço para proteger do roubo o *leptop*. Mas, também se dá na percepção do comerciante, que mesmo sem falar nada nos diz muito, tanto que afeta o narrador e o faz refletir sobre sua ação, que mesmo sem arrependimento Adonias continua executando-a.

Em sequência, o que vemos é que ele desdenha do comerciante, chamando-o de “bodegueiro” e não de “comerciante”, evidenciando, com tal atitude, que ele era de um lugar social diferente, de uma espacialidade diferente. Assim, fica delimitada as fronteiras, já que Adonias é da zona urbana e o “bodegueiro” da zona rural. Esse não entende nada de tecnologia e de modernização: “parece dizer-me que o *leptop* nada significa para ele, é um *traste sem função no seu mundo, uma máquina inútil*”. Além deles, que disputam tais espacialidades, temos Davi e o filho do comerciante, que no mundo do entretenimento, em uma atmosfera paralela, brincam indiferentes com o totó, como quem disputa outras espacialidades.

Nesse sentido, é importante lembrar que

pensamos as espacialidades como um acúmulo de camadas discursivas e de práticas sociais, trabalharmos nessa região em que linguagem (discurso) e espaço (objeto histórico) se encontram, em que a história destrói as determinações naturais, em que o tempo dá ao espaço sua meabilidade, sua variabilidade, seu valor explicativo e, mais ainda, seu calar de efeitos de verdade (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009, p.32).

Além dessas confluências de espacialidade, percebemos na cena da bodega o conflito de temporalidades nos seguintes trechos: “Não sei, os tempos mudaram. Mudaram?”; “Antigamente, falo como um velho ranzinza, ninguém o carregaria de lá. Antigamente não existiam computadores. No máximo um *bando de cangaceiros*, aparecia e estuprava as mulheres da casa, roubava, matava e dançava até o dia amanhecer”, Adonias demonstra uma narrativa que asfixia o Nordeste no passado, como sendo o lugar que não muda, um espaço que não acompanha a globalização.

E que tem em seu destino permanecer dessa maneira em um ato *continuum*, tanto que ele faz questão de reforçar sua dúvida: “Não sei, os tempos mudaram. Mudaram?”. Logo após, essas expressões nos fazem entender que para ele, talvez fosse, melhor que nada mude.

Isso, pode ser confirmado quando ele retoma memorialmente um tempo no qual não havia lei para resolver alguns problemas, dentre eles aqueles associados a roubos e tudo era resolvido pelo poder da força, na modalidade “olho por olho, dente por dente”. E, desse modo, evoca em suas lembranças os bandos dos cangaceiros. Como se a violência apaziguasse a violência.

Com esses exemplos acima comentados, fica-nos evidente que *Galiléia*, dessa feita, é um romance iminentemente contemporâneo, mas com certos tons de barroquismo. Barroquismo que é patente no olhar descritivo que Adonias, assentado em lentes que bipolarizam o espaço nordestino entre o que é tradicional e o que é moderno, como se essas duas características estivessem distanciadas ou que não pudessem coexistir. Como se entre eles não houvessem processos de trocas, de agenciamentos ou mesmo porosidades entre esses dois conceitos.

O barroquismo de Adonias nos salta aos olhos, já que não fica claro o que realmente ele “prefere”: o medo do roubo do *leptop* ou aquela outra modalidade dos cangaceiros, que praticavam vários tipos de violência, mas que preservariam o computador, pois o mesmo seria “um traste sem função alguma”. Contudo, esse impasse antitético esbarra na impossibilidade de uma análise comparativa mais profunda - entre “esses tempos e suas mudanças” - por parte do nosso personagem. Diante desse contexto, podemos dizer que

Galiléia, portanto, é aqui tratado como romance contemporâneo, cujas problemáticas regionais ainda presentes se relacionam com a formação da sociedade moderna, com o iluminismo, com a urbanização e as questões do campo/cidade, com o desenvolvimento do capitalismo, com a formação dos Estados-nações (LEITE, 2017, p.91-92).

ou seja,

o romance deve ser lido dentro de um longo processo histórico, em que aspectos tradicionais entram em confronto com novas formas estruturais, provocando tensões trágicas, que promovem dilaceramentos identitário (LEITE, 2017, p.91-92).

Esses “dilaceramentos identitários”, apresentados por Luiz Felipe Queiroga

Aguiar Leite, tomam conta de Adonias e provocam nele um sentimento conflituoso de pertencer e não pertencer ao espaço nordestino, aquele representado pelo sertão de Inhamuns, entranhado em sua memória estratificada de ambivalências, de dualidades. Ora sedimentadas pela intermediação de um olhar da infância, que por ter já abandonado o narrador, lhe ressurgem como um fantasma sempre pronto para assombrá-lo.

Do outro lado, a vaporização de imagens que no agora, na vida adulta, esbarram em uma presentificação carbonizada por suas andanças fora da fazenda Galileia e até fora do país, quando cursa residência médica na Inglaterra, fazem com que suas memórias se monstrifiquem ainda mais, tornando-o um ser cada vez depressivo e sem margem para observar uma terceira via entre positivities e negatividades. Por isso, retomamos o que nos diz Leite:

O universo íntimo dos personagens e suas relações está associado ao universo macrossocial, cuja formação ambivalente produziu o refúgio de nosso tempo: a grande desorientação, o estado de incerteza, a fratura, a condição de exílio e estranheza (LEITE, 2017, p.91-92).

Quando buscamos ler as marcas de interioridades abandonadas, propositalmente, por Adonias, vamos compreendendo que ele faz isso como uma forma de nos gritar, suas avalanches e seus temores ante as espacialidades que o cerca como montanhas e o sufoca. E tudo isso, é transferido para a geografia nordestina, a qual não consegue enxergá-la fora dos espectros e das configurações agrestes que impregnaram seu olhar raiz, sua visão pivotante que gira de modo fixo em apenas um ponto.

Nesse sentido, é bom compreender que toda e qualquer forma de arte traz em seu bojo a implicação da criação, o que parece uma percepção lógica. Todavia, ao pensarmos mais detidamente, nos é impositivo ainda entender que o ato de criar é sem dúvida arquitetar, conceber uma existência. E é por meio dessa criação que se inaugura um existir, uma das maneiras de imprimir marcas sociais. Um devir. Devir-Nordeste.

Portanto, se faz necessário também elaborar novas estruturas interpretativas que semiotizem e ressignifiquem nosso olhar diante desse existir que dialogue com a própria vida.

É o que acontece com a escrita de uma obra ficcional. A existência habita nela de maneira latente. A existência potencializada pela ficção, em muitos casos, tem, em algumas situações, uma força muito destrutiva no tocante à própria realidade. Enquanto em outras ela tem um poder descomunal no movimento incessante de construir, por intermédio das palavras: realidades. E, assim, emergem mundos possíveis e impossíveis. Mas também, é estabelecer agenciamentos, para esse existir, linhas, rotas de fuga, “estratos, territorialidades, (...) movimentos de desterritorialização e estratificação” (DELEUZE; GUATTARI, 2017) como forma de elaboração do devir-Nordeste. São essas movências que buscamos captar na obra *Galiléia*. E, a partir delas apresentar, extrair uma hermenêutica diferenciada para a espacialidade nordestina, de modo que haja uma sugestão de uma nova narrativa. Desencaixando, portanto, o Nordeste Menor das sombras textuais do romance, fazendo-o clarividente. Deslocar, desse modo, Nordeste Menor das dobras narrativas presente no enredo de *Galiléia*.

Todavia, não é um devir-Nordeste que acontece no romance de Ronaldo Correia de Brito, mesmo quando ele apresenta elementos que sinalizam um Nordeste conectado ao que se convencionou chamar de moderno, de globalizado em paralelo temos uma espacialidade com características daquilo que se estabeleceu como tradição para essa Região. Portanto, ligado ao Nordeste Maior e á institucionalizado, mas que autor procura deixa-lo mais palatável, gourmetizado em determinadas situações de sua narrativa.

Dessa forma, o autor de *Galiléia* estabelece o Nordeste em configuração idílica, rural. Fixando-o. Quando poderia elaborar uma leitura mais plural para a Região, na verdade, o autor opta por sua obra dualizar o Nordeste ao invés de compreendê-lo em suas multiplicidades. Tal como sempre se fez na literatura nordestina a partir de 1930, que calcou sua narrativa no Nordeste maiorizado.

Assim, o que temos é um narrador que procura reforçar o “seu lugar” de origem familiar – a partir da binaridade e de comparação com outras espacialidades – mas que para ele precisa estar fincado no campo da tradição. Desse modo, por mais que Adonias procure imaginar outras maneiras de elaborar o ambiente onde passou sua infância, ele sempre o estabelece como uma raiz, um lugar fixo e que não precisa de mudança. Já que essa é tida como algo negativo na perspectiva do

narrado:

Imagino a casa dos meus avós derrubada por tratores, dando lugar a uma rodovia. O barulho forte das máquinas e as luzes dos faróis me deixam a impressão de que estou noutro planeta. Mas não estou. O sertão continua na minha frente, nos lados, atrás de mim. O asfalto fede. Já chorei por causa dessa ferida preta, cortando as terras. Agora, me distraio com os carros que passam (BRITO, 2009, p.8).

Como se pode atentar que ele não se desloca da conotação passadista, como se não houvesse brechas para o novo. Ou como se não houvesse agenciamentos, trocas entre os tempos, entre espacialidades, de modo que, em seu ponto de vista, só há perdas. É preciso, nesse contexto do fragmento acima, compreendermos que se produz acréscimos e que há convivências intercambiais entre o que é tradição e o que é moderno.

Seguindo o pensamento de Adonias, os “tratores” ganham aspecto de monstros, as máquinas fazem “barulho”, incomodam. Mesmo as “luzes” o conduzindo para outro “planeta”, que poderia representar uma nova perspectiva para o sertão do Inhamuns, rapidamente ele faz questão de reforçar um mundo pretérito, de voltar e se fixar nas memórias do passado: “O sertão continua na minha frente, nos lados, atrás de mim”. Mas Adonias não para por aí, “o asfalto fede”, é a “ferida” que corta as “terras”. Dessa forma, a possibilidade de uma rodovia, no lugar da casa e das terras dos avós é um pesadelo e não o fomento de um processo de modernização, de globalização. A rodovia, mesmo com a possibilidade de estar ali, é exorcizada da mente do narrador.

Diante desse contexto, Ronaldo Correia de Brito, poderia ter avançado mais no debate sobre uma nova epistemologia configuracional para o Nordeste. Lógico que não entendemos esse debate como algo de caráter meramente panfletário ou uma bandeira para ser erguida. Ou ainda, tomar como cavalo de batalha, mas como uma forma de apresentar olhares diferenciados para uma espacialidade que é multiforme. Até porque, como já foi exposto antes, *Galiléia* é um livro de 2008/2009 e muita coisa já tinha mudado nessa região no contexto em que o romance foi escrito. Por exemplo, Recife – capital pernambucana, cidade na qual mora Ronaldo Correia Brito e Campina Grande no Interior da Paraíba, há bastante tempo, configuram como cidades onde se destacam por desenvolverem como polos tecnológicos e exportarem *softwares* para grandes empresas multinacionais, inclusive para

produtoras de jogos eletrônicos. Jogos que “Davi joga num brinquedo eletrônico (...)” (BRITO, 2009, p.10). Talvez esse jogo que Davi tem em mãos ou o sistema operacional instalado no brinquedo, pode ter sido estruturado a partir dessas duas cidades e enviado para os fabricantes do mesmo em qualquer outro lugar do globo.

Além disso, por ser um homem culto, contemporâneo, médico por profissão, assim como Adonias; um escritor conectado com o mundo, nordestino do Ceará e radicado no Recife. Homem que também morou fora do Brasil, Ronaldo Correia de Brito deveria ter nos apresentado as múltiplas faces dessa Região Nordeste, que ao menos intuímos, que ele conhece bem. Mas, por que ele fez questão de tratar a espacialidade nordestina da mesma forma como a escrita literária canônica já tinha praticado?

É confortável criar um Nordeste no campo da “literatura maior”, da qual falam Deleuze e Guattari, a ambientação sempre esteve ali pronta para ser utilizada de maneira estática. Até porque é o que os grandes grupos midiáticos, assim como grandes grupos editoriais fazem questão de configurar o Nordeste sobre essa égide do atraso, do lugar fincado na tradição, na manufatura e não na indústria de ponta.

Esse é o Nordeste que “vende”, que “rende” lucros altíssimos, que retroalimenta a indústria direta e indireta da seca, como também o mercado do livro. Seja aquela que está no interior da Região, que sempre implora pelas verbas federais em benefício das elites. Seja aquela indústria conectada à cultura editorial, que estabelece para o Nordeste apenas o lugar do folclore, do cantador de viola ou da embolada, da literatura do folheto, da vaquejada como esporte, etc. Esquecendo aqueles artistas que escolheram trilhar outros caminhos artísticos fora desse crivo tradicionalista e que obtiveram reconhecimento tanto local quanto internacional, não por serem “regionalistas”, mas por serem artistas e praticarem com qualidade aquilo que se propuseram a fazer.

Nesse sentido, quando vamos tomando contato com o romance *Galiléia* temos a impressão que o enredo irá avançar para a constatação de um Nordeste que vá para além do Nordeste que nos foi imposto e construído, inventado historicamente. Contudo não é o que acontece.

Ronaldo Correia de Brito, de saída, logo nos primeiros capítulos, nos apresenta três personagens intrigantes, com movimentos complexos em suas histórias pessoais e familiares, conectados ao alto sertão nordestino e ao mesmo tempo com vivências em cidades e em países tão distintos entre si. Nos sinalizando, o ensaio de um movimento de interpretação diferenciado para o Nordeste. Porém, tudo fica no meio do caminho. Assim a potencialidade de suas personagens, no tocante ao devir-Nordeste, cai por terra, mesmo elas tendo como característica terem morado fora do Brasil: Nova Iorque (EUA), França, Londres (Inglaterra) e Oslo (Noruega). Isso pode ser compreendido na seguinte fala de Ismael:

É preciso muito tempo pra se gostar de um lugar. Eu nunca me acostumei à Noruega. Dizem que ela é melhor do que isso aqui. Eu não acho. O sertão a gente traz nos olhos, no sangue, nos cromossomos. É uma doença sem cura (BRITO, 2009, p.19).

Até porque as personagens de suas histórias ofertam a possibilidade de promoverem isso, visto que apresentam nuances de potência para compor uma nova “figuração” para o “processo civilizador” do Nordeste – para usarmos uma expressão de Norbert Elias (2011) – já que nenhuma sociedade permanece estática o tempo todo.

Sendo assim, essa fala de Ismael soa como contraditória, visto que nunca saímos neutros no contato com outras culturas. Por elas somos afetados, assim como as afetamos. Não há como fugir das trocas, as espacialidades, as vivências nelas e a partir delas nos impõem mudanças. De modo, que só a atitude de comparar o sertão nordestino com Oslo, na Noruega, já traz consigo embutida a mudança, mas não há um avanço no debate entre as espacialidades. Desse modo, Ismael não é mais o mesmo. Ismael já mudou, mesmo quando afirma que: “O sertão a gente traz nos olhos, no sangue, nos cromossomos. É uma doença sem cura” – no tocante à expressão “sertão” leia-se: Nordeste.

Nesse sentido, voltar à fazenda, ao Inhamuns, não lhe é tão genético/hereditário assim, visto que de alguma maneira, quando se nega uma espacialidade, muitas vezes, é esta que mais se faz presente naquele que a nega. Por isso, insistimos, as potencialidades das personagens, suas multiplicidades, suas diásporas, assim como as misturas de localidades que poderiam no enredo serem mais exploradas.

E a partir de tais aspectos, construir uma nova epistemologia para um Nordeste Menor, uma epistemologia que quebre com o ecossistema hermenêutico que sempre concebeu essa Região sob os signos: da seca, da fome, da miséria, da violência inventando uma estética do preconceito, principalmente a partir da escrita literária que se apodera dos aspectos do Nordeste Maior, que compõe também a literatura maior, na qual encontram-se as obras canônicas da ficção brasileira. Nessa esteira de pensamento compreendemos que

Os grandes textos da tradição seriam aqueles “canonizados e fecundados”, integrados pela posteridade a uma longa cadeia textual, que dão a impressão de um percurso evolutivo e linear. Paralelamente, há uma certa proporção de textos literários “não fecundos”, mantidos à margem dos arquivos canônicos. Tomando-se por base uma visão legitimista da história literária, os conceitos de maior/menor estão intimamente vinculados aos mecanismos de seleção e exclusão operados pelas instâncias de legitimação dos cânones e, por conseguinte, os critérios balizadores dessa seleção são predominantemente históricos, contingenciais. Isto significa considerar que, para compor o “arquivo cultural”, outras escolhas poderiam ter sido possíveis, fixando novas formas em detrimento das que ficaram mobilizando discursos e visões múltiplas a conviver e dialogar com os recortes que foram privilegiados (BATALHA, 2013, p.116).

Dessa forma, o Nordeste Menor se encontra à margem desses grandes textos, operando fora das narrativas privilegiadas.

A fala de Ismael fecha o conceito de Nordeste, o torna monolítico e hereditário, uma espécie de sina, da qual não se pode fugir. E para tal só basta nascer no Nordeste. Uma espécie de determinismo geográfico, como se os fatores sociais, políticos e culturais não interferissem - de forma alguma – na construção da singularidade nordestina, que como bem sabemos é construída por todas essas questões associadas. E não somente “ser natural” de um lugar.

Isto porque:

Uma região não é uma delimitação natural, baseada em critérios objetivos, fornecidos pela geografia física, nem por uma essência cultural definida pela geografia humana. Uma região é antes, uma construção resultado de interesses – alguns convergentes outros divergentes – e agentes diversos (sociólogos, geógrafos, etnólogos, economistas, políticos, artistas ...) que disputam e/ou tecem alianças entre si para conquistar o poder de divisão de um espaço atribuindo-lhe identidade(s) (BARBALHO, 2008, p.75).

Assim, vale informar que historicamente houve uma fabricação de mecanismos, engendrados em vários campos que formaram uma verdadeira ecologia discursiva para o que venho chamando até aqui de estética da seca/miséria em torno da espacialidade nordestina. Essa ecologia discursiva instituiu e ainda institui visibilidades/dizibilidades no tocante às espacialidades do Nordeste que são sustentadas por elementos que alimentam a imaginação e ela por sua vez é capaz de ter uma ação direta na construção da realidade.

Dessa maneira, o Nordeste já traz consigo a ausência de neutralidades, visto que o tema “Nordeste”, permanentemente, é entrecruzado pelas multiplicidades de agenciamentos intercambiados pelas estratégias de poderes – simbólicos ou não - impostas ao espaço da Região Nordeste, como se a miséria, o atraso, a fome, a violência, a falta de desenvolvimento, tornassem esse Nordeste um espaço-vítima, como sempre fez e desejou a elite local.

Isso tudo, ainda modula configurações espaciais que, alocadas em uma máquina de expressão como a literatura, tanto que pode estruturar, engessar um campo mítico para a espacialidade nordestina. Assim como abastecer fluídos suficientes para desmontar todas as carapaças que acebolaram os Nordestes no Nordeste.

Dessa maneira,

quando se toma o objeto Nordeste como tema de um trabalho, seja acadêmico, seja artístico, este não é um objeto neutro. [...]. São configurações dentro daquele universo; são tipos e estereótipos constituídos como essenciais. Um espaço povoado por personagens que, como mitos, vencem o tempo que decreta seu fim e, quase sempre, só não existem mais concretamente, passam a ser mitológicos, permanecem como enigmas que se insinuam nas narrativas que os toma como objetos, que se esgueiram nas fímbrias dos textos e imagens; como perguntas que não querem calar [...]. No caso do Nordeste, sua mitologia, instituída por toda uma produção tradicionalista ou oligárquica, será agenciada, a partir da década de trinta, pelo discurso de intelectuais tanto ligados à esquerda como ligados aos setores burgueses da sociedade [...] (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2011, p.218).

Sendo assim, um outro Nordeste pode ser apresentado, fora da mitologização. Fora do espectro do canavial, dos bois adestrados para mover o engenho em ciclos sem fim e não permitir queimar o mel do tacho ou moer a cana para o melaço.

Nesse sentido, faz-se necessário entender que a leitura da obra também estabelece imagens, realidades para inventar uma espacialidade. Contudo, poucos pensaram uma nova epistemologia para o Nordeste que levasse em consideração a intervenção da crítica não só na intervenção interpretativa da obra, mas interfere também na hermenêutica do espaço, não só da geografia de um local. Dessa maneira, vale lembrar que,

Nordestina, portanto, é uma crítica que recusa qualquer atavismo, por essência provisória e não essencial, e que deve servir pra problematizar toda gênese apriorística e toda filiação substancializa; para rechaçar a articulação simplista que associa o Nordeste ao folclore, à natureza, à regionalidade, a formas de exterioridade sem distância, sem diferença, sem alteridade (JUSTINO, 2017, p.69).

Voltando ao trecho de *Galiléia* que nos apresenta o pensamento de Ismael sobre o sertão/Nordeste, percebemos que ele, ou quem sabe o autor Ronaldo Correia de Brito, encoberto pela fala da sua personagem; ignora que há sempre ranhuras, fissuras quando se trata de contatos entre culturas. Pois, diante de um fragmento desse, se faz urgente compreendermos que:

O homem não é um ser abstrato, que vive em levitação, mas se enraíza em espaços determinados, espaços que vêm assim funcionar como suporte de comunicação, de inter-relação, de organização de sentido e, enfim, de fecundidade: terra matriz e motriz. o homem 'pertence' a um espaço. ser de um certo lugar não expressa vínculo de propriedade, mas uma rede de relações (MENEZES, 1987, p.188 in PENNA, 1992).

Seguindo a mesma linha de pensamento, é só lembrar de Nestor Canclini (2011) em sua teoria de culturas híbridas e que nesse processo de hibridização o que acontece são trocas, agenciamentos, de maneira que não se pode conceber culturas puras. Essa problematização se torna cada vez mais presente nas discussões sobre a cultura, principalmente no contexto contemporâneo e em tempos de leituras baseadas a partir de um pensamento pós-colonial, que percebe a falta de fronteiras entre os mais variados tipos de cultura, já que temos intensas interações, apagando os limites entre as culturas: 1) popular, 2) de massa ou 3) erudita, visto que:

Os processos globalizadores acentuam a interculturalidade moderna, criam mercados mundiais e dinheiro, mensagens e migrantes. Os fluxos e as interações que ocorrem nesses processos diminuíram fronteiras e alfândega, assim como a autonomia das tradições locais; propiciam mais formas de hibridização produtiva, comunicacional e nos estilos de consumo do passado (CANCLINI, 2011, p. 31).

Tal percepção teórica nos ajuda a perceber, que no atual contexto de globalização, os contornos de “desterritorialização” (DELEUZE; GUATTARI, 2017) são intensificados, de modo que a ideia de representação de uma espacialidade – em nosso caso da representação do Nordeste – não pode se dá apenas levando em consideração a espacialidade geográfica ou o fato de nascer nele. Já que a representação é composta também de porosidades que precisam ser tomadas também como base analítica. Para, assim, depormos a forma de como o pensamento ocidental sempre constituiu/constitui a percepção de representação, que tinha/tem como gatilho o discurso generalista articulado com as camadas sobrepostas pelo exotismo, que parte de um “centro para periferia”, movimentando-se de um extremo ao outro como se não existisse nada nesse intervalo, eliminando singularidades e as complexidades no estar no mundo.

Assim, diante desses pressupostos, o devir-Nordeste só acontecerá quando o Nordeste, enfim, tiver seu fim, e para tanto deve-se decretar a “morte desse Nordeste”, tal qual preconiza Zaidan Filho (2003). E com ele morrer todo o estigma que lhe foi imposto pelos setores constitutivos pela história, pela cultura, pela sociedade, pela elite nordestina, que não compreenderam os entrelaçamentos, os agenciamentos possíveis no que tange à tradição/modernidade/pós-modernidade formadores dos elementos de urbanidade, que mesmo tardia, ardia em florescer no Nordeste, mas sempre retardada por um poder simbólico que insiste em condicionar a Região ao passado, ao atraso. É impositivo, portanto, a re-invenção do Nordeste por meio da escrita literária nordestina.

Nesse sentido, se faz necessário rizomatizar esse ecossistema hermenêutico para pensar o devir-Nordeste, por meio de uma outra leitura interpretativa, que afaste essa ambientação do estigma que lhe foi imposto por meio da invenção discursiva e histórica, como já apresentado. Partindo, dessa concepção, lembramos que para Deleuze e Guattari o devir equipara-se à multiplicidade. O devir promove intercambiamentos e agenciamentos.

Assim, um rizoma, um devir não é uma linha reta, um ponto fixo:

Devir é um rizoma, não é uma árvore classificatória nem genealógica.
Devir não é certamente imitar, nem identificar-se; nem regredir-progredir;
nem corresponder, instaurar relações correspondentes; nem produzir

uma filiação. Devir é um verbo tendo toda sua consistência; ele não se reduz, ele não nos conduz a “parece”, nem “ser”, nem “equivaler”, nem “produzir” (DELEUZE; GUATTARI, 2017, p.20).

A seca, a fome, a miséria, a pobreza, a violência, o cangaço, o padre, o senhor de engenho, o prefeito articulador e o corrupto, o “paraíba” usados para designar todo e qualquer nordestino, o cearense “gaiato”, o “baiano preguiçoso”, todos esses estigmas desenharam uma caricatura, formaram ecossistemas discursivos para o Nordeste e o nordestino. Na verdade, são uma espécie de adereços impostos, costurados diretamente em uma fantasia com a qual vestiram e ainda vestem o Nordeste ao longo da história seja por parte de intelectuais, pela mídia ou por intermédio de algumas instituições da região.

Todos esses adereços impõem uma rigidez, um ponto de fixação ao Nordeste, lendo essa espacialidade como raiz, que se verticaliza, reduzindo pontos de vista, quebrando sua horizontalidade, que pode ser interpretada por intermédio de uma leitura pautada na acepção do rizoma, que nos constrói possibilidades e conectividades. Pois, nessa linha interpretativa, tudo está associado a tudo, não contendo um ponto de partida ou de chegada.

De modo que, paradoxalmente, aquele Nordeste posto e imposto, a partir daquelas concepções preconceituosas da mídia e da própria elite nordestina – da qual Adonias faz parte -, não morre, apenas esmaece em seus pensamentos, com seus intervalos curtos. E tão logo está de volta à fazenda do avô, com todo o seu tom telúrico, de que tudo deveria ter estacionado no tempo e no espaço.

Há uma espécie de temor do narrador em aceitar a mínima possibilidade de que um novo Nordeste se estabeleça com uma cartografia que revolucione o espaço. Nesse sentido, para a Adonias, o sertão e o Nordeste se misturam, como se não houvesse distinção alguma. Para tanto, Ronaldo Correia de Brito faz questão de remontar o passado para, assim, descrever a espacialidade, como se essa só pudesse ser recomposta a partir de lá. E nesse “lá”, temos a mesma estrutura de formação para o Nordeste, homogeneizada, comum a vários outros romances:

Entretidos com o pastoreio dos rebanhos de gado, trabalho feito nos campos abertos, os primeiros colonos dos Inhamuns não ligaram para a construção das moradas, cuidando apenas que fossem anteparo para o vento e a chuva. De palha, as primeiras casas pouco diferiam das cabanas dos índios, e só mais tarde as substituíram por construções de taipa de largos alpendres. Chão batido de barro, móveis escassos, uma

mesa e cadeiras, baús em que se guardavam objetos de ouro e prata, redes penduradas em armadores de parede (BRITO, 2009, p.59).

Nesse trecho de *Galiléia*, o que temos é a linguagem sustentada por uma memória. Memória que sedimenta uma espacialidade geográfica num tempo, fazendo com que o espaço, no plano do agora, seja esvaziado fisicamente e de maneira proposital pelo narrador. Porque, na verdade, esse ambiente só existe em um lugar no passado e por meio da memória ele apresenta seu conflito com o que é visto nesse agora.

Conflito constituído justamente por não aceitar as mudanças. Por não aceitar a única coisa que é certa: tudo muda. Vale salientar que o “trabalho” de pastoreio descrito por Adonias era algo periódico, visto que esta função lhe era dada quando saía de férias para a fazenda Galileia.

Outra questão que esse fragmento nos remete está relacionada aos sentidos evocados a partir da construção espacial feita por Adonias, construção arraigada em uma espacialidade das reminiscências da infância. Mas, também nos fica notório que tais sentidos fazem com que

o geográfico, o linguístico e o histórico se encontram, porque buscamos analisar as diversas linguagens que ao longo de um dado processo histórico, construíram uma geografia, uma distribuição espacial dos sentidos (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009, p.32).

Dessa forma, Adonias ora se aproxima ora se distancia da sua infância vivida na fazenda Galileia. O que promove um movimento antitético, de sorte que essas aproximações da infância remetem Adonias ao sertão/Nordeste constituído a partir do seu imaginário, acionadas das lembranças da infância. E nesse movimento há uma tentativa de transposição direta do que se viveu, com aquilo que se vive no presente. Fazendo com que a ambientação se configure de maneira resumida.

Em contrapartida, quando ele se distancia dessa infância, na vida adulta o espaço urbano invade a anatomia da espacialidade na qual se presentifica. Porém, Adonias faz questão de negar para o Inhamuns urbanidade, que a modernidade é algo que não pode atingir tal espacialidade, ela precisa estar da mesma forma que foi deixada no passado, para que no presente venha ser revisitada, como em uma espécie de museu. Como se fosse possível empalhar toda uma espacialidade.

Desse modo, Adonias força o aprisionamento do lugar, do geográfico naquela outra configuração desejante. Por isso, o enredo acaba enveredando pela conexão do sertão/Inhamuns/Nordeste com um “lugar telúrico” (ZAIDAN FILHO, 2003, p.23) ambiente idílico de uma memória, de um passado raiz, que se finca a mapeamento fixo, fechando a espacialidade em si mesma, em estigmas. Uma demarcação essencialista do sertão/Nordeste.

Diante dessa linha de raciocínio, não há lugar para uma percepção rizomática do Nordeste, percepção que possa alargar fronteiras, derrubar estigmas, gerando um devir-Nordeste. É interessante ressaltar que o Nordeste não é um aquário, onde tudo está quase do mesmo jeito, sempre arrumadinho com tudo em seu devido lugar. E, mesmo assim, arriscaríamos afirmar que até aquários têm seus polimorfismos. Com uma Região não é diferente.

O Nordeste é um oceano, múltiplo, diverso e que deve ser compreendido a partir de suas complexidades. Seja essas em suas terras rasas, de onde se pode enxergar com mais nitidez, seja em suas profundidades abissais, lugares turvos e de pouca iluminação. Assim como não se pode anular os lugares desse intermeio, entre o raso e o abissal, do oceano configurado como Nordeste. E que sempre estiveram ali, mas nunca apreciados como se devia, pois os olhares daqueles que veem, mas não enxergam, a espacialidade nordestina sempre fixou sua visão na bipolaridade da aridez do sertão e da umidade das terras que “emanam leite e mel” da “nova Canaã” da cana-de-açúcar e do cacau. Essas últimas, relacionadas às elites locais, que procuraram firmar tudo fixidez de um passado.

Dessa forma, uma nova hermenêutica para o Nordeste precisa seguir uma leitura rizomática, fazendo outras conexões, não decorando traços, marcando caminhos. Mas elaborando teias, agenciamentos, fluxos que reneguem a instalação do Nordeste em um espaço calcado no: “Chão batido de barro, móveis escassos, uma mesa e cadeiras, baús em que se guardavam objetos de ouro e prata, redes penduradas em armadores de parede” como se descreve no romance *Galiléia*. E por intermédio desse pensar rizoma, entender que o asfalto, o piche, as luzes, a tecnologia, a globalização - com todas as suas consequências - semiotizam, estabelecem interfaces para que haja um devir-Nordeste. Já que, “um devir não é uma correspondência de relações. Mas tampouco é ele uma semelhança, uma

imitação, em imitação e, em última instância, uma identificação” (DELEUZE; GUATTARI, 2017, p.24). O que não se perceber no trecho a seguir do referido romance:

Paramos para mijar. O motor do carro ficou ligado, os faróis acesos. Um cheiro bom de mato entrou pelo meu nariz, trazendo a lembrança de nomes de plantas. Deleitei a memória. [...]. Lembro o nome dos ventos: Terreal, Aracati, Nordeste, Graviúna. [...]. Os cavalos mijam assim, baixam as pernas traseiras e disparam um jato potente, furando o chão, formando um riacho que escorre para longe. Sobre um cheiro sufocante. Deleto da memória (BRITO, 2009, p.18).

Nesse fragmento, notamos o quanto nosso personagem/narrador demonstra um sentimento paradoxal no tocante à sua origem: ora o cheiro do lugar é bom, ora sufocante. Em um momento ele “deleita a memória” e procura seguir o seu fluxo de reminiscência; noutro “deleta a memória”, como se houvesse uma forma de apagamento. Mas tudo fica em uma tentativa. E por meio dessa dubiedade, impede um devir para a Região, que nos apresentasse novas nomenclaturas mentais, para daí reelaborarmos cartografias constituídas por zonas de fugas, para que uma nova metafísica nordestina se estabeleça a partir da literatura do próprio Nordeste. Destituindo, assim, a perspectiva do enredo monológico estabelecido por uma escrita literária canônica, que sempre apregou historicamente a manutenção das relações de poder estabelecidas pelas antigas oligarquias que disputavam o poder – político, econômico e cultural - na faixa territorial do antigo Norte.

Uma nova epistemologia para pensar o Nordeste, é urgente. Só ela consegue ir de encontro aos mais variados modos de exclusão que foi imposto aos seus habitantes. De maneira que nega uma plurissignificação nas formas de dizer/mostrar/representar/configurar esse Nordeste, estabelecido, intermediado pelas nódoas da marginalização espacial. Dito desta forma, é bom rememorar que Deleuze (1992), em *Conversações*, ao tratar sobre o desejo nos informa que:

Se não se montar uma máquina revolucionária capaz de se fazer cargo do desejo e dos fenômenos de desejo, o desejo continuará sendo manipulado pelas forças de opressão e repressão, ameaçando, mesmo por dentro, as máquinas revolucionárias (DELEUZE, 1992, p.15).

De alguma maneira a escrita literária nordestina faz parte da constituição dessas “máquinas revolucionárias”. Visto que essa modalidade da escrita, consegue potencializar “os fenômenos de desejo”, pois a escrita elabora o existir, por meio da

força criativa. Mas, a escrita nordestina produzida até então, não consegue avançar na elaboração de um devir-Nordeste.

Em outra passagem de *Galiléia* fica mais evidente esse aspecto, nesse caso há uma aparente negação do espaço local, do Nordeste como ele foi inventado. Contudo, não passa de um aparente indício. Dizemos isso, porque é visível marcas do contemporâneo e de elementos que possam nos remeter a um ambiente demarcado pelas engrenagens maquinicas da modernidade:

As folhagens iluminadas pelos faróis lembram um campo nevado. Não acho graça na comparação. As chances de chegarmos antes das nove horas se tornam remotas, por conta da estrada ruim. Os jornais de televisão demonstram o abandono todos os dias. Podemos ser assaltados na próxima curva, por bandidos armados de rifles, em caminhonetes importadas como a nossa (BRITO, 2009, p.9).

Adonias ao mesmo tempo em que pensa ter feito uma comparação fora de contexto, também vai firmando que o seu sertão/Nordeste parece permanecer o mesmo. Terra abandonada. A violência que pode chegar de repente e muito bem equipada “de rifle” e de “caminhonetas importadas”. Desse modo, o que temos aí nessa descrição é uma espécie de neocangaço.

Portanto, o que se mudou foram as peças sociais, as roupagens, contudo, a prática simbólica do poder, por intermédio do crime, da violência, permanece como estigma do povo nordestino. Mas o mesmo Adonias “esquece” das formas de violências encravadas em seu seio familiar: do tio que tentou matar a esposa para ficar com uma amante e que, por isso, enlouquece, do estupro de um dos seus primos feito por outro tio e abafado pelos chefes da família, de sua ação em tentar matar um dos primos nessa nova visita à fazenda, etc. Desse modo, ele trata a violência como se ela fosse sempre algo externo. A violência está no outro. A violência é o outro. E essa modalidade é que é monstruosa e infernal.

Nesse sentido, vejamos o seguinte trecho:

[...] Somente quando passavam os mascates libaneses, “os turcos”, com malas cheias de tesouros, parecendo a caverna de Ali Babá, Maria Raquel dava-se ao luxo de gastar em pentes, marrafas, vidros de perfume, batons ruges, tecidos, cordões de ouro, anéis, espelhos e outras bugigangas. Nosso avô vigiava de longe, louco que no meio dos panos brilhasse a prata de algum punhal, ou cano de um revólver, objetos atraentes para os homens. Mas nos caixotes e malas dos árabes, transportados em lombos de burros e jumentos, não existia quase nada do gosto masculino (BRITO, 2009, p.57).

Fica-nos evidente que há, por parte do velho Caetano, uma ansiedade por instrumentos que possam demarcar e de impor o seu poder intermediado pela força da violência. Violência atrelada ao homem, ao macho da família, simbologia que demarca elementos de uma sociedade patriarcal, falocentrista que, de alguma forma, o romance insiste em fincar como marca do Nordeste. O Nordeste do atraso, do passado, da tradição, que a elite insiste em manter intacto, no museu do empalhamento espacial instituído pela memória.

Por isso, o assombro de Adonias diante do medo, de ser assaltado. Crime por assalto, na configuração imaginada por nosso narrador é algo de cidade, de lugar desenvolvido, mas que para o Nordeste, para o sertão do Inhamuns é algo que não é aceitável, mas em uma configuração de cangaço seria, quem sabe, “normal”. Seria uma violência nordestina, na base do punhal, da peixeira de cabra macho. E com essa configuração faria sentido, mas com caminhonete, com armas potentes, no modelo de milícias, tal como foi posto no fragmento apresentado aqui, é um tipo de violência inaceitável. Para Adonias nem a modernização do crime é aceita como uma forma de pensar o Nordeste inserido em um contexto de globalização, no qual tudo é fluído.

Daí a justificativa do narrador evocar a paisagem do seu passado, já comentado anteriormente: como guardador de cabras, ele se transpõe às paragens de vaqueiros, gados, pastagens: “Substituíram as pastagens de gado dos sertões por plantios de maconha” (BRITO, 2009, p.9). Nessa citação, fica evidente que o que muda é apenas o tipo de latifúndio. Visto a violência e a exploração será a mesma dos outros tempos.

No passado, era o verde da cana-de-açúcar que povoava o Nordeste, ou no caso do romance aqui em questão as grandes propriedades preenchidas pela criação de animais para o corte. E na atualidade o arrendamento das terras por traficantes para o plantio da maconha demonstra que a exploração e a opressão ainda assolam e assolarão o nordestino, de maneira que as desigualdades sociais ainda irão pairar sobre a Região, todavia é bom lembrar que tais questões, no passado e no presente, não são privilégios apenas de uma faixa de terra que comporta nove estados. Nesse sentido, o que o constatamos é que na

contemporaneidade o crime organizado continua impondo seu poderio. De modo, que o Nordeste é um dos seus ramos.

Assim, nos é certo, e fácil de constatar, que os limites entre contexto urbano e rural são quase inexistentes. Até porque, estas duas espacialidades estão inseridas no bojo da globalização e no mundo do mercado. E nesse sentido, a violência tornou-se também uma espécie de moeda de troca, de modo que as fronteiras entre esses dois mundos são derrubadas.

Diante disso, o narrador do romance demora a perceber que o sertão/Nordeste é uma engrenagem, é um *link* nas teias dos processos globalizantes. E não se tem como voltar, mesmo com suas imersões nas lembranças. Lembranças que pouco servem para reconectá-lo àquela ambiência primeira, se é que ela existiu de verdade ou ainda existe.

Ronaldo Correia de Brito, com *Galiléia*, tende a se aproximar das ideias que alguns autores nordestinos fomentaram na prosa de trinta um Nordeste arraigado aos efeitos ofertados pela geografia ou os vitupérios impelidos pelo clima. Porém, alguns deles esqueceram, que tais elementos somados aos aspectos políticos e sociais, estabeleceram à escrita literária nordestina o que venho denominando de estética da seca e da fome. Ronaldo Correia de Brito força uma narrativa no “geografismo”, termo utilizado por Nelson Werneck Sodré (1995), mas esse aspecto da narrativa do passado acaba se tornando uma sombra, um espectro atormentante, que por meio da memória do seu narrador remete a esse debate no campo literário.

Tanto é que, de maneira concreta, em algumas cenas do enredo, temos um narrador/personagem/autor que vai chamando a atenção para as casas modificadas em suas arquiteturas, que além de suas estruturas esbanjam as antenas parabólicas. São terras atravessadas por rodovias e nelas mulheres pilotando motos ao invés de homens em cavalos, tangendo bois. Além disso, a possibilidade de na fazenda já ter internet. A fábrica de redes gerenciada pela avó oferta emprego para mulheres, que agora impulsionam localmente parte da economia.

Ronaldo Correia de Brito tenta nos apresentar, por meio de Adonias, a possibilidade de enterrar o Nordeste Maior, aquele que foi inventado, desenhado

pelo cinza da seca, da fome, da miséria que sempre impregnaram o imaginário do senso comum/midiático no que tange a esta espacialidade. Mas, na verdade tudo não passa de um simulacro. Uma falácia narratológica. O desejo fundante, ao que nos parece, é conservar os mapeamentos desse passado como uma forma de manutenção perene daquela geografia que foi imposta ao se invencionar o Nordeste, como fazem questão de nos representar ainda hoje. Como se uma região, só pudesse ser lida e compreendida a partir desse único ponto de vista e, que, portanto, não pudesse ser pensado de uma outra maneira, por todos esses ares de mudanças que parecem fazer com que o Nordeste – pouco a pouco – comece a flertar com um outro Nordeste e seu devir incondicional. Contudo, o narrador faz questão da antiga configuração. Ao afirmar que a espacialidade do sertão/Nordeste não é um lugar civilizado:

Cadê as glórias do passado sertanejo, exaltadas por genealogias e historiadores? Só me caberia um cemitério insignificante, num lugar esquecido. Odiei o sertão, sua miséria e abandono. Eu desejava os bens mais primários da civilização: água, um banheiro revestido de cerâmica, chuveiro e bacia sanitária. Só isso (BRITO, 2009, p.74).

Diante dessa descrição, não há espaço para o intercultural, nem para um mínimo de hibridização, como se o novo não se intercambiasse com o velho. Algo que também se reproduz dentro dos umbrais do casarão, já que lá temos Raimundo Caetano que parece ser a metáfora da resistência do Nordeste arcaico. O moribundo Caetano é o maior símbolo desse choque entre culturas, já que não compreendia bem essa nova contextualização do espaço no qual vivia.

Nesse sentido, sua resistência à morte é, de alguma forma, uma resistência ao patriarcalismo que persiste em continuar na respiração do velho Raimundo. É o Nordeste da estética da fome que não morre. E que, de alguma maneira, é a memória fixa de Adonias. Essa forma de pensar, de maneira direta ou indireta, reforça a visão de um culturalismo conservador, que por meio de uma escrita pautada no Romantismo/Realismo/Naturalismo sempre procurou fazer com que o Nordeste mantivesse a mesma configuração, a mesma paisagem intocada. Contudo, em relação ao Nordeste e sua paisagem é importante lembrar que

uma região não é uma delimitação geográfica natural, baseada em critérios objetivos, fornecidos por uma geografia física, nem uma essência cultural definida pela geografia humana. Uma região é, antes, uma construção resultante de interesses – alguns convergentes, outros

divergentes – e agentes diversos (sociólogos, geógrafos, etnólogos, economistas, políticos, artistas...) que disputam e/ou tecem alianças entre si para conquistar o poder de di-visão de um espaço atribuindo-lhe identidade(s) (BARBALHO, 2004, p.156).

Representação aqui não é um preceito que está relacionado à concepção de “cópia da realidade” ou uma mera “reprodução do real”, ou ainda, à acepção de algo que se apresenta desconectado do concreto e associado apenas ao mundo das ideias. À vista disso, entendemos representação como algo integrante do real. Até porque as representações nos fazem “ver e crer, conhecer e reconhecer, e na luta em torno delas, da capacidade de elaborá-las e impô-las ao coletivo, está em jogo a capacidade de impor um sentido consensual [...]” (BARBALHO, 2004, p.156).

Ao ler o romance *Galiléia* vamos percebendo que sua narrativa vai cortando o sertão de Inhamuns, Ceará, como uma espécie de bisturi - para fazermos referência à profissão do nosso narrador -, que, nesse sentido, seria, quem sabe, uma espécie de “segundo eu” de Ronaldo Correia de Brito. No entanto, esse bisturi é linear e ao abrir o corpo desse Nordeste acaba mostrando mais do mesmo para a região: seus costumes, suas crenças, suas famílias tradicionais, dentre outros aspectos que alocam o Nordeste dentro dos mesmos signos emblemáticos invencionados.

Na verdade, o corte desse instrumento era para ser difuso. Labiríntico. E como isso não acontece, nossa leitura precisa ser. Daí nos acostarmos a alguns elementos analíticos propostos pela “esquizoanálise”, como foi o caso da concepção de rizoma. O que oferta um caráter rizomático a essa nossa enunciação. Pois:

Num rizoma, ao contrário, cada traço não remete necessariamente a um traço linguístico: cadeias semióticas de toda natureza são aí conectadas a modos de codificação muito diversos, cadeias biológicas, políticas, econômicas, etc., colocando em jogo não somente regime de signos diferentes, mas também estatutos de coisas (DELEUZE; GUATTARI, 2017, p.22).

Assim, em *Galiléia*, ao passo que as personagens vão se aproximando da fazenda, destino final dos primos. As tensões e os percalços vão aumentando, quase nada vai se resolvendo. Ao contrário, tudo se complica cada vez mais. E a viagem para o aniversário, mote do enredo, vai se tornando uma sombra ante o caos vivido por Adonias diante da espacialidade sertaneja/nordestina que no presente o cerca. Já que “tudo se assemelha ao passado, até os caminhos repetidos e o

silêncio dos mortos, fantasmas que andam como ando, ansioso e de humor deprimido” (BRITO, 2009, p.8).

Nesse sentido, são as memórias que vão sobrepondo as histórias desse enredo e criando uma *polifonia* da qual falava Bakhtin (2000), alimentando o ritmo da narrativa, que ganha contornos psicológicos, mas se reduz os elementos plásticos e sensoriais.

E de como esse sertão, que deveria ser o símbolo de identidade para os primos, acaba gerando neles um incômodo. Isso porque, identidade é diferente de “singularidade”, no modo como traduzem Deleuze e Guattari, visto que ela elabora possibilidades de desterritorialização e reterritorializam, e não é isso que observamos nas personagens, apesar do esgarçamento dos laços familiares nessa volta à fazenda Galileia. Também não há um desmonte de símbolos arcaicos que constituem a organização de tal espacialidade, e que, de alguma forma, foram unidos para fundar o conceito de Nordeste do coronelismo, da seca e da exploração, elementos impostos também pela discursividade literária.

Nesse sentido, voltar às origens não é uma pacificação, mas também não é uma hibridização de sentimentos, já que as memórias entres os primos, e, principalmente as de Adonias não são tão agradáveis. Essas memórias acabam entrecruzando-se, estabelecendo, dessa forma, uma angústia terrível na personagem central do livro.

[...] A memória longa (família, raça, sociedade ou civilização) descalça e traduz, mas o que ela traduz continua a agir nela, à distância, a contratempo, ‘intempestivamente’, não instantaneamente (DELEUZE; GUATTARI, 2009, p.34).

Nesse sentido, é importante estabelecer uma nova metalurgia do ver, já que “nosso corpo é uma usina” com seus “fluxos maquínicos”, como afirmam Deleuze e Guattari em *O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*, podem ser aplicadas nessa percepção de devir-Nordeste que propomos nessa metalurgia em forma de tese apresentada até aqui. Pois,

[...] o que há por toda parte são as máquinas, e sem qualquer metáfora: máquinas de máquinas com as suas ligações e conexões. Uma máquina-órgão está ligada a uma máquina-origem: uma emite o fluxo que a outra corta... é assim que todos somos '**bricoleurs**' cada um com as suas pequenas máquinas. Uma máquina-órgão para uma máquina-energia, e sempre fluxos e cortes... Algo se produz: efeitos de máquinas

e não metáforas. Tudo é máquina; Máquinas celestes, as estrelas...Barulho ininterrupto de máquinas...Ser uma máquina clorofílica ou de foto-síntese ou, pelo menos, fazer do corpo uma peça de tais máquinas. Lenz colocou-se para cá da distinção homem-natureza... Não vive a natureza como natureza, mas como processo de produção. Já não há nem homem nem natureza, mas unicamente um processo que os produz um no outro, e liga as máquinas. Há por todo o lado máquinas produtoras ou desejanças, máquinas esquizofrênicas, toda a vida genérica: eu e não-eu, exterior e interior, já nada querem dizer [...] (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p.7).

A máquina, “máquina de guerra”, é um dos princípios teóricos, além dos conceitos que surgem a partir da ideia de rizoma, ricos para os filósofos Gilles Deleuze e Félix Guattari. O mesmo não tem uma relação direta com os preceitos bélicos de uma Nação, todavia conecta-se bem com os princípios em torno da perspectiva da inventividade e potencialidade que dela advém. Potência conectada a uma movência, que os filósofos chamam de nomadismo, que desenvolve aderências que colaboram na criação de fissuras nas formas de fazer dessas máquinas do Estado, gerando porosidades que sacodem as estruturas, promovendo, dessa forma, zonas/linhas de fugas dentro dos sistemas dominantes.

Em um sentido mais amplo, a literatura como máquina de expressão precisa agir como essa máquina de guerra, combativa com o intuito de abrasar até o limite as fissuras das maneiras como se figuraram a Região Nordeste. Contudo, é bom termos sempre em mente que o nômade a partir de sua forma singular de estar no mundo, ao criar sua máquina de guerra, de uma forma ou de outra, também elabora seu próprio território.

Dessa maneira, associar o conceito de máquina de guerra à literatura e ao modo como o Nordeste foi constituído, é, sem dúvida, estabelecer uma leitura desarranjadora para a invenção dessa espacialidade que historicamente sempre foi posta em uma posição de marginalidade. Assim,

o conceito de máquina de guerra, à medida que seus escritos criam aberturas, zonas de intensidades, dentro e fora do espaço ficcional, desarranjando e desterritorializando as estruturas, as formas, as identidades, as categorias, potencializando as forças inventivas em favor de um novo olhar, outras formas de existência. A máquina de guerra é um modo de resistência dos nômades primitivos para não se deixar capturar pelo Estado e todos os seus códigos sociais. É na resistência da máquina de guerra nômade a um modo institucional de conduzir a vida, criando novas chances existenciais, que encontramos ressonâncias com a literatura [...] (COSTA; BRITO, 2018, p.74).

A escrita literária nordestina, seja em prosa ou em verso, como já

apresentamos anteriormente, sempre foi perseguida por olhares hermenêuticos que sempre se pautaram em uma semiotização agreste de tal espacialidade, um lugar opressor e que opera contra seus habitantes.

Desse modo, a narrativa literária do/sobre o Nordeste foi erguida com essas características e tendo uma contextualização de terra arrasada, de uma sociedade abarbarizada, aspectos que acabam aproximando os enredos nordestinos de um lugar permeado pela distopia causada por condições climáticas. E seus literatos que criam tais narrativas, os críticos que analisam a produção estética praticada nessa região, as elites locais, o senso comum no interior da região, algumas alas da academia e de intelectuais, assim como os mais variados tipos de mídia; são responsáveis pela construção agrestinóide do Nordeste. Como vimos, a narrativa de trinta emerge desses grupos locais e passam a entrecruzar alguns pontos de vista, dentre eles aqueles relativos ao campo psicológico e sociológico.

Nesse caso, do romance nordestino, irão se cruzar a crise de uma sociabilidade como a de uma intelectualidade tradicional, o problema individual de filhos de proprietários rurais, em crise, com o problema equacionado como 'problema regional' pela produção sociológica freyreana e toda uma produção discursiva anterior. A desterritorialização pessoal e social se cruzam, tornando este romance um discurso que visa formar uma consciência crítica e ser uma atividade participante nas transformações históricas do país, seja para barrá-las, seja para dirigi-las numa dada direção (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p.126).

Todos esses setores constituem a força propulsora do "poder simbólico" (BOURDIEU, 2000) que dobra, redobra, molda o Nordeste como se faz na prática de um origami, só que nesse caso a modelagem espacial não está apenas em uma representação, mas em várias.

Isso porque, esse poder simbólico instala-se em todos os âmbitos institucionais, ele encontrou diversas embalagens sociais para se instalar na trama da construção espacial. E estabeleceu novas técnicas de dominação, de opressão do lugar, trabalhando nele arduamente para intensificar o seu campo de ataque.

Desse modo, o poder, desde a modernidade e ainda na contemporaneidade, descobriu meandros, encontrou zonas, revelou-se em paragens que até então eram desconhecidas por estarem em uma ambiência micro da sociedade, e, até então impenetráveis. Contudo, após, essa penetração ele surge e impacta ainda mais o

macrotecido social, tomando uma amplitude inimaginável. Assim, o poder simbólico é como uma marca d'água em uma nota, está lá quase que imperceptível, indelével, mas sem ela a cédula perderá todo seu valor monetário.

Por isso, o poder simbólico, configurado por todos aqueles agentes sociais acima citados, acaba fabricando identidades, que vão cristalizando o indivíduo em sua espacialidade, o fixando, o enraizando em uma gama de estigmas associados, erroneamente, a um determinado lugar. E, assim, o indivíduo vai se distanciando, se afastando cada vez mais da atmosfera política que o colocou nessa configuração, já que ele se torna cada vez mais uma peça diretamente conectada à maquinaria econômica.

Isso posto, não temos mais um sujeito que ocupa um espaço em uma região do país, temos, portanto: o nordestino que, na maioria das vezes, se resume ao “sertanejo”, ao “paraíba”, ao “baiano”, ao “cabeça chata”, aquele que é “atrasado” e que “não domina a tecnologia” violentando, dessa forma, as singularidades nordestinas. Como se tais singularidades fossem elementos meramente esparsos e apenas racionalizadas por uma ecologia tão-somente geográfica, esvaziada de historicidade.

A partir da incidência de tais aspectos, vemos que se torna ainda mais complexa a desconstrução dos discursos preconceituosos no que tange à confecção desse espaço chamado Nordeste e a maneira como a ficcionalidade proposta pela produção artística dessa escrita seguiu desenhando somente a aridez em uma espacialidade que tem em sua essência a multiplicidade, seja ela: 1) paisagística, 2) climática, 3) econômica, 4) social, 5) cultural e 6) ideológica, etc. Mesmo assim, as escritas – da crítica ou a da própria literatura - estabeleceram narratologias que descreviam o Nordeste como uma região composta por anomalias, principalmente climáticas e paisagísticas, e, que, de certa forma, desfavoreciam os nordestinos e a sobrevivência nessa espacialidade, tanto que ela acaba “expulsando” o homem de sua terra, promovendo uma verdadeira diáspora. O Nordeste, dessa maneira:

é definido como “uma província literária”, legitimando assim não a identidade do romance como nordestino, como a própria ideia de Nordeste, por ‘possuir uma literatura própria que é expressão de sua verdade’. A literatura seria a expressão do ‘espírito’ de cada área. A

literatura paulista era uma literatura de aventura e de conquista, assim como o 'espírito bandeirante'; já o romance nordestino era rústico, inculto e forte como aquela área" (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p.125)

Dessa maneira, tais narrativas favoreceram à invenção discursiva desse lugar destrutivo, espaço no qual só os "fortes", só aqueles que são "hercúleos" – para usarmos aqui expressões de Euclides da Cunha em *Os sertões* – sobrevivem, caso contrário a morte lhe é antecipada como verdade absoluta. Assim, não podemos negar que os inventores do Nordeste, tal qual fez Platão n' *A República*, expurga qualquer significante que possa se remeter à sensibilidade, à fraqueza, visto que a brutalidade, a incivilidade são constituintes preponderantes para a montagem dos princípios norteadores dessa Região.

Nesse sentido, os aspectos acima descritos, como já sinalizados em outros momentos de nosso estudo, tornaram-se relevantes para quem queria uniformizar o Nordeste como o lugar da tradição, reforçando, de maneira massiva, uma fala cada vez mais deslustre para essa topografia. O que favoreceu ainda mais os preconceitos, otimizando uma real conspurcação discursiva em torno não só do lugar físico que o Nordeste representa, mas também do lugar simbólico que tal espaço habita.

Tudo isso, intermediado por inúmeros signos, como: o sol escaldante, a fome, a pobreza, o cangaço, a seca, a religiosidade, a imagem da cidade pequena e sem desenvolvimento, a figura do coronel, a aversão a qualquer tipo de modernização que, metonimicamente, conectam a região nordestina a uma espécie de museu vivo da tardança e da exiguidade. Esses signos, portanto, remendam na verdade um grande cobertor que encobriu e inibiu outras possibilidades de olhar para o Nordeste. E, por isso, ainda diz pouco sobre o quanto é plural o antigo Norte brasileiro.

Diante de toda essa reverberação discursiva em torno da Região Nordeste, uma nova exegese para os romances produzidos no Nordeste, como uma possibilidade de (re)enxergar essa espacialidade e capturá-la com outras lentes. Assim, reconfigurar a hermenêutica nordestina elaborada até aqui. Para que ela se torne uma rota de fuga e desmonte os signos que inventariaram nossa literatura.

Nesse sentido, faz-se necessária uma epistemologia que se redesenhe e se reinterprete esse espaço tido como regional. Só dessa forma, poderemos promover uma espécie de *reset* no jogo narrativo em torno do Nordeste e fazer com que surja um outro Nordeste que, mesmo estando sempre inserido no Nordeste, se fez muita questão de não o tornar manchete, de não o descrever, pois caso contrário suas potencialidades também viriam à tona.

5. IN/CONCLUSÕES

n/Conclusões. Sim. Inclusões. Cabe bem como título para esse tópico da tese. Isto porque diante da complexidade do tema aqui exposto, não há como meramente concluir ou simplesmente apresentar considerações que sejam finais. Todavia, é umbilical a toda e qualquer pesquisa produzir um “desfecho”, “um ponto quase final”. Compreende? Estabelecer algo que possa ser entregue a quem deter esse estudo em suas mãos. Partindo desse pressuposto, afirmamos que a investigação não pode ser fechada em si, visto que ela se converte na irreverência benéfica da incompletude, que “estabiliza” a produção do saber em um *ad infinitum*.

Assim, diante dessas duas faces, deixaremos, nesse último momento da tese, apontamentos que sinalizem o processo da construção do nosso pensamento em relação aos conceitos estabelecidos sobre o Nordeste – na literatura brasileira do passado e do aqui/agora - e, dessa feita, sugerir um olhar diferenciado, rizomático mesmo, para os Nordeste representados na escrita da prosa ficcional que tematiza essa região múltipla/diversa e potente.

Deleuze e Guattari, com sua esquizoanálise, nos acompanharam até aqui, na escalada, na busca de uma leitura do Nordeste fora do pensamento canônico. Fundido sob o espectro da miserabilidade. Sob o espectro do Nordeste Maior. Tosado com a ajuda de uma estética da seca. Pensamento de um Nordeste fabricado com o discurso dos escritores – romancistas ou não –, que esquentaram e requentaram suas falas no tacho do melaço.

De maneira direta, esses filósofos calçaram nossa estrada crítico-literária rumo às obras comentadas e analisadas nesse estudo, para que pudéssemos compreender como a Região Nordeste pode ser capturada pelo próprio Nordeste e pela Nação. Como ela pôde/pode ser forjada dentro de uma semiose intercambiada, agenciada por sistemas que se entrecruzam nos mais variados sentidos e interesses.

Sejam eles políticos, econômicos, sociais, históricos, culturais, críticos, e;

sobretudo, literários. Para tanto, foi fundamental, nesse estudo nos apropriarmos dos conceitos de rizoma e de literatura menor, propostos por esses dois filósofos franceses. Eles nos ajudaram na elaboração desse olhar que procurou romper com as descrições estereotipadas conectadas a essa Região, postas e impostas, em muitos casos, pela própria narrativa literária local, pela mídia, que historicamente foram acebolando a espacialidade nordestina em várias camadas. Nesse sentido, procuramos visitar algumas dessas camadas que compõem o Nordeste. Mas, há muitas outras para serem revisitadas.

Desse modo, é importante atentarmos que o Nordeste nem sempre existiu, de maneira que esse é um conceito fabricado na modernidade brasileira. E que depois de constituído, institucionalmente, emergiu, no contexto da sociedade brasileira como um axioma da tradição e do atraso. Dito dessa forma, o Nordeste – a partir dessa gênese conceitual – nasce grávido da pobreza e com o seu destino fadado a ser uma Região carregada feito um morto sobre as costas do Brasil.

Esse pensamento conceitual foi extremamente explorado por todos os setores do país e também dentro do próprio Nordeste como uma disputa pelo poder e controle interno. Seu uso foi manejado como uma máquina discursiva de espoliação das potencialidades da ambiência nordestina. Fabulando, assim, preconceitos que ainda insistem/resistem em pleno século XXI. Século da tecnologia e do acesso à informação. Século que no campo cultural propõe hibridismos, amálgamas, fluxos de agenciamentos cada vez mais voláteis e de alta circulação fluídas, mas que parece ainda não vislumbrar que o Nordeste também segue tais movências, de maneira que sempre acompanhou/acompanha avanços e retrocessos nesse *continuum* contexto social brasileiro.

Contudo, nosso estudo não esteve imbuído sob a égide “da síndrome do resgate”, “da salvação” do Nordeste ou de um pensamento essencialista, como defendiam Gilberto Freyre, Djaci Menezes, alguns dos escritores da literatura de trinta e alguns folcloristas. Não, de forma alguma. Até porque, como demonstramos, sempre houve outros Nordestes dentro do Nordeste. E que poderiam nos apresentar uma escrita nordestina urbana, conectada à modernidade, bem como aos seus problemas e às situações complexas e que poderiam pertencer a qualquer espacialidade brasileira, não só pertencente a um lugar geograficamente localizado

e com seus fatores climáticos particulares.

Em contrapartida, demonstramos escrituras contemporâneas – como foi o caso de *Galiléia* de Ronaldo Correia de Brito – que estaciona o Nordeste no espaço da memória, do saudosismo em defesa de uma homogeneização cultural nordestina, que nunca houve e que não há, frente a todo o processo de globalização.

Como uma forma de defesa da identidade nordestina, mas negando a singularidade que o Nordeste em sua menoridade apresenta e sempre apresentou. *Galiléia* poderia ter avançado no intuito de quebrar com os paradigmas que impuseram ao nordestino e sua espacialidade.

O romance tinha personagens complexos, inclinados aos *modus operandi* da globalização e suas nuances. Contudo, o autor escolhe manter a dicotomia, estabelecida no bojo da ambivalência entre o moderno e o conservadorismo. Dessa maneira, a obra ler a espacialidade nordestina fora do campo da alteridade. Fora de uma outridade. Negando o devir-Nordeste.

Nesse sentido, ratificamos a necessidade de romper com essa visão para a espacialidade nordestina. E a literatura, máquina de expressão, é um braço importante para rompermos com a estética da fome que impregnou o Nordeste. Pois a literatura, possibilita criação de existências, de realidades.

Deve ser por meio de uma interpretação que ela pode sugerir e dela erguer insurgências para um re/desenho cartográfico para o Nordeste. Extrapolando, dessa maneira, as demarcações meramente geográficas, climáticas. Isso porque, como máquina de expressão, a literatura usa suas maquinarias, suas engrenagens, de maneira que elas podem impulsionar as potencialidades intrínsecas à Região Nordeste.

Daí, essa tese ter procurado abrasar, friccionar, limar os mais variados conceitos que confabularam para essa Região e remover deles, ao menos, parte dos seus decalques firmados a partir de sombreamentos discursivos que impedem o devir-Nordeste. Diante dessa questão, não cabe ao pesquisador “salvar o Nordeste”, “resgatá-lo”, mas nos é impositivo sugerir desvelamentos.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **A feira dos mitos**: a fabricação do folclore e da cultura popular (nordeste 1920-1950). São Paulo: Intermeios, 2013.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2011.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **Nordestino**: uma invenção do falo; uma História do gênero masculino (Nordeste-1920/1940) 2.ed. São Paulo: Intermeios, 2013.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar**: as fronteiras da discórdia. São Paulo: Cortez, 2012.
- ALENCAR, J. de. **A bagaceira**. 43.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.
- ALENCAR, J. de. **O sertanejo**. São Paulo: Ática, 1995.
- ALMEIDA, J. M. G. de. **A tradição regionalista no romance brasileiro: 1857-1945**. 2.ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.
- ANDRADE, M. C. de. **O Nordeste e a questão regional**. São Paulo: Ática, 1988.
- ANJOS, M. dos. **Local/global**: arte em trânsito. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- ARAÚJO, H. H. de & OLIVEIRA, I. T. de (orgs.). **Regionalismo, Modernização e Crítica Social na Literatura Brasileira**. São Paulo: Nankin, 2010.
- ARAÚJO, H. H. de; OLIVEIRA, I. T. (orgs.). **Leituras sobre regionalismo e globalização**. In: Imburana – revista do Núcleo Câmara Cascudo do Estudos Norte-Rio-Grandense/UFRN. N.7, jan./jun, 2013.
- ARAÚJO, P. M. **Os sertões infinitos de Rosa e Suassuna**: estética hiper-regional na literatura brasileira. Curitiba: Appris, 2013.
- ARAÚJO, P. M. **O hiper-regionalismo nas literaturas de Língua Portuguesa**. Olinda: EDUPE/Gráfica A Única, 2018.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Trad. Maria Ermantina Galvão; rev. trad. Marin. Alceu a Appenzeller. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BAPTISTA, A. B. **O livro agreste**. Campinas: Editora Unicamp, 2005.
- BARBALHO, A. **Estado, mídia e identidade**: políticas de cultura no Nordeste contemporâneo. Rio de Janeiro, v.4, n.8, p.156-167, jan/jun., 2004.
- BARRETO, L. **Triste fim de Policarpo Quaresma**. Rio de Janeiro: Editora Ática,

2010.

BARTHES, R. **O óbvio e o obtuso**: ensaios críticos III. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BATALHA, M^a. C. **O que é uma Literatura Menor?** Cerrados Revista do Programa de Pós-Graduação em Literatura, Brasília, v.22, n.35, 2013, p.114-134.

BERNARDES, D. de M. **Notas sobre a formação social do Nordeste**. São Paulo: Lua nova, 2007, p.41-79.

BOSI, Alfredo. **Céu, inferno**: ensaios de crítica literária e ideológica. São Paulo: Duas Cidades: Ed. 34, 2003.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

BOSI, Alfredo. **História concisa da Literatura Brasileira**. 39^o Ed. São Paulo: Cultrix, 2008.

BOSI, Alfredo. **Literatura e resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BOSI, E. **Memória e sociedade**: Lembranças de velhos. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2005.

BOURDIEU, P. . **Ofício de sociólogo**: metodologia da pesquisa na sociologia. Petrópolis: Vozes, 2004.

BOURDIEU, P. *A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região*. In.: **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p.112.

BRITO, H. B. de O. **Neorregionalismo brasileiro**: análise de uma nova tendência da literatura brasileira. Teresina: EDUFPI, 2017.

BRITO, H. B. de O.. *A configuração do neorregionalismo literário brasileiro*. 2016. 179f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

BRITO, R. C. **As Noites e os Dias**. Recife: Bagaço, 1996.

BRITO, R. C. **Bandeira de São João**. Recife. Recife: Bagaço, 1996.

BRITO, R. C. **Estive lá Fora**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

BRITO, R. C. **Faca**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

BRITO, R. C. **Galiléia**. Rio de Janeiro: Alfabeta, 2009.

BRITO, R. C. **Livro dos Homens**. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

BRITO, R. C. **O Baile do Menino Deus**. Recife: Bagaço, 1995.

BRITO, R. C. **Retratos Imorais**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

CAMINHA, P. V. de. **A carta**. (1500). Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetailheObraForm.do?select_action=&co_obra=2003, acesso em 25/07/2018.

CANDIDO, A. **Brigada ligeira**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2004.

CANDIDO, A. **Educação pela noite & outros ensaios**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.

CANDIDO, A. **Literatura e Sociedade**. São Paulo: Editora Nacional, 2002.

CASANOVA, P. **A República Mundial das Letras**. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

CASTELLS, M. A construção da identidade. *In*: **O Poder da Identidade**. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CASTRO, E. V. **Metafíscas Canibais**. São Paulo: Cosac Naif. 2015.

CERTEAU, M. de. **A cultura no plural**. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: 2**. Morar, cozinhar. 3º Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: 1**. Artes de fazer. 9º Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

CERTEAU, M. de. **A Escrita da história**. 2. Ed.- Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CHAGURI, M. **O Romancista e o Engenho: José Lins do Rego e o regionalismo nordestino dos anos 1920 e 1930**. São Paulo: Ed. Hucitec, 2009.

CHIAPPINI, L. **Do beco ao belo**: dez teses sobre o regionalismo na literatura. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v.8, n.15, 1995, p.153-159.

CHIAPPINI, Ligia. Regionalismo(s) E Regionalidade(s) num mundo supostamente global. In: MARCIEL, Diógenes André Vieira. **Memórias de Borborema 2**: internacionalização do regional. Campina Grande: Abralic, 2014.

COSTA, D. W. S., Brito, M. R. de. **A literatura de Caio Fernando Abreu como**

máquina de guerra. Porto Alegre: Scriptorium, v. 4, n.1, p.73-85, jan.-jun., 2018.

CUNHA, E. da. **Obra completa.** Org. Afrânio Coutinho. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995.

CUNHA, E. da. Os sertões. **Obra completa.** Org. Afrânio Coutinho. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995. p.97-515.

DELEUZE, G. **Conversações.** 2.ed. São Paulo: Editora 34, 1996.

DELEUZE, G.. **A Dobra: Leibniz e o Barroco.** Tradução Luiz B. L. Orlandi. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1991.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia.** Tradução de Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Ed. 34, 2010.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Kafka: por uma literatura menor.** Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia.** São Paulo: Ed. 34, v.1. 2017.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia.** São Paulo: Ed. 34. v.1. 2017.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia.** São Paulo, Ed. 34. v.III, 2017.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia.** São Paulo: Ed. 34. v.IV, 2017.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia.** São Paulo, Ed. 34. v.V, 2017.

DIDI-HUBERMAN, G. **L'image ouverte.** Paris: Gallimard, 2007.

EAGLATON, T. **A ideia de cultura.** São Paulo: Unesp, 2005.

ELIAS, N. **O Processo Civilizador: formação do Estado e Civilização.** Trad. de Ruy Jungann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, v.2, 1993.

ELIAS, N.. **O Processo Civilizador: uma história dos costumes.** Trad. de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, v.1, 1990.

FISCHER, L. A. **Literatura Brasileira – Modos de Usar.** São Paulo: Col. Para Saber Mais – Abril, 2003.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1996.

GALVÃO, W. N. Os sertões: paisagens com figuras. In.: ROCHA, J. C. de C. (Org.).

Nenhum Brasil existe: pequena enciclopédia. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003, p.593-626.

GALVÃO, W. N. **Gatos de outro saco:** ensaios críticos. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GALVÃO, W. N.. **Saco de gatos:** ensaios críticos. 2.ed. São Paulo: Duas Cidades, 1976.

GARCIA, C. **O que é Nordeste brasileiro?** São Paulo: Brasiliense, 1984.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade.** São Paulo: Ed. UNESP, 1991

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2015.

HOBSBAWM, E.; RANGER, T. (orgs.). **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1997.

JUSTINO, L. B (org.). **Poesis do real:** literatura e multiplicidade. Campina Grande: EDUEPB, 2019.

JUSTINO, L. B. . **Literatura de multidão e intermedialidade:** ensaios sobre ler e escrever o presente. Campina Grande: EDUEPB, 2014.

JUSTINO, L. B. . O Nordeste para além de si: história, ficção, esperança. In: JUSTINO, L. B. **A hora da estrela:** por uma leitura nordestina. *Estud. Lit. Bras. Contemp.* [online]. 2017, n.51, p.64-82. ISSN 2316-4018. <http://dx.doi.org/10.1590/2316-4018514>.

LEITE, L. F. de Q. A. **O canto do bode humano:** exílio e estranheza na ambivalência trágica da Galiléia contemporânea. Campina Grande: EDUEPB, 2017.

LEMAIRE, Ria. Repensando a história literária. In: LAMAIRE, Ria. **Tendências e impasses.** Rio de Janeiro: Rocco,1994.

LEXIKON, H. **Dicionário de Símbolos.** São Paulo: Cultrix, 1997.

LIMA, I. C. C. **Tecidos messiânicos em Galiléia,** de Ronaldo Correia de Brito. Campina Grande: EDUEPB, 2013.

MARCIEL, Diógenes André Vieira. **Memórias de Borborema 2:** internacionalização do regional. Campina Grande: Abralic, 2014.

MARKENDORF, M. **Road movie:** a narrativa de viagem contemporânea. Londrina. *Estação Literária*, v.10, p.221-236, dez., 2012.

MARQUES, I. **Para amar Graciliano:** como descobrir e apreciar aspectos mais inovadores em sua obra. Barueri: Faoro Editorial, 2017.

MEDEIROS, P. T. C. de. **Travessuras do desejo em “Grande sertão: veredas”**. Cajazeiras: Arribaça, 2019.

NEGRI, A. . **O império e Além: aporias e contradições**. Trad. Rafael Zanatta In.: *Empire and Beyond*. Cambridge: Polity Presse, 2008, p.3-8.

NEGRI, A. **Cinco Lições sobre Império**. Tradução por Alba Olmi. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NEGRI, A.; HARDT, M. **Império**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.

NÓBREGA, G. M. **O Nordeste com inventiva simbólica: ensaios sobre o imaginário cultural e literário**. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

NÓBREGA, G. M. **O Nordeste com inventiva simbólica: ensaios sobre o imaginário cultural e literário**. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

NUNES, B. A viagem In.: PINHEIRO, V. S. (org.). **Benedito Nunes: a Rosa o que é de Rosa, literatura e filosofia em Guimarães Rosa**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2013.

ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PEIRUCCI, A. F.; PRANDI, R. **Migrante vota diferente: caso da eleição para a prefeitura de São Paulo em 1988**. *Travessia: revista do migrante*, ano II, n.5. São Paulo, 1989, p.5-13.

PELINSER, A. T. **Crítica literária: memórias e imagens do regionalismo brasileiro**. *Crítica Cultural*, Palhoça, SC, v.7, n.2, p.230-241, jul./dez., 2012, p.230-241.

PENNA, M. **O que faz se nordestino: identidades sociais, interesses e o “escândalo” Erundina**. São Paulo: Cortez, 1992.

PEREIRA, L. M. **Prosa de Ficção – de 1870 a 1920**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

PONTES, H.; PABLO, C. A invenção do Nordeste (peça teatral) in.: FONTES, H.; CAPISTRIANO, P.; MACEDO, I.; BAILEY, J. E. (orgs.). **Década Carmin/Grupo Carmin**. Natal: Fortunella Casa Editrice, 2017.

RAMOS, G. **Angústia**. 77.ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

RAMOS, G. **Caetés**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

RAMOS, G. **São Bernardo**. 46.ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

REGO, J. L. do. **Doidinho**. 35.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

REGO, J. L. do. **Fogo Morto**. 20.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

REGO, J. L. do. **O Moleque Ricardo**. 23.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

REGO, J. L. do. Prefácio “Notas sobre Gilberto Freire”. In.: FREYRE, Gilberto. **Região e tradição**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.

RÊGO, J. L. do. **Modernismo e Regionalismo**. São Paulo: EDART, 1961.

RICOUER, P. Tempo e Narrativa. Tomo I. Trad. Constança Marcondes Cesar. Campina: Papyrus Editora, 1994.

ROSA, J. G. **Grande Sertão**: Veredas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

SANTINI, Juliana. O Realismo Regionalista e a Narrativa de Ronaldo Correia de Brito. In: DIOGÊNES, André V. M. (org.) **Memórias de Borborema 2: internacionalização do regional**. Campina Grande: Abralic, 2014.

SANTOS, C. Entre Rios: o rural e o urbano na poesia de João Lins Caldas. In: ARAÚJO, Humberto Hermenegildo de & OLIVEIRA, Irenísia Torres de (orgs.). **Regionalismo, Modernização e Crítica Social na Literatura Brasileira**. São Paulo: Nankin, 2010.

SANTOS, M.. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, J. S. **Faca e seus cortes**: o sertão trágico e feminino de Ronaldo Correia de Brito, 2014, 133f. Dissertação (Mestrado em Estudos em Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Estudos em Linguagens, Universidade do Estado da Bahia, Salvador. 2014.

SCHOLLAMMER, K. E. **As práticas de uma língua menor**: reflexões sobre um tema de Deleuze e Guattari. Ipotesi, v.5, n.2, jul/dez., 2001, Juiz de Fora: Ed. UFJF, p.59-70.

SCHOLLAMMER, K. E. **Ficção brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SILVA, A. M. da. **A construção de um Nordeste imaginário** – imagens símbolos da na Música Popular Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XII Congresso de Ciência da Comunicação na Região Nordeste – Campina Grande – 10 a 12 de Junho, 2010.

SILVEIRA, R. M^a. G. **O Regionalismo Nordestino**. São Paulo: Moderna. 1984.

SODRÉ, N. W. **História da literatura brasileira**: Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, J. **A Elite do Atraso**: da escravidão à Lava Jato. São Paulo: Editora Leya, 2017.

TÁVORA, F. **O cabeleira**. 3.ed. São Paulo: Ática, 1977.

WATT, I.. **A ascensão do romance**: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

ZAIDAN FILHO, M. **O fim do Nordeste e outros mitos**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2003.